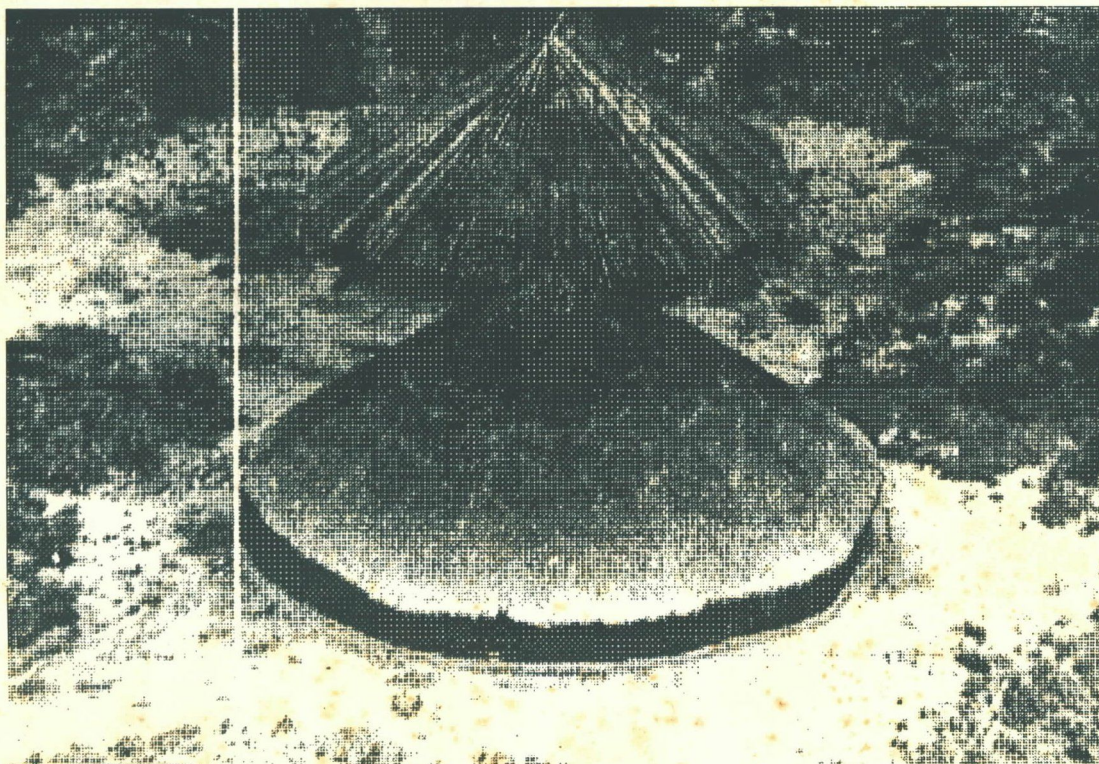


Paulo Pinto Monte



ETNO-HISTÓRIA
WAIMIRI-ATROARI
(1663 - 1962)

PUC / São Paulo
1992

PAULO PINTO MONTE

**ETNO-HISTÓRIA WAIMIRI-ATROARI
(1663 - 1962)**

Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do Grau de
MESTRE EM ANTROPOLOGIA do
Programa de Estudos Pós-Graduados em
Ciências Sociais à Comissão Julgadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, sob a Orientação da Prof^a Dr^a
Carmen Sylvia Junqueira.

**PUC/SÃO PAULO
1992**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ETNO-HISTÓRIA WAIMIRI-ATROARI (1663-1962)

Dissertação elaborada por Paulo Pinto Monte, e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora.

Banca examinadora

Agradecimento

Gostaríamos de agradecer a todos que nos ajudaram a elaborar a pesquisa documental sobre a etnia Waimiri-Atroari, possibilitando-nos organizar um volumoso arquivo de informações sobre esses índios. Ao Padre Kazys Jurgis Béksta (Padre Casimiro) que, com paciência e espírito de cooperação, nos cedeu a documentação que possuía referente aos Waimiri-Atroari, nos orientou na busca de novas fontes e nos ajudou, em alguns momentos, tirando dúvidas e esclarecendo algumas questões sobre essas sociedades indígenas. Ao Egídio Schwade e a Dorothy, que também nos forneceram documentos e com quem tivemos várias oportunidades de trocarmos idéias e sugestões. Ao Porfírio de Carvalho que além de nos ceder cópia da documentação que possuía, esclareceu alguns fatos da história desses índios, principalmente como testemunho de parte dessa história. Aos amigos Ezequias Paulo Heringer Filho e Ana Lange que nos acolheram durante nossa estadia em Brasília e nos possibilitaram penetrar no arquivo público da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), sempre fechado a sete chaves pelos Coronéis de plantão naquele órgão, durante a primeira metade da década de oitenta.

Não poderíamos deixar de registrar nossos agradecimentos à Mariene Corrêa, Maria Enedina H. da Silva e Silva, Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto e Neide Gondin de Freitas Pinto, que foram incansáveis nas leituras e sugestões durante o desenvolvimento desse trabalho, agradecemos-lhes, sobretudo, ao nos ajudar a "segurar a barra" nos momentos mais difíceis de nossa estadia em São Paulo. Foi fundamental a ajuda da Universidade do Amazonas, principalmente dos nossos antigos colegas do Departamento de Filosofia para que esse trabalho pudesse ser elaborado. A nossa orientadora Carmen Sylvia Junqueira, pela liberdade e carinho com que sempre nos tratou, conduzindo-nos pelo melhor caminho durante o curso e na fase de elaboração desse trabalho.

Jamais deixaria de render uma homenagem, mesma que póstuma, a meus amigos D. Gertrudes e Sr. Antônio Corrêa da Silva com quem gostamos de conviver e nos ensinaram a ver o outro lado da realidade da vida e, também, a Malena Torino, colega de Curso e de Universidade que partiu tão prematuramente.

Agradecimento especial devo a minha mãe Helena e à minha irmã Magali que tudo fizeram para que esse trabalho se tornasse realidade e finalmente a meu filho Ámmer, razão da minha luta!.

RESUMO

Para a Carmen e os Waimiri-Atroari.

RESUMO

Os Waimiri-Atroari são povos da família linguística Karíb que têm sido vistos pela sociedade nacional como povos agressivos, arredios ao contato e resistentes à incorporação ao conjunto da sociedade brasileira.

Na verdade, os Waimiri-Atroari são povos federados, tradicionalmente opositores entre si, mas que se aliaram para defender o seu território e seu modo de vida contra a invasão da sociedade nacional.

A etno-história Waimiri-Atroari apresentada nesta dissertação cobre 300 anos de conflitos entre estes povos e a ação colonizadora portuguesa e neo-colonizadora brasileira. A sociedade nacional reiterou métodos de violência contra os Waimiri-Atroari. Os Waimiri-Atroari, por seu lado, reelaboraram formas de resistência guerreira contra a sociedade nacional, apesar da condição de minoria indígena, não foram transformados em mais um grupo indígena extinto no Brasil.

RÉSUMÉ

Les Waimiri-Atroari sont des peuples de la famille linguistique Karib, belliqueux à l'avis de la société nationale, qui refusent le contact et l'ensemble de cette même société.

Les Waimiri-Atroari sont en réalité des peuples fédérés, d'opposition traditionnelle entre eux, qui se sont alliés pour protéger leur territoire et leurs coutumes contre l'invasion de la société nationale.

L'ethno-histoire Waimiri-Atroari ici présentée comprend trois cents ans de conflits entre ces peuples et l'action colonisatrice portugaise et néo-colonisatrice brésilienne. La société nationale réitèra des méthodes de violence coloniale contre les Waimiri-Atroari. Ces derniers, de leur tour, reprirent des procédés de résistance guerrière contre la société nationale et, malgré leur condition de minorité indienne, échappèrent à la transformation en encore group d'indiens exterminés au Brésil.

ABSTRACT

The Waimiri-Atroari are people of the Karib-linguistic family who in the eyes of Brazilian society are aggressive, avoid peaceful contact, and are unwilling to be included in mainstream Brazilian society.

In fact, the Waimiri-Atroari are a federated group, traditional rivals amongst themselves, who have become allies in order to defend their territory and way of life against invasion by Brazilian society.

The ethnohistory of the Waimiri-Atroari presented in this thesis covers three hundred years of conflict of this people in the face of Portuguese colonialism and Brazilian neo-colonialism. The colonial pattern of violence against the Waimiri-Atroari was later to be repeated by Brazilian society. For their part, the Waimiri-Atroari have reworked warlike forms of resistance for use against Brazilian society, with the result that, despite their position as an indigenous minority, they have not been transformed into just another extinct group of Brazilian Indians.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
- O Processo de Conquista da Amazônia e os Waimiri-Atroari.	9
CAPÍTULO II	
- A Expansão da Sociedade Nacional sobre o Território Waimiri-Atroari Durante o século XIX.	23
CAPÍTULO III	
- A Produção da Borracha e seu Reflexo no Território Ocupado pelos Waimiri-Atroari.	51
CAPÍTULO IV	
- A Resistência Waimiri-Atroari ao Processo de Expansão da Economia Extrativista na Região do Rio Negro.	67
CONCLUSÃO	148
BIBLIOGRAFIA E FONTES	154
ANEXOS	168

INTRODUÇÃO

"O Brazil é um caso particular da desordem geral, e a questão indígena é um caso particular da desordem brasileira".

Alípio Bandeira (*A Cruz Indígena*)

"Um povo ocidental que defende até o extremo sacrifício o solo de sua pátria contra uma invasão sabidamente esmagadora, diz-se heroico - o índio que, desprovido de armas eficientes, encurralado, chacinado, dispõe-se ao ataque desesperado em defesa de uns restos de suas terras uzurpadas, da vida e da liberdade, é fera brava e traiçoeira, incapaz de incorporar-se à civilização, a cuja marcha se opõe!..."

Pedro Ribeiro Dantas (*Relatório*)

O desenvolvimento da pesquisa deste trabalho iniciou a partir de 1978, quando um grupo de professores e alunos do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), da Universidade do Amazonas, resolveu fundar o Grupo Kukuro de Apoio à Causa Indígena, imediatamente após um curso de extensão em Antropologia ministrado pela professora Carmen Sylvia Junqueira. Fizeram parte dessa agremiação as professoras Selda Vale da Costa e Regina Celestino do Departamento de Ciências Sociais e Vera Lúcia Soares Lima, do Departamento de Filosofia e os discentes Paulo Pinto Monte (Filosofia), Maria do Carmo - a inesquecível MADU -, Regina Melo, Suanam e Natacha Andrade (Comunicação Social), Herbert Braga (Letras), Geraldo, Sisi, José Aldemir e Margarida (Estudos Sociais), além de outras companheiras do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) Ione e Maitê, que posteriormente se uniram ao Grupo.

Inicialmente o Grupo Kukuro recebeu apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que na época iniciava a impressão do jornal "PORANTIM", cuja equipe de redação era formada por José Ribamar Bessa Freire (Professor do Departamento de Comunicação Social da U.A.), Renato Athias, Márcio Souza, José Ademir Ramos, Ricardo Parente, Narciso Lobo e na diagramação se alternavam Antônio José Vale da Costa e Deocleciano Bentes de Souza.

O drama das populações indígenas, decorrente da construção de estradas e hidrelétricas, além da expropriação das terras tribais para implantação de projetos de

agropecuária e de mineração, como política adotada pelo Estado brasileiro para favorecer a expansão do grande capital, principalmente a partir da primeira metade da década de setenta, constituiu-se como pano de fundo para a organização do Grupo Kukuro. As questões que se impuseram como prioridade para a nossa luta foram: denunciar e combater o "Projeto de Emancipação de Índios" elaborado pelo governo militar que, caso fosse aprovado pelo Congresso Nacional, poderia distribuir as terras indígenas aos grandes grupos econômicos e lutar pela imediata demarcação da reserva dos índios Ianomami.

Sempre atento à política indigenista oficial, o Grupo Kukuro se manifestou constantemente em favor da luta dos povos indígenas localizados em todo o território nacional, protestando contra a invasão de suas terras e assassinato de suas lideranças ou mesmo denunciando atentados, massacres e as violações aos direitos dos índios.

O Grupo Kukuro se reunia aos sábados, pela parte da tarde, em sua sede, localizada no porão do prédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), gentilmente cedido pelo falecido bispo D. Milton Pereira Corrêa. Além das questões gerais que envolviam de forma direta ou indireta as sociedades indígenas, decidiu-se, também, que os integrantes do grupo poderiam escolher livremente uma etnia para estudar e/ou pesquisar, devendo sempre que possível, expor aos demais companheiros os conhecimentos adquiridos. No mesmo dia em que esta proposta foi aprovada, declaramos ao Grupo que iríamos fazer o levantamento da documentação que existisse sobre os índios Waimiri-Atroari.

Por que os Waimiri-Atroari e não outra etnia, como por exemplo os Sateré, os Baniwa, os Tariano, os Tukano, os Marubo, os Wai-Wai, enfim, qualquer outra etnia localizada na Amazônia? Optamos pelos Waimiri-Atroari porque já existia em nós,

como memória, uma questão que passa pelo imaginário da população brasileira e em particular da população manauara: a malograda Expedição do Padre Calleri ocorrida em 1968 e posteriormente os ataques desfechados pelos Waimiri-Atroari às frentes de atração e aos trabalhadores da frente de desmatamento da BR- 174 (Manaus-Caracarái)⁽¹⁾ nos anos de 1973 e 1974, culminando com a morte do sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em dezembro de 1974.⁽²⁾

Esses fatos receberam ampla divulgação por parte da imprensa amazonense e nacional. As notícias, a maior parte das vezes tendenciosas, raríssimas vezes noticiavam aos leitores os antecedentes de luta e a resistência dos Waimiri-Atroari contra a invasão de suas terras e as chacinas a que foram submetidos no decorrer da História do Amazonas. Esses índios passaram a ocupar amplos espaços nos noticiários da imprensa e foram apresentados como se estivessem tendo os primeiros contatos com a sociedade nacional e ao mesmo tempo se colocavam contra o **desenvolvimento** e o **progresso**, forjando, dessa forma, uma imagem deturpada, comprometedora e negativa da História e da etnia Waimiri-Atroari.

Sobre esses episódios, as manchetes dos jornais falam por si mesmas, dispensando-nos de quaisquer comentários.

"A última mensagem do Padre Calleri: tudo indica que se faltarem as orações, as flechas não tardarão a voar." ⁽³⁾

"Os Atroaris são ainda um perigo." ⁽⁴⁾

"Índios Waimiri matam três e destroem (sic) posto da FUNAI." ⁽⁵⁾

(1) A estrada BR-174 cortou ao meio a reserva indígena Waimiri-Atroari.

(2) Porfírio de Carvalho em seu livro **Waimiri-Atroari: A história que ainda não foi contada**, como ex-funcionário da COAMA (Coordenação da Amazônia) e amigo particular de Gilberto Pinto, traz um depoimento bastante diferente das notícias que foram veiculadas pela imprensa e da versão oficial.

(3) **O Jornal**. Manaus, 29/11/68, 1ª página.

(4) **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 22/10/1972, 1ª página.

(5) **O Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01/01/1973, 1ª página.

"Waimiri/Atroari massacram grupos de funcionários da FUNAI ao norte do Amazonas." ⁽⁶⁾

"Manaus sepulta três vítimas do ataque dos Atroari e recebe os corpos de mais dois." ⁽⁷⁾

"Atroari chacinam sertanista Gilberto Pinto." ⁽⁸⁾

"Índios Atroaris atacam o presidente da FUNAI." ⁽⁹⁾

"Terror da selva não aceita mais paz com branco, Maroaga comanda o terror no vale do Rio Negro." ⁽¹⁰⁾

Essas manchetes de jornais e as notícias por eles veiculadas foram responsáveis pela formação de uma imagem negativa sobre os Waimiri-Atroari. Tomá-los como terroristas fazia sentido para a época em que a notícia foi veiculada: viam-se terroristas por todos os lados. A principal liderança Waimiri-Atroari, que comandava a resistência contra o avanço da sociedade nacional sobre sua terra e lutava pela defesa de seu povo era apontada como terrorista. Panfletos contra a guerrilha, impressos pela Imprensa Oficial, usava o nome da etnia, "OPERAÇÃO ATROARIS", ⁽¹¹⁾ para fazer guerra psicológica, foram distribuídos com o intuito de confundir a luta dos Waimiri-Atroari e lhes criar uma imagem semelhante àquela que a Ditadura Militar criou para os que combatiam na guerrilha urbana.

Em 1968, quando o presidente da FUNAI, Queiróz Campos, esteve em Manaus para apurar os fatos sobre a Expedição do Padre Calleri, levou a seguinte impressão à Reunião do Conselho da FUNAI, sobre a opinião que os manauaras tinham dos Waimiri-Atroari:

(6) Idem, 04/10/1974, 1ª página.

(7) Idem, 26/12/1974, 1ª página.

(8) O Estado de São Paulo. São Paulo, 31/12/1974, 1ª página.

(9) A Crítica. Manaus, 21/03/1975, 1ª página.

(10) A Notícia. Manaus, 12/01/1975, 1ª página.

(11) Ver Anexo I.

"O ambiente que encontrei em Manaus quando cheguei, foi o seguinte: entrei numa loja para comprar alguma coisa e lá me disseram: "Se fôsse eu, subia num avião e jogava uma bomba nesses índios e acabava com tudo. Não se pode obstar o progresso da Amazônia por causa desses índios que matam gente pelas costas." Essa é a idéia deles. Acho que eles só pensavam numa estrada que é território de índios primitivos, (sic) depois que todos os índios fosse mortos." (12)

Idéia semelhante às de muitos manauaras teve o General de Brigada Gentil Nogueira Paes, Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção em seu Of. nº 042 - E2 - CONF., remetido ao Comandante do 6º BEC, sobre os trabalhos na BR-174, em áreas Waimiri-Atroari, determina:

"- esse Cmdo, caso haja visitas dos índios, realize pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite." (13)

Compreender e desvendar essa imagem que se formou sobre os Waimiri-Atroari se impôs como desafio para a nossa pesquisa, principalmente, revelar as relações de contato estabelecidas entre esses índios e a sociedade nacional no curso da História do Amazonas, a fim de nos possibilitar uma imagem mais nítida e clara da fisionomia dessas sociedades.

O presente estudo, portanto, tem como idéia central caracterizar as situações de contato que os Waimiri-Atroari tiveram com as sociedades colonial e nacional, no período que compreende o início do século XVII até a primeira metade da década de 1960.

A pesquisa se desenvolveu a partir de uma reconstrução histórica dessas situações

(12) FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI - Notas taquigráficas da Reunião do Conselho da FNI do dia 17 de dezembro de 1968.
(13) MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Comando Militar da Amazônia. 2º Grupamento de Engenharia e Construção. Ofício nº 042 do Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, Gen. Bda. Gentil Nogueira Paes ao Comandante do 6º BEC sobre os trabalhos na BR-174, Manaus, 21 de novembro de 1974.

de contato e se fundamenta basicamente: a) No estudo das fontes e documentação relativas aos processos econômicos que se desenvolveram no período histórico determinado pela pesquisa. b) Na documentação que foi possível reunir referente, especificamente, aos índios Waimiri-Atroari, correspondente a esse período.

Ênfase particular foi dada às diferentes políticas indigenistas em distintos momentos das situações de contato, que foram adotadas para as populações indígenas do Amazonas e, em particular, aquelas que tiveram uma repercussão direta sobre os Waimiri-Atroari.

O presente trabalho se propõe, também, a examinar as questões que se apresentam como fundamentais para a compreensão do processo de sistemática expropriação das terras indígenas, a partir do estudo particular das sociedades Waimiri-Atroari, considerando que a área onde estão localizados é palco de amplos processos de intervenção do Estado brasileiro.

Outra razão que justifica o presente estudo é a necessidade de uma compreensão mais satisfatória da natureza da resistência desse povo indígena, assim como reunir num todo articulado, a extensa documentação existente sobre os Waimiri-Atroari.

Para melhor compreensão dessa problemática, desenvolvemos esse estudo em quatro partes:

No primeiro capítulo, fazemos uma síntese da história da conquista da Amazônia e, nela, seu desdobramento político e econômico, particularmente da região do Rio Negro, enfatizando o processo de dominação colonial e os contatos que os conquistadores tiveram com os Waimiri-Atroari no baixo Rio Negro e Urubu.

No segundo capítulo, apresentamos um painel da formação e expansão da sociedade nacional no Rio Negro e, nele, o desenvolvimento da produção extrativa

vegetal e animal. Nesse contexto, localizamos as sociedades Waimiri-Atroari e sua luta em defesa do território que ocupam. Destaque é dado à política indigenista do Governo Imperial e à política indigenista adotada pelos governadores da Província do Amazonas.

O assunto que tratamos no terceiro capítulo versa sobre a expansão da produção da borracha na Amazônia, principalmente na região do baixo rio Negro e sua consequência na área habitada pelos Waimiri-Atroari.

No quarto e último capítulo focalizamos a desorganização da economia amazonense, após o **crash** da borracha, em 1912, e sua reorganização com base na antiga estrutura da produção extrativa vegetal e animal, que oscilava conforme os interesses dos mercados nacional e internacional, fomentando, de forma constante, a invasão das terras ocupadas pelos Waimiri-Atroari, por bandos de extratores de castanha, pau-rosa ou por caçadores em busca de peles de animais silvestres. Destacamos, também, a política indigenista republicana, através da criação do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI), sua organização no Amazonas e sua atuação na área Waimiri-Atroari.

O estudo, do ponto de vista das relações de conflito entre a sociedade nacional e os Waimiri-Atroari, não se esgota nos capítulos desenvolvidos nem na abordagem utilizada para tratar a situação desse povo. O presente esforço de sistematização tem também o objetivo de tornar acessíveis fontes, fatos, pontos de vista, perspectivas acerca da questão indígena na Amazônia, através dos Waimiri-Atroari.

Há uma história trágica na saga dos povos indígenas. Os Waimiri-Atroari compõem, com a sua resistência, um importante capítulo dessa história.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE CONQUISTA DA AMAZÔNIA E OS WAIMIRI-ATROARI

*"Os Pariquis são descidos novamente
do rio Vatumã: são de bela presença."
Ouvidor Sampaio (Diário de Viagem)*

As relações entre índios e brancos na Amazônia sempre tiveram como característica, desde o início de sua ocupação, formas conflitivas e violentas. O empreendimento para a sua conquista só foi possível com a expropriação das terras tribais e o aproveitamento e exploração da força de trabalho das nações indígenas. Constitui-se como fundamento dos conflitos que ocorreram na Amazônia, desde o início do século XVII até meados do século XVIII, o modelo de economia mercantil-extrativista imposto pelos colonizadores sobre as populações indígenas, radicalmente incompatível com o tipo de economia praticada pelos povos da região, assim como suas relações de produção e de trabalho eram antagônicas às estabelecidas pelos interesses coloniais.

No Rio Negro, essas relações tomaram formas distintas. A ocupação efetiva começou a ocorrer e a se intensificar durante o século XVII, inicialmente por interesse geopolítico da coroa portuguesa, que tentava ocupar e redefinir a fronteira de seus domínios no espaço amazônico, junto às possessões coloniais da Espanha e Holanda, na área do Rio Negro e do seu principal afluente, o Rio Branco⁽¹⁾. Ao mesmo tempo em que Portugal intensificava o processo de ocupação dessas regiões, articulava um modelo de economia mercantil-extrativista para explorar o potencial de produtos naturais que a floresta oferecia, e reduzir as populações indígenas a mão-de-obra servil, valendo-se das práticas dos resgates e do apresamento desses povos tomados como escravos em guerras justas. Estas práticas tornaram-se uma constante no Rio Negro e

(1) REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, p.111.

tinham como finalidade abastecer os mercados de índios escravos das Capitanias do Maranhão e Grão-Pará, e utilizá-los como mão-de-obra nas indústrias extrativa e manufatureira⁽²⁾.

Até meados do século XVIII, os portugueses efetivaram a escravização de várias nações indígenas:

estimulavam a guerra intertribal aguçando-lhes a rivalidade com a finalidade de comprar os escravos aprisionados pela tribo vencedora. Este sistema lhes permitia ter mão-de-obra necessária e manter o fluxo do negócio de escravos indígenas da Amazônia. E a nação que se recusava a fazer os resgates era considerada inimiga⁽³⁾.

Muitas foram as nações que recusaram a se submeter ou participar do modelo de colonização imposto pelo Estado português. Aquelas que reagiram foram massacradas e exterminadas, ou aprisionadas e submetidas à escravidão por meio da guerra justa. Entre as tribos do Rio Negro que sofreram a violência desse processo de desarticulação e extermínio encontram-se o Mayapena, Manáos, Mura, Passé, etc. Outras nações, fugindo do assolador holocausto que estava sendo promovido no Vale do Rio Negro, procuraram refúgio no interior das florestas e nos locais de difícil acesso, junto às cabeceiras dos rios e dos igarapés.

A economia regional, durante esse período, orientou-se exclusivamente para a indústria extrativa. Procuravam-se as "drogas do sertão", especiarias como o cacau, baunilha, cravo, salsaparrilha além de outros produtos animais, como ovos de tartaruga, por exemplo, cuja produção era encaminhada para a metrópole lusitana e tinha mercado

(2) CARVALHO, João Renôr F. de. *Permanência e Evolução do Conflito na Sociedade Amazônica no Período Colonial*. In: *Boletim de Pesquisa, CEDEAM, Universidade do Amazonas*. v.3, n° 4, Manaus, jan/dez, 1984.

(3) Idem. p.60.

certo na Europa. Posteriormente, foi incentivada a produção de manufaturados, trabalhados pela população local, cuja produção consistia nas manteigas das banhas e ovos de tartarugas, somente produzidas durante a vazante dos rios, louças fabricadas a mão, redes de algodão, maqueiras, cuias, chapéus de palha, etc. No século XVIII houve uma tentativa de diversificação da economia, predominantemente extrativa, para o fomento agrícola: desenvolveram-se plantações de café, cacau, tabaco, anil e algodão, e, além destes produtos, plantaram-se cana, arroz, feijão, milho, urucu, hortaliças e várias espécies alimentares nativas. Estas culturas, porém, não tiveram o mesmo êxito do negócio da "droga" e da produção de manufaturados nas transações mercantis⁽⁴⁾.

Os primeiros núcleos populacionais que surgiram na região do Rio Negro foram formados pelas reduções indígenas e feitorias que foram sendo instaladas nas proximidades dos aldeamentos. A formação dos povoados e vilas, assim como a organização destes agrupamentos, decorreram da política adotada pelo Estado português, durante a administração de Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, que objetivava uma nova organização social, política e econômica para a Amazônia portuguesa, com a finalidade de viabilizar o empreendimento colonial e ajustá-lo ao novo ordenamento econômico que se desenvolvia na Europa⁽⁵⁾.

Para implantar a nova política colonial na Amazônia, Pombal enviou para a região seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, na qualidade de Governador e Capitão-Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, no ano de 1751, seguindo as instruções do Diretório, de 03 de março e 1757⁽⁶⁾.

Após criar e instalar a sede administrativa do Governo da Capitania de São José do Rio Negro em 1758, na localidade de N.S. da Conceição de Mariuá, tornada vila com

(4) REIS, Arthur Cêzar Ferreira. *Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas - 1966. p.171.

(5) Idem. p.137.

(6) Idem. p.130.

a denominação de Barcelos, Mendonça Furtado determinou a transformação em vila, em toda a extensão do Vale do Rio Negro, dos aldeamentos formados pelas reduções de nações indígenas. Nas povoações criou cargos políticos e sociais seguindo os padrões e normas de comportamento adotados nos países europeus, incentivou a produção agrícola e o casamento entre colonizadores e colonizados, bem como a prática do comércio. Eliminou o poder temporal dos missionários sobre os índios, passando-o para o reino, ordenou os aldeamentos na região, proibindo a utilização das línguas locais e sobretudo da língua geral introduzida pelos missionários e colonizadores, obrigou o ensino e a prática da língua portuguesa e impediu a guerra justa e os descimentos⁷⁾. Estas medidas visavam a uma melhor execução da política assimilativa e econômica na região.

A política do Estado Colonial na Amazônia teve como resultado o processo de formação e desenvolvimento da cultura e sociedade caboclas. Iniciou-se com o processo de redução de nações indígenas no século XVII e teve continuidade no processo de formação dos povoados, cuja população emergiu dos contingentes indígenas dos aldeamentos, já missionados e destribalizados, que passaram a reajustar seus modos de vida segundo os padrões impostos pelos colonizadores, e pelo impacto dos contactos diretos e permanentes entre indivíduos de diferentes culturas. A consequência deste convívio resultou na mudança dos padrões culturais da população nativa e na emergência de uma nova sociedade mestiça e cabocla.

A vida econômica do Rio Negro prosperou até o final do governo de Manoel da Gama Lobo d'Almada. Em sua administração, a Capitania atingiu grande prosperidade; concluiu-se a demarcação das fronteiras dos domínios da Coroa portuguesa como os da Coroa espanhola, estimulou-se e desenvolveu-se a agricultura, implantou-se indústrias

7) "Descer índios foi o synonymo que se inventou de escravizá-los; e o processo era - entrarem as bandeiras (expedições) em seus rios e malocas, intimar-lhes a submissão, atirar sobre os que recusassem e captivar os restantes - curral foi o nome que se deu ao lugar de seu depósito para a venda". ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. **Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas**. Manaus: GRAFIMA, 1984, P.134.

de tecelagem e feitorias de peixe seco. Contrariando os regimentos protecionistas do Estado, recrutou-se mão-de-obra indígena, intensificando-se os descimentos por meios violentos para o trabalho junto aos colonos. Enfim, no ano de 1790, trasladou a sede administrativa da Capitania para o Lugar da Barra, hoje Manaus. O interesse intensivo do Estado português pela região compreendida pelos Rios Branco e Negro durou até a conclusão dos trabalhos de demarcação das fronteiras, após o que foi-se atenuando. A partir de 1794 o Vale do Rio Negro passou a conhecer decadência econômica motivada pelo colapso da atividade extrativa, uma vez que suas florestas não mais ofereciam as mesmas possibilidades de riqueza que outras regiões proporcionavam para atender as demandas que a metrópole e o mercado consumidor externo exigiam⁽⁸⁾.

Estes fatos resultaram numa trégua temporária da ação colonial às nações indígenas ainda não integradas no convívio colonial, adiando o contacto com a sociedade regional envolvente e atenuando o processo de mudança cultural.

Enquanto durou a ocupação e colonização do Vale do Rio Negro pelos portugueses, a atividade extrativa e manufatureira absorveu a força de trabalho indígena localizada no curso dos Rios Negro e Branco. Mas as sociedades que se encontravam ou que procuraram refúgio em seus afluentes e subafluentes não foram envolvidas nem absorvidas pelos colonizadores, uma vez que tais atividades econômicas pouco ultrapassavam as regiões marginais desses rios e dificilmente alcançavam suas cabeceiras e os locais mais distantes do interior das florestas. Os Waimiri-Atroari estão entre os agrupamentos que sobreviveram à ação colonial.

Os encontros envolvendo a frente de expansão colonizadora portuguesa e os Waimiri-Atroari tiveram início no final do século XVII, durante o processo inicial de ocupação e conquista da região amazônica e apontam para um caso inédito das relações

(8) Idem. p. 172.

estabelecidas entre índios e brancos na história do Amazonas. Estas nações indígenas vêm reagindo e resistindo de forma vigorosa há aproximadamente 300 anos ao avanço sobre seus territórios, partindo para a retaliação, sempre que suas terras foram invadidas e violadas⁽⁹⁾.

Os Waimiri-Atroari ocupam tradicionalmente uma vasta região de floresta equatorial, situada ao norte da cidade de Manaus, entre o Rio Negro e alguns afluentes do Rio Branco principalmente o Rio Anauá, localizado na divisa do Estado do Amazonas e o Estado de Roraima. As referências históricas localizam estas tribos como naturais habitantes das regiões compreendidas desde o Rio Urubu até o Rio Jauaperi, bem como seus afluentes Alalaú, Branquinho e Macucuaú. Fazem parte também, de seu habitat imemorial, as áreas situadas nos Rios Jatapu, Uatumã, Tarumã-Açu, Cuieiras, Apuaú, Curiaú e Camanaú.

Mesmo sendo conhecidas atualmente com a denominação de Waimiri-Atroari, estas nações que sempre povoaram, dominaram e ocuparam toda essa vasta região, eram referidas até meados do século XIX, conforme apontam os registros históricos, por outras denominações, tais como: Pariqui, Aruaqui, Cericumá, Caripuná e Sedahi.

Os registros de sua existência e distribuição geográfica durante o período da colonização portuguesa estão inicialmente contidos no diário de viagem de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio que, entre os anos de 1774 e 1775, efetuou uma viagem oficial de visita e correição pela Capitania do Rio Negro. Durante sua permanência na vila de Serpa,⁽¹⁰⁾ atualmente Itacoatiara, localizada na margem esquerda do Rio Amazonas, registrou a presença da nação Pariqui na região do Rio Uatumã:

(9) MOREIRA NETO, Carlos de Araújo - *Índios da Amazônia: De maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988. p.34.

(10) "Itacoatiara ... foi erecta em villa, com a denominação de Serpa, pelo primeiro governador da Capitania do Rio Negro, Joaquim de Mello e Povoas em 1759". ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Manaus, GRAFIMA, 1984, p.100.

O primeiro nome desta villa, era Itacoatiara, isto he, pedra pintada; por causa das pedras, que se achão na sua ribeira desenhadas com varias figuras. Formou-se esta povoação da de Abacaxis, que para este lugar se mudou, tendo antes estado situada na margem oriental do Madeira. As nações de Indios, que actualmente a habitão, são pela maior parte Sará, Barí, Anicoré, Aponaria, Tururí, Urupá, Juma, Juquí, Curuaxia, Pariquí. Os Pariquis são descidos novamente das margens do rio Vatumã: são de bella presença. Huma das suas modas ou ideias de perfeição corporal, he hum circulo largo de três dedos em ambas as pernas formado da cutis feita mais alva, que a cor ordinária do corpo, pelo meio de hum ligadura, de que uza hum, e outro sexo⁽¹¹⁾.

Na continuidade da viagem, seguindo para Airão,⁽¹²⁾ ao atingir o arquipélago das Anavilhanas, Sampaio notificou a presença da nação Aruaqui no rio Anauéne.⁽¹³⁾

tínhamos chegado as primeiras ilhas chamadas vulgarmente de Anavilhanas, corrupção do nome do rio Anauéne, que desemboca no Rio Negro pelo Norte. He este rio habitado das nação Aruaqui, muito guerreira, e antropophaga, mas sem deformidade alguma artificial, das que costumão praticar as nações do Amazonas.⁽¹⁴⁾

Durante sua passagem pela vila de Moura,⁽¹⁵⁾ imediatamente acima da vila de Airão, afirma que

(11) SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*: Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro: Apendice ao Diário da Viagem: Relação Geográfica e Histórica do Rio Branco da América Portuguesa. Manaus, ACA - Fundo Editorial, 1985, p.20 (grifos meus).

(12) "S. Elias de Jahú: Freg. na marg. drª do Rio Negro, immediatamente abaixo do Rib. que lhe deu o nome ... Foi primeiramente a aldeia de Tarumá, fundada em 1669 por Pedro da Costa Favella, e o mercenário F. Theodozio, na marg. esq. do mesmo Rio Negro, e imediações do Aiurim com indígenas Tarumas e Aruaquis, sendo o primeiro estabelecimento no Rio Negro, 25 anos antes da Missão Carmelita. Depois trasladou-se para onde ora existe, ajuntando-se-lhe neophitos das nações Tacú e Manãos, dando-se-lhe o nome Airão". ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Manaus, GRAFIMA, 1984, p. 102.

(13) "Anauéne (por corrup. Anavilhana). Rib. da Guian, na marg. esq. do Negro, entre Camanau e Aiurim, habitado por Aroaquis". ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Manaus, GRAFIMA, 1984, p.38. Provavelmente hoje seja ou o Rio Culeiras ou o Rio Apuáú. (Grifos meus).

(14) SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)*: Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro; Apendice ao Diário da Viagem: Relação geográfica e histórica do rio Branco da América Portuguesa. Manaus, ACA - Fundo Editorial, 1985, p. 101 e 102.

(15) "Freguesia de Santa Rita de Itarendáua, na marg. austral do Rio Negro, abaixo da confluencia do Branco, em frente quasi do Hiauapiri, 58 légoas acima da confluencia do Negro ... Foi primitivamente huma Aldeia de Indigenas Carahiahis, missionada pelos Carmelitas, na marg. esq. do R. Uarirás, d'onde se trasladou para a actual situação, tomando da natureza de seu terreno o nome de Pedreira. Foi erecta em villa, com o nome de Moura, pelo Governador de Estado, Mendonça Furtado, em 1758... Sua população, provinda de Caburicenas, Coeuanas, Carahiahis, Jumas e Manãos... cultivava mandioca, fructas, arroz, cacau, café, algodão e tabaco; pesca no Rio Branco, peixe-boi, pirarucu e tartaruga. Tece redes e panos de algodão, do que teve huma fábrica por conta do Estado; estrae breu, salsa, baunilha e cravo". ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Manaus: GRAFIMA, 1984. pp.674-679.

quasi fronteira a esta villa deságua pela parte do norte do Yauapiri, que desce da famosa cordilheira da Guiana, recebendo em si outros pequenos rios. He largo, de água branca, e desemboca por duas barras. He habitado das nações Aruaqui, Caripuná e Cericumá. Abunda em madeira de angelin, cedro e cupaiba. Houve nelle antigamente huma povoação de indios.⁽¹⁶⁾

Alexandre Rodrigues Ferreira também esteve na área em 1785 fazendo um levantamento descritivo do Rio Negro. Em sua passagem pela vila de Moura fez um breve relato sobre o rio Jauaperi afirmando que "o habitam alguns gentios da nação Aroaqui",⁽¹⁷⁾ assim como sobre o Anauéne.

Durante a realização dos trabalhos de demarcação das fronteiras dos domínios da Coroa portuguesa com os domínios coloniais da Espanha, Manoel da Gama Lobo d'Almada assinalou em seus trabalhos a presença da nação Aroaqui e Aturais, como habitantes de afluentes do Rio Branco.⁽¹⁸⁾

O Capitão-tenente da Armada, Lourenço da Silva Araújo e Amazonas em seu *Dicionário Topographico, Historico e Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*, editado pela primeira vez no ano de 1852, localiza como habitantes do Jauaperi os Pariqui, os Aruaqui, os Cericumá e os Caribe; do Uatumã e do Jatapú os Sedahi, os Pariqui, os Cericumá e os Aroaqui; do Anauéne ou Aneúne os Aroaquis.⁽¹⁹⁾

(16) SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *As Viagens do Ouvidor Sampaio 1774-1775*. Diário da viagem que em visita e correição das povoações da Capitania de São José do Rio Negro, apêndice do Diário de Viagem. Relação Geográfica e Histórica do Rio Branco da América Portuguesa. Manaus: ACA - Fundo Editorial, 1985. p.103.

(17) FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagens Filosóficas ao Rio Negro*. Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi. CNPq, p.572

(18) ALMADA, Manoel da Gama Lobo de. *Descrição relativa ao rio Branco e seu território*. Anno de 1787. Revista trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil XXIV, Rio de Janeiro, 1861.

(19) ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*. Manaus: GRAFIMA, 1984. pp.38, 55, 83, 102, 128 e 202.

A disposição geográfica da área dominada por estes indígenas sempre contornava a região que envolve a cidade de Manaus, formando um cinturão verde cortado por uma rede de rios e igarapés que se interligam, estendendo-se desde o Rio Negro, penetrando por seus afluentes da margem esquerda como o Jauaperi, Curiaú, Camanaú, Cuieiras, Apuaú e Tarumã-Açu, atingindo o Rio Amazonas pelos seus afluentes da margem esquerda; Urubu, Uatumã, Preto e Jatapu. Estes canais possibilitaram o ingresso das frentes pioneiras na região desde o início da conquista do Vale Amazônico alcançando os dias atuais.

As primeiras incursões portuguesas sobre o território tribal destas nações começaram a ocorrer a partir de 1663 na região do Rio Urubu,⁽²⁰⁾ com a instalação de uma missão religiosa sob a responsabilidade dos religiosos Mercedários, por ocasião da expedição de resgates de Arnão Vilela, **"... que depois se extinguiu pela rebelião dos Índios, e morte do seu missionário"**.⁽²¹⁾ Como represália à ação dos índios, o Governador e Capitão Geral do Estado Rui Vaz de Siqueira encaminhou uma tropa de resgate ao Rio Urubu no ano de 1665, comandada por Pedro da Costa Favella **"na qual queimarão trezentas aldeias, matarão setecentos Índios, e prisionarão quatrocentos"**.⁽²²⁾ Após a chacina de Favella e do terror que levou ao Urubu, as populações indígenas se retraíram para o interior da floresta da região em busca de refúgio. Durante uma passagem pela vila de Silves,⁽²³⁾ no ano de 1774, Sampaio teceu o seguinte comentário sobre o rio Urubu: **"Antigamente populoso, como testemunhão os vestígios frequentíssimos, que nelle se achão das povoações"**.⁽²⁴⁾

(20) "BURURURÚ - Os portugueses para melhor acomodar a lingua substituirão o nome deste rio pelo de Urubu, por que he hoje geralmente conhecido". ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. **Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas**. Manaus: GRAFIMA, 1984, p.46

(21) SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **As Viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)**; Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da capitania de S. José do Rio Negro. Apêndice ao Diário de Viagem; Relação geográfica e histórica do rio Branco da América Portuguesa. Manaus: ACA - Fundo Editorial, 1985, p.18.

(22) Idem. p.19.

(23) "Santa Anna de Saracá... foi erecta em villa com o nome de Silves pelo primeiro governador da Capitania do Rio Negro Joaquim de Mello e Povoas no ano de 1759". ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. **Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas**. Manaus: GRAFIMA, 1984, p.190.

(24) SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)**. Diário da Viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro; Apêndice ao Diário de Viagem; Relação geográfica e histórica do rio Branco da América Portuguesa. Manaus: ACA - Fundo Editorial, 1985, p.18.

No ano de 1669, Favella entrou no Rio Negro. Acompanhado por um missionário mercedário de nome F. Theodósio formou na margem esquerda do rio, nas imediações do Rio Aiurim, o primeiro aldeamento da região com índios das nações Tarumãs e Aruaquis.⁽²⁵⁾

Com seus aldeamentos perturbados pelo avanço e pelas freqüentes aproximações das frentes colonizadoras a seus territórios tribais, tanto pela região dos afluentes do Rio Amazonas, onde religiosos mercedários atuavam na tentativa de missioná-los e aldeá-los, enquanto tropas de resgates efetuavam "descimentos" para as povoações de Silves e Serpa, quanto pela região do baixo Rio Negro onde eram recrutados para a formação de aldeamentos e povoados, esses povos foram forçados a um gradativo retraimento ao vale do Rio Jauaperi e a seus tributários durante os séculos XVII e XVIII, transformando esta região na área de maior concentração populacional Waimiri-Atroari, a partir do século XIX.

A mudança da política do Estado português em relação à Capitania de São José do Rio Negro ocorreu após seus interesses geopolíticos terem sido garantidos com a incorporação das regiões compreendidas pelos Rios Negro e Branco a seus domínios coloniais. Por outro lado, a Capitania não correspondeu às exigências e às expectativas econômicas da dominação portuguesa, especialmente no aspecto econômico. Lembramos que na segunda metade do século XVIII o Estado português orientou a colonização do espaço amazônico para o desenvolvimento da prática agrícola, desestimulando o incipiente extrativismo vegetal e a rudimentar agricultura de subsistência e itinerante, substituindo-os por uma forte empresa agrícola que nasceu e se desenvolveu através das exigências do mercado externo e da organização mercantil monopolista. Enquanto outras regiões da Amazônia reajustaram suas atividades

(25) *Idem*, p.102.

produtivas ao modelo econômico e às exigências do Estado, prosperando economicamente, multiplicando seus estabelecimentos rurais com o desenvolvimento da produção agrícola e ampliando o crescimento urbano, o Rio Negro, após 1794, passou a conhecer uma grave crise econômica e a conviver com a decadência. A crise econômica atinge a Capitania de vários modos: as migrações de povoadores para outras regiões mais prósperas e a perda de importância administrativa da sede do Rio Negro provocou o despovoamento, a desertificação da região e o abandono das vilas e povoados. Adicionou-se à caótica situação por que passava a Capitania do Rio Negro, a remoção de sua sede administrativa do Lugar da Barra para a sua antiga situação na vila de Barcelos, ordenada pelo Governo do Estado do Grão-Pará, no ano de 1799, cuja consequência foi a descentralização e a diminuição da atuação dos Governadores. No bojo dessas mudanças o Governo do Estado do Grão-Pará extinguiu o Diretório, o que provocou um substancial aguçamento da difícil situação dos povoados e da economia local, uma vez que estas medidas possibilitaram a fuga em massa de índios, cuja força de trabalho ainda era responsável pela diminuta produção que movimentava a fraca economia da região.

Apesar da intensa ocupação e exploração do Rio Negro até meados do século XVIII, algumas de suas regiões permaneceram invioladas, servindo de abrigo e refúgio para muitas nações indígenas que não foram contactadas. Com o advento da crise que assolou o Rio Negro gerada pela reordenação dos objetivos econômicos do Estado português, adicionada à incompetência administrativa dos governadores da Capitania a área passou por sucessivas crises sociais e políticas, tais como: crise do processo de lusitanização da Amazônia, crise do sistema colonial e do antigo regime; extinção do Diretório etc; dificultando o avanço e sua ocupação até meados do século XIX.⁽²⁶⁾

(26) Ver CORREA DA SILVA, Marilene. *O Paiz do Amazonas*, especialmente os capítulos II, III, e IV. Dissertação de Mestrado. PUC /São Paulo. 1989, 312 pp.

Uma das regiões do Rio Negro que se manteve isolada foi a do Vale do Rio Juaperi, cuja população indígena sempre ofereceu resistência, impedindo qualquer avanço sobre seu território. Embora os portugueses tivessem conhecimento dos indígenas que povoavam a área e mesmo com a formação da vila de Moura em frente à foz do Jauaperi os Waimiri-Atroari sempre exerceram o controle de sua foz, repelindo as iniciativas lusitanas para ocupá-lo e explorá-lo.

Enquanto os Waimiri-Atroari resistiam à invasão de seus territórios na região do Rio Negro, o mesmo não ocorria na retaguarda, ou seja, pela região dos Rios Uatumã, Jatapu e Urubu, onde as frentes de ocupação coloniais e de extratores de drogas do sertão penetravam mais facilmente; partindo das vilas de Serpa e Silves, estabelecendo a exploração econômica, promovendo "descimentos" das populações indígenas que eram ou encaminhadas a essas vilas ou utilizadas para a formação de aldeamentos na região. No ano de 1814, Crispim Lobo de Macedo reuniu na margem ocidental do Rio Uatumã algumas aldeias indígenas Pariquis, fundando a povoação de Sant'Ana de Uatumã⁽²⁷⁾ e, em 1819, Manoel Antonio da Silva fundou na foz do Rio Jatapú, em sua margem esquerda, o povoamento de Santo Antônio do Jatapú, encaminhando para esta região aldeamentos Parintintin.⁽²⁸⁾

As constantes pressões exercidas pelos povoados de Silves e Serpa, e pelos agentes da produção extrativa sobre a população Waimiri-Atroari que habitava esses afluentes do Rio Amazonas, durante a primeira metade do século XIX, promoveram o deslocamento de muitos indígenas de seus territórios tradicionais para a região do Rio Negro, aumentando a concentração populacional na área. Ao abandonar compulsoriamente suas terras, os Waimiri-Atroari viram-se privados de exercitar suas formas de sustento tradicionais. Ao longo dessa perambulação, esses índios, que antes exerciam uma

(27) ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. Manaus: GRAFIMA, 1984, p.202.

(28) Idem, p.102.

prática agrícola, passaram a ter como alternativa de sobrevivência a pilhagem das plantações dos povoados coloniais. Os estabelecimentos rurais localizados na margem esquerda do baixo Rio Negro, principalmente os sítios do povoado de Airão, foram freqüentemente "violados" pelos Waimiri-Atroari expulsos de suas terras, dando início a pequenos conflitos localizados com a população rural. À medida em que eram recebidos com violência, os Waimiri-Atroari partiram para a retaliação, empreendendo ataques aos sítios e embarcações desses povoados.

Não obstante ser esta a sua estação, aparecem no Rio Negro, onde estão pelo Uacriau, em frente de Jahú, a aggreir as embarcações e plantações; o que supõe grande facilidade de comunicação por traz de Saracá, Itacoatiara e Manaus.⁽²⁹⁾

Em meados do século XIX, os ataques esporádicos e agressões praticados pelos Waimiri-Atroari aos estabelecimentos rurais de Airão e às embarcações que navegavam nas proximidades de seu território tribal, ou seja, nos igarapés e afluentes da margem esquerda do baixo Rio Negro, evoluíram para uma seqüência de violentos conflitos, tanto no Vale do Jauaperí quanto em outras regiões do baixo Rio Negro. A população das localidades de Moura e Airão começaram a invadir a região do Rio Jauaperi para exercer atividade de pesca e virada de tartaruga, ao mesmo tempo em que as frentes de extratores de "droga da mata" passaram a avançar sobre seu território tribal.

(29) Idem, p. 128.

CAPÍTULO II

A EXPANSÃO DA SOCIEDADE NACIONAL SOBRE O TERRITÓRIO WAIMIRI-ATROARI DURANTE O SÉCULO XIX

*"Vieram então as expedições militares duplamente
execrandas pela covardia que representavam e pelo
numero de vitimas que inutilmente fizeram."*

Alípio Bandeira (*A Cruz Indígena*)

A crise econômica, social e política que envolveu a Capitania de São José do Rio Negro em meados do século XVIII, prorrogou-se até o final da primeira metade do século XIX. A mudança de estatuto político do Brasil para uma nação independente, apesar de ter promovido uma série de revoltas populares na Capitania com sua redução à situação de Comarca vinculada ao Governo do Pará para efeito de determinação da Representação Nacional, a decadente situação da região do Rio Negro não se alterou⁽¹⁾ e nela as áreas de ocupação tradicional das nações indígenas Waimiri-Atroari. Embora tenha ocorrido o recrudescimento da política indigenista do Brasil-Reino,⁽²⁾ na Capitania do Rio Negro a administração da política indigenista era estarrecedora: **"o descimento dos índios foi excessivo neste tempo, por semelhante opressão (...) e na Barra (Manaus) forão vistos indígenas trabalhando acorrentados, como se fôrão condemnados"**.⁽³⁾

As propostas sobre catequese e civilização dos índios, de José Bonifácio, encaminhadas à Constituinte de 1823, não foram consideradas: o Império brasileiro até o período da Regência manteve inalterada a postura oficial em relação aos povos

(1) "A pobreza participava da fisionomia da sociedade. Um livro do tabelião de Barcelos, entre 1801 e 1806, dá-nos a idéia fiel dessa condição de penúria em pleno sertão (...) As propriedades agrícolas não apresentavam aquêle ar fidalgo; faustoso, das fazendas do nordeste. Martius e Spix, que correram o vale às vésperas da independência, não viram traço de suntuosidade. O lugar da Barra, hoje Manaus, cabeça da capitania do Rio Negro, era um burgo que principiava a viver - 3.000 habitantes, de que "parte não residia nas modestas habitações urbanas, de tetos de palha, conquanto providas algumas de móveis importados, vivia das fazendas e pescarias da margem do rio, congregando-se sómente por ocasião de alguma festa de igreja". REIS, Arthur Cezar Ferreira - **Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia**, Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas: 1966, p.121.

(2) Ver MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. **Índios da Amazônia: De maioria a minoria (1750 - 1850)**. Rio de Janeiro, 1984. (fotocópia do original) p.17 a 19.

(3) ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. **Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas**. Manaus: GRAFIMA, 1984, p.151.

indígenas. As alterações formais da política indigenista do Império só vieram a ocorrer com a promulgação, por parte do governo regencial, das primeiras leis indigenistas, as quais já continham um caráter nacional.

1. Lei de 27 de outubro de 1831.

Revoga as Cartas Régias de 1808. Reinstítui o estatuto de órfãos para os índios e os juizes de paz ficando sendo seus tutores. Todos os índios até então em servidão são desonerados.

2. Lei de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional)

Determina que as Assembléias Legislativas provinciais e os seus governadores cuidarão da civilização e catequese dos índios.

3. Decreto n. 426 de 24 de julho de 1845. Cria as Diretorias Gerais dos Índios em cada província, que, por sua vez, ficaram encarregadas de criar as diretorias parciais para cada aldeia ou conjunto de Aldeias. A nomeação do diretor geral fica a cargo do imperador. Dispõe sobre o regulamento, favorece a catequese, proíbe a servidão dos índios e os maus tratos. Obriga os índios ao serviço público mediante salário e ao serviço militar, mas sem coações, e prisão correcional de até seis dias.⁽⁴⁾

Apesar da legislação colonial de 1798 ter abolido o trabalho compulsório indígena, a prática de apresamento e "descimento" de índios continuou a ser efetivada na região do Rio Negro. Os índios aprisionados eram encaminhados para o setor produtivo da indústria extrativa, que ainda resistia na região, ou para o serviço nas lavouras em outras regiões, onde foram também empregados em trabalhos de construção de centros urbanos.⁽⁵⁾ Mesmo com o advento da nova legislação editada durante o período do

(4) GOMES, Mércio Pereira. *Os Índios e o Brasil: ensaios sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 79 e 80.

(5) Ver MOREIRA NETO, Carlos de Araujo - *Índios da Amazônia: De maioria a minoria (1750 - 1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988 p.31 a 36.

governo regencial, estas práticas tiveram continuidade na região, mas não atingiram a área do Vale do Rio Jauaperi.

O confronto envolvendo as nações indígenas Waimiri-Atroari e a sociedade nacional teve início após o processo de incorporação da Amazônia ao Império brasileiro, que transcorreu através de uma violenta guerra movida contra os revolucionários cabanos no período entre 1835 e 1840, que reivindicavam a separação da Amazônia, do Império do Brasil. A adesão da Comarca do Rio Negro às tropas legalistas, no desenvolvimento da guerra civil, esmagando focos de resistência, principalmente na região do Rio Negro, contribuiu de forma decisiva para que o governo imperial elevasse a antiga Capitania à situação política de Província, que foi instalada a 01 de janeiro de 1852.

Nessa época, a população rionegrina situada entre a cidade de Manaus e São Gabriel da Cachoeira já era constituída por uma sociedade cabocla, mestiça de índios e brancos, além de um número reduzido de sociedades tribais, algumas ainda isoladas nos afluentes do Rio Negro, outras ao longo de suas margens, mantendo contatos permanentes com agentes da cultura regional, que as envolvia e absorvia na busca de força de trabalho, dada a baixa incidência de imigrantes brancos e de escravos negros na região.⁽⁶⁾

A economia continuava, como no passado, assentada nos estreitos limites da exploração extrativa e manufatureira. A monocultura durante este período não alcançou importância e foi sobrepujada pela indústria extrativa, baseada na exploração de produtos florestais, como o cacau, o cravo, a canela, a copaíba, etc, e produtos animais, que tinham mercado certo na Europa e eram colhidos, elaborados e transportados com o concurso da mão-de-obra indígena, ainda forte e acessível na região. À cada

(6) Sobre a escravidão negra na Amazônia ver REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965. p.145 a 156.

descoberta de um novo produto e o aumento do consumo no mercado, ampliava-se a expansão dessa atividade econômica.

A absorção da força de trabalho indígena variava seguindo a oscilação da procura e dos preços do produto no mercado internacional. Os "descimentos" de índios deixaram de ser uma prática exclusiva das tropas portuguesas, agora substituídas pelos comerciantes e regatões, que passaram a "descê-los" e distribuí-los entre sítios e povoados como trabalhadores para a indústria extrativa, como escravos, na condição de mercadorias, e raras vezes aparecem como trabalhadores assalariados.

Para o regatão, **"sua empresa maior é a exploração do índio, que trabalhava o ano inteiro juntando a copaíba, a canela, o cravo, a salsaparrilha, a piaçaba para trocar por pouco mais que nada".⁽⁷⁾**

A atuação desses agentes da cultura urbana, principalmente do regatão, cresceu e se intensificou, à medida que subiam o Rio Negro até seu alto curso, aliciando as populações indígenas e introduzindo o consumo de artigos como o sal, o açúcar, o tecido, a aguardente e outros objetos de metal como o facão, o machado de ferro, facas e quinquilharias que passaram a ser incorporados culturalmente, criando entre essas populações a necessidade e dependência desses produtos.

A continuidade deste convívio trouxe como consequência o êxodo de índios de várias procedências tribais que, pela necessidade do consumo desses produtos, contraíram pesadas dívidas, e para saldá-las se fixaram junto a povoados e centros de produção extrativa, onde na maior parte das vezes trocavam sua força de trabalho como forma de pagamento. Nas localidades em que se instalavam, praticavam alguma atividade agrícola, voltada principalmente para o cultivo de pequenos roçados de mandioca, para o sustento, e reorganizavam suas vidas nos moldes semelhantes às dos

(7) RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p.27.

caboclos. Entretanto, dos muitos índios que "desceram" motivados pela imigração compulsória, poucos retornaram às suas aldeias; a maioria pereceu vitimada pela fome, febres ou mesmo exaurida pelo duro trabalho a que era submetida.

Algumas nações indígenas resistiram ao avanço da sociedade regional sobre seus territórios, e quando a resistência se tornava impraticável, a solução era necessariamente a mesma que muitos povos adotaram no passado, frente à expansão colonizadora portuguesa: procuravam refúgio no interior da floresta principalmente nos lugares de difícil acesso às frentes extrativas e à ação dos agentes comerciais. Mesmo assim, a mudança de região e de ambiente significou muitas vezes a morte tanto pela falta de elementos necessários à sobrevivência quanto pela falta dos produtos que haviam incorporado em suas culturas, sem os quais era impossível a sobrevivência. Além desses problemas, carregavam consigo, na fuga para o interior das florestas, moléstias estranhas à sua cultura, contraídas durante o período de contacto com os agentes da cultura regional, tais como: o sarampo, a gripe, o paludismo, a tuberculose, etc.

O povoamento do Rio Negro, durante a instalação da Província do Amazonas (1852), continuou inalterado; os raros e pequenos povoados, formados no século XVIII, representavam os raros e decadentes centros urbanos e sedes administrativas da região, contando com reduzida população e pequeno comércio distribuído em armazéns, lojas e oficinas voltados para o fornecimento de mercadorias aos sitiantes e à diminuta população que se distribuía ao longo do curso do rio. Essa população era constituída por contingentes de índios, que sobreviveram ao processo de convívio e de exploração, e por brancos, tanto portugueses quanto de outras regiões brasileiras, que formavam ao longo do curso do rio uma sociedade cabocla. Apesar do incentivo dos dirigentes da Província para o fomento de uma produção agrícola, a economia do Rio Negro

continuou assentada na indústria extrativa, em que a imposição da natureza, expressa na disposição dos locais onde são encontrados os produtos florestais, obriga os produtores a sair a esmo em busca do produto, impedindo a formação de grandes núcleos populacionais e obrigando a dispersão da população pela região.

Foi com esta sociedade do Rio Negro que os Waimiri-Atroari começaram a estabelecer uma relação conflituosa, principalmente com as populações formadoras das freguesias de Moura, localizada em fente da Foz do Rio Jauaperi, e de Airão, localizada imediatamente abaixo de Moura, nas proximidades da Foz dos Rios Camanaú, Curiaú e Apuaú, tradicionais territórios dessas nações indígenas.

Na medida em que aumentava a presença da sociedade regional nas áreas dos Rios Uatumã, Jatapu e Urubu, aumentavam as correrias e as agressões dos índios que se retiravam destas regiões, sobre os sítios e moradores das freguesias de Moura e Airão, sem que, no entanto, fosse registrada a ocorrência de vítimas entre as populações dessas localidades. Seguidas vezes os índios procuraram estabelecer contato pacífico, porém foram recebidos à bala, estabelecendo-se um relacionamento cada vez mais conflituoso.

A permanência dos conflitos obrigou os Waimiri-Atroari a fixar seus aldeamentos não são mais nas proximidades do Rio Negro, mas no interior da floresta, em locais onde ficassem abrigados dos ataques, tanto da sociedade que os envolvia, quanto dos coletores de droga da mata. Porém, partiam de seus aldeamentos em direção ao Rio Negro durante a vazante dos rios da região, procurando as praias que se formam entre o Negro e os rios que banham seus territórios tribais, para efetuar viradas de tartarugas e colher seus ovos praticando também a pesca e a caça que, durante o período de vazante dos rios, abundam nesta região. Normalmente, durante esse período, encontravam-se com a população ribeirinha do Rio Negro, que também se dirigia para aquelas regiões

a fim de efetuar a mesma atividade, quando essa população ribeirina se aproximava, era normalmente repelidas pelos índios. Ao subirem as águas dos rios, inundando as praias, retiravam-se para seus territórios tribais, isto é, para as terras altas, onde cultivavam suas roças e davam continuidade a suas vidas, interrompendo temporariamente os atritos naquelas regiões. Após a instalação do governo provincial do Amazonas, o interesse pelo conhecimento da região do Rio Jauaperi começou a crescer, principalmente visando a expropriação das terras indígenas e a exploração econômica da área. No ano de 1855, o Presidente da Província, Manoel Gomes Corrêa de Miranda organizou uma entrada na região sobre o comando do Capitão Ribeiro Guimarães com a finalidade de efetuar seu reconhecimento geográfico e fazer o inventário de seus recursos naturais e humanos. **"Navegou ao todo 45 dias, atravessou 50 cachoeiras e, posto encontrasse frequentes indícios de gentios, nunca viu nenhum, nem foi jamais molestado".**⁽⁸⁾

Após o conhecimento do relatório do referido Capitão e, alegando o pretexto de defender as populações de Moura e Airão das correrias dos índios, o Presidente da Província do Amazonas, João Pedro Dias Vieira, adotou medidas menos brandas que aquelas que norteavam o Regimento das Missões do Império Brasileiro (Decreto No. 426 de 24 de julho de 1845), que definia como medida para incorporar as sociedades indígenas à sociedade nacional o binômio Catequese e Civilização; fez uso das forças policias e militares, sob o comando do Major Manoel Ribeiro de Vasconcellos, para efetuar uma entrada no Rio Jauaperi, com a finalidade de reconhecer e retirar os índios da região, através de uma ordem datada de 15 de março de 1856.

Cumprindo evitar as depredações que quasi annualmente praticam os Gentios Uaimiris, amalocados nas cabeceiras do Rio Uatucará, tributário do Rio

(8) BANDEIRA, Alípio. *Jauapery*. Manaus, 1926, p.16.

Jauapery, os quaes até hoje só tem mostrado inaceciveis (sic) a todo o trato e comunicação com gente civilizada, tenho resolvido encarregar a V. Mc^e. de explorar as mattas, onde os ditos Gentios se achão, e conduzi-los para fora dellas. N'esta cômmissão deverão V. Mc^e. observar as instrucções seguintes: 1o. Reunirá cinquenta praças da Guarda Nacional sob seu commando (...) subirá pelo Rio Jauapery e irá as malocas dos ditos gentios Uaimiris. Procurará por todos os meios brandos e suasorios a seu alcance, reduzi-los á acompanharem-n'o para a Freguesia de Moura, ou Carvoeiro onde os aldeará...

Só em caso de absoluta e extrema necessidade uzará V. Mc^e. da força contra as aggressões dos mencionados Gentios (...) 2o. No regresso (...) mandará construir as accomodações precisas para permanecerem ahi destacados um cabo e dez praças (...) afim de proteger no futuro a navegação. Desta exploração apresentar-me-ah V. Mc^e. um relatório minucioso (...) dos lugares por onde passar (...) da produção, natureza de suas margens...⁽⁹⁾

Mesmo com a resistência e o enfrentamento que os Waimirí-Atroarí moveram contra a tropa militar, a luta foi desigual e não conseguiram resistir à fuzilaria das armas da tropa do Major Vasconcellos. Colhidos de surpresa, os Waimirí-Atroarí ainda tiveram tempo de retirar as mulheres e crianças da aldeia, impedindo que a tragédia ganhasse maior proporção, visto que em seguida à resistência, o referido Major e seus subalternos invadiram e conquistaram o aldeamento. Apesar de não ter conseguido fazer qualquer apresamento, a tropa deteve-se a saquear o que os índios haviam deixado nas malocas durante a fuga. A versão apresentada pelo Major Vasconcellos sobre a ação foi a seguinte:

(9) EXPOSIÇÃO feita ao Excellentíssimo Senhor Presidente da Província do Amazonas o Doutor João Pedro Vieira pelo 1º Vice-Presidente Doutor Manoel Gomes Correa de Miranda por ocasião de passar-lhe a Administração da mesma Província em 28 de janeiro de 1857. Manáos: Typographia de F.J. da S. Ramos, 1857.

No dia 9 soltei com a tropa na margem meridional do rio, (...) segui em demanda da maloca dos Gentios; (...) no terceiro dia, 11, quando fomos descobertos por um aborígene que andava à caça, o qual imediatamente voltou às malocas a dar avisos aos seus; seguimo-lhes no encalço, e antes de uma hora, que o fazíamos, fomos cercados por uns cem Uamiris, que denotados nos atacarão, lançando sobre a tropa um choveiro de flechas. Mandeí fazer-lhes fogo (...) e avançando sempre ganhei as casa(...) Os índios haviam cercado os nossos quartéis e só no dia 12 foi que se retirarão para o centro, para onde tinham mudado suas famílias antes que chegassemos as suas malocas, pois que ali não encontramos uma só pessoa (...) De cada um destes objetos (encontrados na maloca), tenho a honra de apresentar a V. Ex^a. algumas peças. (...) não devemos nós desprezá-los, antes procurar pelos meios a nosso alcance chama-los a civilização, e aproveitar seus braços aos trabalhos agrícolas, para cujos, são as terras do Jauapery, e seus afluentes as mais próprias. Concluído o Quartel (...) deixei ali um destacamento de dez guardas e um Cabo. Ficaram armados, e municiados com 30 cartuxos embaldados para cada praça.⁽¹⁰⁾

Referindo-se a este episódio, João Barboza Rodrigues, além de confirmá-lo, acrescenta outras informações que não constam no relatório do Major Vasconcellos.

Depois de três dias em marcha, encontrou, a 11, um índio que, vendo a força, fugiu e foi dar sinal de alarma á maloca, Vendo os índios que suas habitações iam ser invadidas, reuniram-se para a defesa e foram ao encontro dos invasores que, indo com fim pacífico, ostentavam uma considerável força armada. Deu-se o encontro. Os índios com razão disputavam suas terras e defendiam suas famílias. Os invasores queriam prezas, pelo que se

(10) Idem.

ouviu a voz do fogo. Rebentou pela floresta o estampido da fuzilaria. As balas sibilavam cruzando-se com as flechas, no espaço. Os índios fugiram espavoridos, deixando no campo grande número de mortos. Os brancos tiveram um homem levemente ferido. Aos gritos de vingança e dôr entraram precipitadamente os vencidos nas malocas, de onde depois fugiram com as famílias. No dia 12 chegaram os civilizados á maloca. Depois de um grande saque, lançaram fogo ás casas, morrendo em uma dellas uma velha e uma criança que não tiveram forças para fugir. A 13 abandonaram esse theatro de horror e ganharam o rio levando todas as UBÁS. Subindo o Jauaperi, ao chegar no Makukuahú, alí levantou Vasconcellos um quartel onde postou 10 praças, recolhendo-se satisfeito por essa façanha que trancou as portas do rio e deu logar ás hostilidades.⁽¹¹⁾

A documentação oficial que os Presidentes da Província apresentavam à Assembléia Legislativa do Amazonas, no final de suas gestões frente ao Governo, revelam que a expedição do Major Vasconcellos fez abortar a possibilidade de convívio pacífico com os Waimiri-Atroari que, em represália ao ataque sofrido, passaram a alimentar um ódio irreprimível a todos que tentavam invadir seus territórios, partindo para violentas agressões a todos que deles se aproximassem.

Esta mesma documentação revela também que a maioria absoluta das agressões e massacres que passaram a ocorrer na região do Rio Jauaperi e em suas áreas limítrofes decorreram da imprudência de segmentos da sociedade rionegrina que passaram a avançar e a frequentar de forma constante a região dominada pelos Waimiri-Atroari, para desenvolver atividades de caça e pesca, onde eram vitimados pela agressão dos índios que partiam em defesa de seus territórios. A estas agressões, a sociedade nacional envolvente respondeu com sucessivas expedições militares punitivas,

(11) RODRIGUES, João Barboza. *Pacificação dos Crichânas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p.10.

desproporcionalmente maiores que os fatos que as motivaram.

Em ordem cronológica, a sequência de fatos que motivaram a emergência desta relação conflituosa foi a seguinte:

ANO	MÊS	LOCAL	OCORRÊNCIA
1862		Tauapeçurú	Os Uaimiris apareceram no lado. Não sendo perseguidos, retiraram-se sem que fizessem mal algum.
1863		Tauapeçurú	Os Mameris apareceram no distrito da Tauapeçurú, mataram Joaquim Galvão e seu escravo Silvestre, infundindo terror na população.
1865	fevereiro	Jauapery	Mataram umcaácdor, tirando-lhe os ossos e deixando os músculos sobre um girao.
1865	março	Curiaú	Mataram um caçador e feriram outro com flechas.
1865	março	Curiaú	O governo provincial enviou um destacamento de 15 praças para efetuar uma batida na região e proteger os habitantes do lago Curiaú.
1865	março	Airão	Tentaram assaltar a população de Airão.
1865	março	Moura	Os índios procuraram se aproximar de Moura.
1865	março	Jauapery	Os Uaymirys mataram João Sebastião de Castro e Eduardo Pereira dos Reis que pescavam no Jauapery.
1866	março	Jauapery	Expulsaram a diligência do missionário Frei Samuel Luciani.
1867	fevereiro	Curiaú	Atacaram o lago matando João Galvão e seu filho, ferindo vários pescadores.
1867			O chefe de Polícia de Moura solicitou ao governo da Província um destacamento militar para evitar assaltos dos índios do Jauapery.
1868		Jauapery	Os índios do Jauapery atacaram alguns viajantes.
1868	março	Jauapery	Os Uaimiris atacaram e mataram uma família de 13 pessoas que pegavam tartarugas no Jauapery. O governo mandou um destacamento militar para Moura e Tanapeçurú com a finalidade de reprimir os índios e garantir a tranquilidade da população.
1871	dezembro	Rio Negro próximo do Jauapery	Atacaram a embarcação do venezuelano André Level Guttierre, matando 2 tripulantes e ferindo 4.
1872	novembro	Moura	Miguel Nunes Benfica e Florentino José Guimarães encontraram 2 ubás com índios em frente a Moura e abriram fogo sobre os índios.
1872	novembro	Jauapery	Os índios mataram um escravo de nome Elias, pertencente ao Capitão Custódio Pires Garcia.
Informações colhidas nos Relatórios, Exposições e Faltas dirigidas pelo Presidente da Província do Amazonas à Assembléa Legislativa Provincial no período de 1856 a 1875 e no livro de B. Rodrigues "A Pacificação dos Crichanás".			

A documentação oficial registra somente as baixas sofridas pela sociedade regional, porém nunca aponta as baixas ocorridas entre os índios e nem os casos de agressão de que foram vítimas. As vítimas da sociedade Regional sempre aparecem destituídas de qualquer culpabilidade e sempre apanhadas de forma cruel e violenta pela agressão dos índios. Os crimes praticados pela sociedade regional nunca eram registrados e nem mereceram a atenção dos dirigentes da Província. A este respeito, João Barbosa Rodrigues fez o seguinte comentário:

O silêncio da floresta sepultava sobre seus humus as vítimas da selvageria do civilizado e o facto de uma ou outra de suas victimas apparecia isoladamente. O crime do índio apparecia, porém o número de victimas das balas civilizadas nunca tornava-se conhecido.⁽¹²⁾

Durante este período, continuaram as práticas de "descimento" de índios, com sucessivas operações na região dos Rios Uatumã e Jatapú. No ano de 1868, o Presidente da Província José Coelho da Gama e Abreo promoveu a invasão do Rio Jatapú para efetuar o "descimento" de populações indígenas. "Tentava eu fazer sahir das mattas a tribu Assahy do rio Jatapu... Esta tribu compõem-se de 400 homens e igual número de crianças e mulheres"⁽¹³⁾. A constante perturbação do território tribal, naquelas regiões, continuou promovendo o deslocamento indígena na

(12) Idem, p.11.

(13) EXPOSIÇÃO com que o Exm^o. Snr. Presidente da Provincia do Amazonas Dr. José Coelho da Gama e Abreo passou a administração da mesma ao Exm^o Snr. Presidente Jacinto Pereira do Rego no dia 9 de fevereiro de 1868. Manaus: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, 1868, p.474.

direção do Rio Negro, intensificando ali sua presença e aguçando os conflitos com a sociedade regional.

Em 12 de janeiro de 1873, os Waimiri-Atroari se aproximaram da freguesia de Moura e a população da localidade, ao percebê-los, reagiu ao encontro fazendo uso de armas de fogo. Movida pelo medo evadiu-se do local procurando refúgio e abrigo em uma ilha situada nas proximidades do povoado. A única vítima registrada no incidente foi uma criança recém-nascida que, no momento do abandono da localidade, foi esquecida pelos pais. Após o movimento de retirada e o consequente abandono de Moura por sua população, os Waimiri-Atroari a invadiram e tomaram todos os objetos que lhes interessavam, principalmente os de metal, em seguida se retiraram para o Rio Jauaperi.

O fato, segundo a interpretação de testemunhas da localidade ouvidas por João Barboza Rodrigues, poderia ter se configurado em uma aproximação pacífica por parte dos índios com a população de Moura, porém a possibilidade de paz reverteu-se em uma guerra de extermínio aos Waimiri-Atroari, motivada por uma série de medidas despropositadas tomadas pelo Governo Provincial e por suas autoridades policiais e militares.

Consta-me, por pessoas insuspeitas da localidade, que os índios entraram por diferentes pontos sem que offendessem, mas que, correndo todos ame-drontados e fazendo fogo, responderam á hostilidade. Achando o campo abandonado, assenhoraram-se delle e levaram consigo o que puderam. Parece que, si em vez de tiros fossem empregados outros meios, talvez não se desse o que se deu, porque penso que quem vem assaltar com um plano feito e inesperadamente, poderia fazer muitas victimas na população

descuidada, se o intento fosse o saque e a morte. Pelo que ouvi de pessoas insuspeitas, parece que vinham antes procurar a paz. Chegando á capital a notícia do facto, pintada com as côres mais sombrias da palheta do noticiarista, o Presidente fez seguir immediatamente para Moura uma força do 3º de artilharia, unida a uma outra do corpo provisório, commandada pelo commandante das armas, brigadeiro João do Rego Barros Falcão, que, além do estado maior, levou o médico Dr. Luiz Carneiro da Rocha e duas lanchas artilhadas. Sahiu a força de Manáos a 16 de janeiro, chegando a Moura a 18, quando já nenhum vestígio havia de existência de índios nas cercanias da villa. Fazendo estabelecer o panico geral que tinha havido, o general dividiu a sua força e foi em procura dos fugitivos. Em um lago a lancha encontrou 11 UBÁS vazias que fluctuavam, e grande número de corpos que boiavam. Foram as UBÁS mettidas a pique. Officialmente diz-se que os tripolantes morreram afogados porque não sabiam nadar, e se tinham precipitado n'agua ao approximar-se a lancha. Porém o que a tradição ainda conserva e o que ouvi por esse tempo em Manáos, foi que metralharam as canôas, matando á bala os que procuraram salvar-se a nado. A verdade não sei. Seguinão uma força por terra e chegando ao Ūrubu-Cuaru, internou-se pelo mato. Encontrando o tenente Pastana os índios, começou às 9 horas da manhã um vivo fogo que terminou alta noite. Não consta officialmente o numero de mortos, mas dizem que foi extraordinário. Nesta mesma data, o subdelegado de Tauapeçurú mandou bater os índios pelo Curiauhu. Restaurada a freguesia, começou então a estacionar ahi annualmente, de setembro a março, uma lancha de guerra para protegê-la.⁽¹⁴⁾

Impossibilitados de conviver pacificamente com a sociedade envolvente, em decorrência das trágicas experiências que se registraram, tanto nas regiões dos Rios Uatumã, Jatapú e Urubu, quanto na região do Rio Negro, só restou aos Waimiri-Atroari

(14) RODRIGUES, João Barboza. *Pacificação dos Crichanás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, pp. 14 e 15.

resistir e lutar de forma isolada. Nos anos que se seguiram à tomada de Moura, esses índios tiveram que remover suas aldeias das áreas mais próximas do Rio Negro em virtude da ação e dos ataques que lhes foram movidos por expedições militares punitivas, verdadeiras caçadas aos índios algumas vezes revestidas de caráter brutal e sádico, e que se estenderam até o ano de 1884. A repressão das tropas militares fracassou seguidas vezes em decorrência da extraordinária mobilidade dos Waimiri-Atroari em seus territórios, mas quando eram encontrados de surpresa nos rios e nos igarapés em suas pesadas ubás de difícil manobra, o conforto se tornava inevitável e desproporcionalmente desigual, uma vez que respondiam com flechas ao fogo cerrado dos fuzis e metralhadoras.

Os sucessivos confrontos dos Waimiri-Atroari com a sociedade regional aliado ao ódio aos invasores, motivavam-lhes atitudes de represálias aos ataques sofridos e à opressão imposta pelas tropas militares, passando a atacar a todos que se aproximavam ou que se encontravam nas áreas situadas dentro, ou mesmo fora, de seus domínios.

As operações e manobras de repressão das tropas militares contra os Waimiri-Atroari, na região do Rio Jauaperi, reiniciaram-se no ano de 1874 e foram registradas por João Barboza Rodrigues, cujas referências dispensam outras interpretações e informações, em razão da forma explícita de seu conteúdo.

A 29 de outubro de 1874, sendo commandante do destacamento o tenente Antonio de Oliveira Horta, que tomára o commando a 27 de março de 1873, appareceram nas immediações da freguesia, novamente, os Crichanás,⁽¹⁵⁾ em numero superior a 200 que foram mortos á bala, inclusive o chefe, ficando uma só praça ferida, a de nome Quintiliano José Pereira.

(15) João Barboza Rodrigues denominou aos Waimiri-Atroari de Crichanás.

Esgotadas as munições, a 31 de outubro de 1874, o referido commandante pediu ao commandante das armas mais 100 cartuchos embalados e 1.000 espoletas fulminantes. (...) Onze dias depois, isto é, a 9 de novembro, o mesmo commandante, com 20 praças, atravessou o rio Negro e entrou pelo Jauapery a dar caça aos índios. Ahi encontrou cinco UBÁS que estavam encalhadas à margem e mandou destruil-as. No dia 12 de novembro, pelas 10 horas da manhã, ouviu-se um tiro e um grito de alarma: era da sentinela do destacamento que, avistando um índio na matta que fica por detrás da freguezia, matara-o e pedia socorro. Immediatamente o commandante, tenente Horta, reunindo a força, marchou contra os índios, "fazendo-os fugir incontinenti com perdas da parte delles, que á proporção que iam cahindo, eram logo carregados por outros". Não consta que houvesse um só ferimento na força civilizadora, nem que os índios procurassem ferir os moradores. Depois deste feito com uma força de 34 homens, internou-se pelo matto, dando caça aos índios que escaparam. Com efeito, não tardou muito a encontral-os, obrigando-os a se refugiar em uma lagôa, 'onde fez vivo fogo sobre elles. Morreram muitos: feridos escaparam alguns, que se internaram pella matta' ficando ahi abandonados 12 UBÁS, foram nove picadas a machado e tres conduzidas como tropheus.

No dia seguinte, para que a população de Moura ficasse tranquilla, seguiu com a força para o theatro, onde na vespera se dera o drama de sangue. Ahi encontrou, segundo informações officiaes e segundo a opinião de uma praça, 23 índios feridos, todos escondidos entre a folhagem das arvores, onde estavam trepados silenciosos. Então começou uma seena de cannibalismo! Eram caçadores enthufasmados (sic) ante a um bando de guaribas! Cada um quiz sua parte na caçada. Apontavam a arma, descarregavam e o pobre índio cahia no meio de gargalhadas geraes! Assim cahiram todos, a excepção de um que ficou preso a um galho. Depois desta matança, retiraram-se os civilizados, mas não tanto como parecia, porque ainda a 23, voltaram para empilhar os corpos e lançar-lhes fogo, "escapando muitos

outros que já estavam em estado de putrefação dentro da lagôa." Os corvos abandonaram a obra civilizadora e ainda por muito tempo alvejavam pelas praias as ossadas dos infelizes Crichanás! O Commandante do destacamento foi sempre auxiliado nessas excursões pelos Srs. Manoel Gonsalves, vulgo Bicudinho, Hermogenes Rodrigues Pastana, Hermenegildo Rodrigues Pastana e outros que em sua parte elogia. Referiu-me o machinista Bruno, que assistiu a todo esse feito como commandante da lancha, que saltou em terra com as praças que tinha a bordo, sob o commando do tenente Emilio Augusto de Oliveira (...) que no dia anterior um índio foi degolado pelo professor Arruda, outro esfaqueado por Camillo Gonçalves de Oliveira, actual morador de Moura, outro preso à terra pelo pescoço, por meio de uma forquilha de pão, e que depois de quasi todos cahirem mortalmente feridos, Manoel Gonsalves com uma arma reúna não perdia tiros, matando muitos no lago. Quando voltaram no terceiro dia, trouxeram atravessado em uma ubá, a reboque da lancha, o cadaver de um índio, arrastado por uma praça da freguesia, esteve em exposição, sendo depois lançado ao rio".⁽¹⁶⁾

Para vingar seus mortos, os Waimiri-Atroari partiram para a retaliação sobre a população de Moura e dos estabelecimentos rurais situados nas proximidades do Rio Jauaperi. A cada ataque que efetuavam promovendo vítimas, o Governo Provincial enviava ao local um barco de guerra acompanhado por uma tropa militar para efetuar a punição e operações de batida na região, porém, quando chegavam, os índios já haviam se retirado.

A seqüência dos conflitos a partir desse período demonstra claramente que entre os Waimiri-Atroari e os representantes da ordem regional, o estado de guerra permanente era a relação predominante entre índios e brancos na região do baixo Rio Negro. A

(16) Idem, pp. 16 a 18 (grifos meus).

cronologia da violência entre 1874 e 1883 revela com clareza a posição que os Waimiri-Atroari passaram a assumir por conta da imposição do Governo Imperial. Reafirmam-se, nesses episódios, as práticas coloniais de rejeição do índio como elemento incompatível com a dominação. A ordem imperial produziu a ferocidade dos Waimiri-Atroari, fez a sua crônica mas não revelou as suas razões.

ANO	MÊS	LOCAL	OCORRÊNCIA
1874	30 de dez	Paraná-Miry do Uainó	Os índios mataram Suzanna, Celta, Genoveva e outras, escapando um menino de nome Luis que recebeu 9 flechas. Os corpos das mulheres foram encontrados sem cabeça. Esta notícia fez partir para Moura o tenente da armada Joaquim da Silva Coelho com uma lancha de guerra, porém não encontrou os índios.
1875		Paraná-Miry da Descarga	Atacaram uma "YARITÉ", onde três mulheres foram salvas pelos tripulantes que a conduziam.
1875	20 de março	Lago Grande	Mataram Florentino José Gonçalves.
1876	18 de março	Lago Cururú	Hermenegildo de Souza Brasil encontrou-se com os índios mas não foi atacado em sua fuga.
1876	16 de dez	Rio Jauaperi	O comandante do destacamento de Moura encontrou uma ubá, abriu fogo obrigando os índios a fugir, aprisionando a ubá.
1877	novembro	Praia do Jacaré	Jose Gonçalves de Faria (português), Jose Amancio e Jose Rinheiro estavam a procura de ovos de tartaruga, de volta ao barco encontraram dois índios, um fugiu e o outro foi morto à faca e a pauladas.
1878	22 de out	Rio Jauaperi	O frei José Maria Vila, acompanhado do cinco praças entrou no R. Jauaperi para missionar os Waimiri-atroari, que os expulsaram do rio, mesmo sob fogo cerrado movido pelo religioso.
1878	17 de nov	Ilha Urapenac. Rio Negro	Os índios apareceram sem nada fazer, entretanto a lancha n. 1 seguiu para o local disparando rajadas de metralhadora.
1879	17 de nov	Praia do Cururú	Mataram os índios Antonio José de Aguiar e expulsaram seus companheiros.
1880	9 de jan	Lago Curere	Manoel José Gonçalves Pacheco, acompanhado de seu neto e mais dois companheiros, se encontraram com os índios, abriram fogo, saindo o primeiro atingido por uma flecha. Em seguida, a lancha de guerra rumou para o local fazendo disparos de metralhadora.
1880	5 de jan	Praia Vermelha	Por suspeitar que os índios se encontravam no local, a lancha de guerra seguiu para a região, se nada encontrar, dispararam a metralhadora.
1880	16 de nov	Cureru	Apareceram nesta região os índios. Ao tomar conhecimento, o alferes Manoel Ferreira da Silva dirigiu-se com a lancha de guerra para a região metralhando-os.
1881	6 de jan	Igarapé acima de Moura	Flecharam Manoel Marques.
1881	6 de jan	Igarapé do Limão e Moura	Mataram Filipe Antonio Videira com 15 flechadas. posteriormente entraram na casa de Antonio Benfica em Moura, em que houvesse hostilidade, porém, foram perseguidos pela lancha de guerra e pelo destacamento militar de Moura.

ANO	MÊS	LOCAL*	OCORRÊNCIA
1881	19 de jan		Um criado de Horta encontrou 60 índios em 4 ubás, atirou sobre eles.
1881	29 de out	Urabiana	Os soldados atacaram os índios que estavam em uma praia das proximidades.
1881	21 de nov	Urabiana	Em represália ao ataque sofrido mataram dois soldados Tiburcio Mendes de Oliveira e Alexandre José Alves que apanhavam ovos de tartaruga na mesma praia. Depois de sepultados, os índios retiraram os corpos extraindo-lhes os dentes e ossos das pernas e braços, em seguida atearam fogo no quartel que os militares haviam construído na localidade.
1883	22 de out	Marakaká	Depois de serem avistadas 10 ubás, dirigiu-se a lancha de guerra com o tenente Horta e o sub-delegado de Moura, partindo para a agressão, prendendo o transporte dos índios e disparando suas armas MINIE durante toda a noite, promovendo uma cruenta matança.
Informações colhidas nos Relatórios, Exposições e Fallas dirigidas pelo Presidente da Província do Amazonas à Assembléa Legislativa Provincial no período de 1856 a 1875 e no livro de B. Rodrigues "A Pacificação dos Crichanás".			

Apesar da política indigenista do Governo Imperial ter articulado a renovação da idéia de civilização dos índios pela via religiosa, e ter reativado o sistema de Diretoria Geral dos Índios para administrar o processo missionário de catequese, essa política não vigorou no Amazonas. Tanto o Governo Provincial quanto a Diretoria Geral dos Índios, sempre alegaram a falta de religiosos na região para a execução desse projeto político, e adotaram como política indigenista oficial a violência e outros métodos de coerção para apressar o processo de integração das comunidades indígenas da região que consistia basicamente na expropriação de suas terras e força de trabalho. As justificativas para este procedimento aparecem tanto nos relatórios da Diretoria Geral

dos Índios quanto nos relatórios dos Presidentes da Província:

Prestando a catechese dos selvagens o maior serviço á religião e ao estado, infelizmente é ella desconhecida na Província, sendo o que mais carece (...) sem termos Missionários, os nossos Índios continuarão a viver a vida miserável, que vivem; que a sociedade irá perdendo o auxílio dos seus robustos braços, e a religião deixará de ter outros tantos prosselytos, quanto os que ora erram nas selvas (...) eu não vejo meios de conseguirmos os bons missionários (...) Ao bom Vigário mal chegará o tempo para curar das almas, a administrar o posto espiritual aos seus parochianos; e ao bom Missionário faltarão os instantes para catechisar; e dar exemplos de virtudes aos selvicolas, mostrando-lhes que o trabalho, e o respeito ás autoridades constituídas são os principaes mananciais da felicidade do homem sobre a terra; segue-se que o Vigario que fôr Missionário deixará de ser ora uma cousa, ou outra, com grave prejuízo da sociedade e da religião e com dispendio inutil aos cofres públicos (...) O Missionário deve ter sua residência permanente entre os índios, afim de poder com facilidade dirigir-lhes a palavra, e edificá-los com os seus exemplos e virtudes, fóra disso torna-se improficua a sua missão e em pura perda e despesa que se faz com o pagamento da congrua que percebe (...) Empregam-se os índios em geral na extração das várias drogas do matto. Seu numero presumo, vai muito além do que esta enumerado no quadro acima (17.385), e este meu pensamento se funda em que segundo dados officiaes, exporta-se da Província annualmente cerca de 40.000 alqueires de castanha doce, outras tantas arrobas de peixe-secco, 20.000 de seringa, algumas de salsa, cravo, puxiry, guaraná, etc. e tudo é trabalho d'esses homens, que não são assiduos no que quer que fazem.⁽¹⁷⁾

(17) RELATÓRIO do Diretor Geral dos Indios, Snr. Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, encaminhado ao Presidente da Província do Amazonas a 27 de janeiro de 1866.

Se os vigários estavam impossibilitados de exercer a função missionária, só restava para executar a "catequese e civilização dos índios" os órgãos repressivos do Governo Providencial. A civilização para os feitores da ordem não tem outro caráter senão a integração compulsória, como uma escolha entre a vida nacional ou a morte. Também é idealizada a civilização, como espaço a ser conquistado pela lei, pelo direito que deveria regular as relações entre brancos e índios e fazer com que as iniciativas privadas de violência sofressem um limite. O trabalho compulsório ainda é justificativa para os conflitos e mesmo extermínio dos índios:

O estado da população indígena constitue uma das preocupações administrativas do Amazonas. Varias recommendações e ordens expedi á policia, e ao Diretor Geral dos Índios, no intuito de ser bem attendido esse ramo de serviço publico, promovendo-se o bem estar dos gentios, tirando-os de coações e vexames para o trabalho publico e particular e empregarem-se esfor;cos afim de que a catechese e a civilização cheguem á esses infelizes (...) A catechese dos índios e nulla no Amazonas (...) Havendo nesta Provincia poucos escravos e pouca gente ou nenhuma apta para os diferentes serviços da sociedade, quer publicos, quer particulares, os Directares parciaes senão todos, a maior parte, sempre auxiliaram com os braços dos índios alguns trabalhos e melhoramentos materiaes, principalmente o fornecimento de tripolantes para as Canoas, guias expressos, etc.⁽¹⁸⁾

A política indigenista oficial do Império era incompatível com o tipo de atividade econômica desenvolvida na Província do Amazonas, o que levou os seus dirigentes a se opor ao Regimento das Missões e também impedir a ação missionária na região, para

(18) RELATÓRIO com que o Exmº Snr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello entregou a administração da Província do Amazonas ao Exmº Snr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira em 24 de julho de 1866. Recife: Typographia do Jornal de Recife, 1866.

que os religiosos não interferissem e impedissem a prática dos "descimentos", cujos métodos violentos e coercitivos eram empregados na obtenção rápida e fácil de mão-de-obra indígena, a ser utilizada na produção da indústria extrativa. Este fato aparece explícito no discurso de José Coelho da Gama e Abreo, proferido durante a passagem da administração da Província a Jacintho Pereira Rego em 9 de fevereiro de 1868.

Sobre catechese nada ha feito na província e o decreto de 1845, que délla trata, é quanto a mim inapplicavel e muitas vezes absurdo; sem que a força, ao menos para algumas populações mais bravias, as faça primeiro sahir das mattas, a palavra evangélica ou não pode ser empregada, ou será inutilmente.⁽¹⁹⁾

Apesar da inconveniência representada pelo trabalho missionário, os Presidentes da Província tiveram que recorrer por duas vezes ao trabalho dos religiosos para que tentassem efetuar a pacificação dos Waimiri-Atroari, uma vez que o emprego e uso da força policial e militar não surtiavam efeitos como método de integrá-los à sociedade nacional.

A primeira tentativa de pacificá-los pela via religiosa no período imperial, partiu de um contrato entre a Presidência da Província e o Vigário de Moura, Fr. Samuel Lucciany, que para desenvolver a ação missionária contava com o apoio da força pública. Porém, a 12 de março de 1866, os Waimiri-Atroari atacaram e expulsaram de seus territórios a diligência militar do referido religioso, que em seguida remeteu um ofício ao Presidente da Província pedindo que aumentasse o destacamento militar para cinquenta praças. A proposta de catequese apoiada por tropas e destacamentos militares

(19) EXPOSIÇÃO com que o Exm^o Snr. Presidente da Província do Amazonas Dr. José Coelho da Gama e Abreo passou a Administração da mesma do Exm. Snr. Presidente Jacintho Pereira do Rego no dia 9 de fevereiro de 1868. Relatórios da Presidência da Província do Amazonas. Manáos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, 1868, p.474.

do Fr. Samuel Lucciany recebeu como resposta do governo, a recisão do contrato:

A missão contractada com esta Presidência, não podia ser por V.M. abandonada, e entregue à força pública (...) V.M. mandou a força publica ter com os índios, não acompanhando-a, e de imprudência do Chefe, resultou que os gentios se embraveceram, e flecharam os guardas nacionais. Se o missionário tivesse acompanhado a diligência, ter-se-hiam sem duvida evitado os ferimentos, e dado alguns passos em favor da catechese. Pede-me que argumente o destacamento até cinquenta praças, donde se collige que é inutil, é esteril a sua missão. A força publica o governo a mandará independente do contracto que fez, e quando entender conveniente, e si só a força publica é que pode chamar a gremio da civilização os índios bravios, como V.M. expõe no seu citado officio então o contracto deve acabar".⁽²⁰⁾

A segunda tentativa religiosa de estabelecer uma missão entre os Waimiri-Atroari, no Rio Jauaperi, foi empreendida pelo Frei José Maria Vila, contratado em maio de 1878 pelo Presidente Barão de Maracaju.

Vila dirigiu-se para esse logar a 22 de outubro, acompanhado de cinco praças. Consta que, depois de três dias de viagem, chegando a uma praia onde havia algumas UBÁS velhas, deitou nellas varios brindes. Os índios apparecendo, o hostilisaram obrigando-o a retirar-se depois de vivo fogo; chegou a Moura a 2 de novembro (...) Passando o vapor seguiu para Thomar, de onde, em canôa, foi para o Uaupés.⁽²¹⁾

(20) RELATÓRIO com que o Exmº Snr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello entregou a administração da Província do Amazonas ao Exmº Snr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira em 24 de julho de 1866. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1866, pp. 309 e 310.

(21) RODRIGUES, João Barboza. *Pacificação dos Crichanás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p.20.

A História da Amazônia aponta que todas as nações indígenas que foram envolvidas pelo processo missionário ou se esfacelaram ou se extinguíram frente ao processo de colonização. Os Waimiri-Atroari aparecem na História como um povo que impôs resistência permanente ao processo de avanço da sociedade colonial e nacional sobre seu território. Em decorrência da recusa ao processo missionário, a violência policial foi o recurso mais utilizado pelo Estado para submetê-los. Os Waimiri-Atroari não se intimidaram e enfrentaram as expedições armadas, revidaram os ataques e passaram de perseguidos a perseguidores de todos que invadissem seus domínios. A bravura guerreira dos Waimiri-Atroari provocou uma alteração na tática repressiva. A catequese é pensada de novo como instrumento de integração, mas sem descartar o braço armado para "assegurar o contato". Os Waimiri-Atraori rechaçam a catequese e, sem outra alternativa, o Estado decide promover outra aproximação com esses índios, dessa vez sem armas e sem padres.

A primeira tentativa de pacificação dos Waimiri-Atroari, sem o uso da violência e destituída de caráter religioso e militar, foi efetuada por João Barboza Rodrigues no ano de 1884. Os primeiros contactos ocorreram no ano de 1873, durante uma exploração científica no Rio Jatapu, onde foi informado pelos índios da região dos conflitos que ocorriam no Rio Jauaperi.

Acabava de estar com os índios Uassahys, do rio Carimany (...), sabia que moravam entre as cabeceiras do Carimany e Jauapery; tinha informações que neste rio elles matavam os brancos, porque eram mãos, o que, pelos factos e pela comparação das armas, me dava certeza que os Uassahys não eram mais que os Jauaperys ou um ramo destes.⁽²²⁾

(22) Idem, p. 5.

Ao chegar em Manaus, tomou conhecimento da tomada da vila de Moura e da chacina efetuada pelas forças repressivas da Província. Após sua nomeação para o cargo de Diretor do Museu Botânico do Amazonas, retornou a Manaus em 14 de dezembro de 1883, e recebeu a proposta do Presidente da Província, José Lustosa da Cunha Paranaguá, para efetuar a pacificação dos índios do Rio Jauaperi.

"Aceitei de coração a proposta (...) para esclarecer minha crença e salvar das garras da barbaria centenas de almas que se perdiam ao meio da floresta, varridas pelo chumbo que a polvora impellia, sem que até então ninguém tivesse tentado sua pacificação."⁽²³⁾

Para mostrar que era possível efetuar uma aproximação e manter um convívio destituído de violência com os Waimiri-Atroari, João Barboza Rodrigues fez três excursões ao Rio Jauaperi, a partir de 29 de março de 1884. Na primeira missão, contou com o auxílio do Conde Ermmano Stradelli, que cuidou do inventário fotográfico da expedição, realizando dois encontros bem sucedidos com os índios, um na localidade denominada Maháua e o outro no igarapé Chichinaú.

Na segunda tentativa de contato, João Barboza Rodrigues não conseguiu atingir seu objetivo, por tê-la efetuado durante o período de cheia do rio, época em que os Waimiri-Atroari se retiravam para seus aldeamentos localizados nas terras mais altas. Na ocasião, João Barboza Rodrigues realizou o levantamento e o estudo botânico da vegetação da região, e deixou na localidade de Maháua uma pequena plantação de mandioca e milho, onde pretendia criar um posto com a finalidade de proteger e atrair

(23) Idem, p. 6.

os índios. Na terceira excursão, conseguiu contactar e atrair mais de cem índios para Maháua, onde estabeleceu relações de amizade, efetuou a distribuição de brindes e conquistou a sua confiança. Após o seu retorno à vila de Moura, os índios passaram a procurá-lo e visitá-lo, criando-se assim, pela primeira vez, oportunidade para um relacionamento amistoso entre eles e a população de Moura.

Entretanto parte da população de Moura e sitiantes da localidade viam no trabalho de Barboza Rodrigues uma ameaça a seus interesses econômicos na região do Rio Jauaperi, ao mesmo tempo em que vislumbravam a possibilidade da exploração da mão-de-obra indígena no trabalho na indústria extrativa, e a incorporação de suas terras no processo produtivo. O próprio João Barboza Rodrigues analisa o sentimento da população de Moura ao seu método de trabalho: "**Cumprе declarar que de Moura não partiu commigo uma só pessoa é, mais, que por todos os meios os moradores começaram a hostilizar-me**",⁽²⁴⁾ comenta, também, como tentaram inviabilizar o prosseguimento e desenvolvimento de seu trabalho:

Vendo que estava sendo victima de uma trama, urdida pelo pessoal de Moura com o fim de impossibilitar os projectos do governo e obrigaram-me a voltar para Manaós, sem realizar minha commissão, resolvi não me deixar envolver na rêde cujas malhas já se estendam até Carvoeiro. Procurei destruí-la.⁽²⁵⁾

Barboza Rodrigues solicitou das autoridades provinciais o imediato cumprimento da legislação do Governo Imperial para que fosse garantida às nações indígenas do Rio

(24) Idem, p. 39.

(25) Idem, p. 77.

Jauaperi, a posse efetiva das suas terras, bem como a proteção contra a ação dos invasores de seus territórios:

O sujeitar-se o indio a negocio, isto é, o derramar o suor para encher o regatão de productos que a este enriquecem e que troca por bugigangas, não chama-se civilização, porém immoralidade e embrutecimento(...) O civilizado só quer delle o braço e o suor, ainda que para isto derramem-lhe o sangue. Não desejam o homem, mais uma machina inconsciente. É triste que o senhor do solo, não podendo lutar, se torne escravo do invasor (...) Que o século XIX não assista mais a esse espetáculo. Que se prohiba a dispersão dos membros de uma tribu. Que suas terras lhes sejam legalmente doadas, como é de lei, sem direito de alienação. Que se cumpra o aviso de 21 de outubro de 1850, para que não sejam depois os índios usurpados do que é seu (...) Nenhum passo se pode dar proveitoso para o paiz e para o índio si não houver uma prohibição que evite o contacto entre índios e civilisados. (26)

Apesar do apelo de João Barboza Rodrigues para evitar novos morticínios, o Governo Provincial do Amazonas não tomou qualquer providência, a fim de não contrariar os interesses econômicos da região.

(26) Idem, pp. 128 e 129.

CAPÍTULO III

A PRODUÇÃO DA BORACHA E SEU REFLEXO NO TERRITÓRIO OCUPADO PELOS WAIMIRI-ATROARI

"Ahora el río ha sido completamente abandonado por los recolectores de caucho, que están alarmados por la última e inútil matanza de 1905, llevada a cabo por una expedición punitiva, enviada desde Manaos."

Theodor Koch-Grunberg (*Del Roraima al Orinoco*)

A economia da Amazônia que, no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, havia se voltado para a produção extrativa com a finalidade de exportação⁽¹⁾ e para o desenvolvimento de uma agricultura comercial,⁽²⁾ passou a perder importância tanto no comércio regional quanto no mercado internacional, cedendo lugar, na segunda metade do século XIX, para a indústria extrativa com base na exploração da borracha. Entre os anos de 1870 e 1910 a borracha afirmou-se como produto exclusivo, absorvendo a atividade econômica da região, onde os demais setores não puderam com ela competir na disputa dos fatores de produção. A indústria gomífera, além de ter recebido o estímulo do capital internacional para a sua produção, fez com que a Amazônia se integrasse a economia mundial:

Quando o Brasil mergulha no processo industrial, o Amazonas não fez mais do que estancar no tempo, volta-se para o sentido único do extrativismo e permitir que os apetites imperialistas reativassem a sua economia emperrada. Ativa-se o velho tripé da produção de matéria-prima: extrativista, exportador e importador. A monocultura, já em 1890, é perfeitamente hegemônica e parece sancionar o extrativismo para sempre. Tudo garantido por uma estreita conexão entre o poder público e o capital financeiro

(1) "Destarte, toda a especiaria que se acumulava no alto sertão foi sendo colhida e exportada para Lisboa, de onde tomava outra direção, distribuída pelos maiores mercados consumidores da Europa. Essa especiaria era chamada "droga do sertão" e se representava no cacau, na baunilha, no cravo, na canela, no puxuri, na salsa, nas sementes oleaginosas, nas raízes aromáticas, nas espécies variadíssimas de madeira, de logo empregados nas construções que se levantavam no Reino." REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966. p.167.

(2) "Na Amazônia, a essa altura, contavam-se três dezenas de vilas, duas Ouvidorias, e um já bem respeitável volume de produção que assim se se algarismava, no tocante à saída para a Europa: 145.669 arrobas de cacau, 65.465 de arroz, 14.040 de algodão e 4.793 de café." REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966 p.241.

internacional. Assim, voluntária e ingenuamente atado pelo processo do imperialismo, o Amazonas viverá alguns anos de dissipação e sonhos.⁽³⁾

A exploração do látex para a produção da borracha sempre requereu uma grande mobilidade dos extratores, uma vez que a seringueira (*hevea brasiliensis*) se distribui irregularmente nas florestas situadas em terras baixas, concentrando-se em meio a grande quantidade de outras árvores, sem valor comercial.

O seringal, apesar de ocupar enorme extensão territorial, foi quase sempre uma empresa desvinculada da terra, tendo como principal apoio o rio. O homem não se fixa como povoador, mas apenas, de forma temporária, como explorador, até o esgotamento do produto; quando se desloca para outras regiões. A terra ganha a forma de propriedade fundiária, cuja importância concentrava-se no domínio das vias de acesso aos seringais, tanto para a instalação do barracão,⁽⁴⁾ quanto para servir de guarda contra a deserção de trabalhadores ou extravio da produção.

A cada alta da cotação da borracha nas bolsas de valores internacionais, crescia e se expandia este ramo da indústria extrativa em todo o vale amazônico. Primeiramente, foram sendo explorados de forma sucessiva os seringais situados no baixo Rio Amazonas, atingindo posteriormente seu médio e alto curso, até alcançar os seringais do Rio Solimões e seus afluentes. No início do século atual, a atividade já atingia os seringais localizados nos Rios Juruá e Purus, até dentro do território boliviano, cuja região veio a constituir o atual Estado do Acre.

Inicialmente, a extração do látex foi efetuada pela ação dos bandos de caucheiros que abatiam as árvores do caucho⁽⁵⁾ para a obtenção do produto; posteriormente, apesar da forma primitiva, os seringueiros não mais as abatiam, mas sangravam-nas tão

(3) SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1977. p. 88.

(4) O barracão é a residência do patrão ou do gerente. Constituído por seu porto para o depósito da produção de borracha e pelo armazém provido de vários produtos e quinquilharias, com preços majorados, para estimular o seringueiro a gastar o dinheiro, uma vez que era impedido pela própria estrutura do sistema de adquirir qualquer mercadoria que não fosse fornecida pelo patrão a que estava vinculado.

(5) O caucho é uma árvore da família das Maráceas (*Castilloa ulei*), da qual se extrai a borracha.

profundamente que resistiam a poucas safras, provocando o sucessivo deslocamento dos bandos de extratores para outras regiões, distanciando-se cada vez mais dos portos de embarque da produção, ampliando os problemas de transporte das safras e alcançando as populações indígenas que se encontravam isoladas ou as que haviam se refugiado nos locais mais distantes para evitar o contacto.

A movimentação dos bandos de extratores sejam caucheiros, sejam seringueiros, imposta pela forma de produção da borracha, revelou-se como um novo cataclismo para as nações indígenas da Amazônia: - aquelas populações indígenas que conseguiram sobreviver ao processo de colonização e ao desenvolvimento da economia dos séculos anteriores, cuja ação se fixou basicamente na calha do Rio Amazonas e dos seus principais tributários, com uma expansão mais ou menos contínua; agora, a nova ordem econômica passou a alcançá-los e a envolvê-los onde quer que se encontrassem. Os agentes da produção gomífera alcançavam os lugares mais distantes; onde quer que pudessem chegar suas canoas: assaltavam e incendiavam aldeias, aliciavam populações indígenas e submetiam-nas à condições de vida semelhantes àquelas da fase inicial da colonização da Amazônia. Reativaram os "descimentos" para empregar, em larga escala, a mão-de-obra indígena, quer diretamente nos trabalhos junto à exploração e produção da borracha quer como tripulantes de canoas para o transporte das safras ou para o deslocamento dos bandos de extratores a procura de novos seringais; impedindo, dessa forma, as possibilidades de sobrevivência de formas tribais de vida.

O crescimento da taxa de demanda internacional sobre a borracha, adicionada ao lucro auferido na comercialização, passou a exigir o rápido aumento de sua produção, porém, a oferta de mão-de-obra disponível na região para ser empregada na produção gomífera não crescia na mesma proporção. Mesmo com a exploração do trabalho e da

mão-de-obra indígena, só foi possível elevar a produção da borracha, aos altos níveis que alcançou nos primeiros anos do século XX, com a exploração da mão-de-obra da grande massa de flagelados nordestinos que imigraram para a região amazônica em virtude das periódicas secas que assolavam suas regiões de origem, e que tinha como fundamento a questão agrária. Foram logo incorporados como seringueiros e explorados de forma criminosa pela organização de trabalho dos seringais:

O seringueiro, retirante nordestino que fugia da seca e da miséria, era uma espécie de assalariado de um sistema absurdo. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentracionária do seringal o levava a tornar-se um escravo econômico e moral do patrão. Endividado, não conseguia escapar. Se tentava a fuga, isto poderia significar a morte ou castigos corporais rigorosos. Definhava no isolamento, degradava-se como ser humano, era mais um vegetal do extrativismo.⁽⁶⁾

Para a execução do trabalho na produção da borracha, era necessário ao seringueiro percorrer duas vezes ao dia sua estrada⁽⁷⁾. Na primeira caminhada, que iniciava pela madrugada, o trabalho consistia em sangrar as árvores e fixar as tigelas para receber o látex; na segunda, recolhia a produção e retornava para a palhoça pela tarde. À noite, dedicava algumas horas para executar o serviço de coagulação do látex através da defumação. No espaço de tempo entre a primeira e a segunda caminhada, normalmente era efetuada um caça ou uma pesca para suplementar a alimentação que, na maior parte das vezes, era de enlatados importados. Em poucos meses de trabalho, os produtores de borracha e de riqueza se transformavam em mangotes de enfermos, que sucumbiam

(6) SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa Ômega, 1977. pp. 100 e 101.

(7) A estrada constitui uma longa picada, geralmente disposta em círculo que começa e termina na beira do barranco do rio, onde se instala o seringueiro, formando sua unidade de exploração. O seringal é, portanto, constituído pelo conjunto de estradas dispostas ao longo dos rios, normalmente localizadas de forma distante uma da outra.

vitimados pela avitaminose ou por outras moléstias adquiridas no interior das florestas.

Diante do avanço da onda invasora dos bandos de extratores só restou às populações indígenas resistir, ou fugir para as terras mais altas onde a seringueira não vingasse. Aquelas que impuseram a resistência, ou foram dizimadas pelas balas e doenças contagiosas, ou tiveram a unidade tribal dissociada, seja pela dispersão dos homens nas frentes de trabalho da indústria extrativa, seja pela tomadas das mulheres para satisfazer as necessidades sexuais dos bandos de extratores ou mesmo para conquistar uma companhia, único modo, ao alcance dos seringueiros, para quebrar o isolamento.

Na região do Rio Negro, a atividade extrativa da borracha atingiu seu baixo e médio curso, adquirindo conotações particulares, diferenciando-na do processo sócio-econômico que envolvia as demais regiões do vale amazônico.

A coleta do látex era efetuada nas ilhas dispostas em seu leito, ou seja, nas terras baixas onde propiciava a existência de um seringal, geralmente ocupado por um sítio. A produção da borracha era efetuada pelo proprietário do sítio, por seus familiares e por trabalhadores indígenas, que eram recrutados e "descidos" do alto curso do Rio Negro através da ação dos comerciantes e dos regatões que operavam na região. Por sua vez, o dono do sítio ou era dependente de um comerciante estabelecido em um dos raros povoados do rio; ou de um regatão das casas aviadoras de Manaus, que lhe financiava as safras.

Os regatões, em suas periódicas viagens no Rio Negro, substituíram a figura do patrão ou seringalista que atuava em outras regiões da Amazônia. Do típico barracão existente em toda a estrutura sócio-econômica da produção da borracha, no Rio Negro, mesmo levando em consideração a extensão de sua área, predominou a ação do regatão; ou seja, do patrão sediado em Manaus.

Além da produção extrativa da borracha, a economia rionegrina também se concentrava na produção de castanha do Pará, piaçaba, cipós e outras variedades de gomas, tais como: a sorva, a balata e a ucuquirana. A dispersão destes produtos naturais obrigava a população a se distribuir pela extensão do rio, impedindo a formação de nucleamentos populacionais mais densos e um convívio social mais intenso, bem como o desenvolvimento de outros tipos de indústrias, principalmente a agrícola. Entretanto, para reforçar este quadro, o ciclo da atividade econômica da região exigia da população local um grande movimento para o trabalho nas safras destes produtos, obedecendo à variação climática das duas estações da região: no "inverno", período predominantemente chuvoso, época em que os rios sobem, inundando as ilhas e as terras baixas de várzea, entre os meses de abril e setembro, a população se deslocava para as terras altas, para efetuar a coleta da castanha e desenvolver pequenos roçados. Nos meses seguintes, durante o período da vazante, ou seja, no verão, retornavam às ilhas para o trabalho da produção da borracha. Mesmo podendo ser cortada durante todo o ano a piaçaba depende da cheia dos rios, para o transporte da sua produção.

O baixo índice populacional da região do Rio Negro, registrado desde o final do período colonial,⁽⁸⁾ adicionado ao reduzido acesso de imigrantes na região e a constante exigência de braços para a produção na indústria extrativa, impôs como recurso o recrutamento de trabalhadores entre as populações indígenas de seu alto curso. O maior ou menor número de "descimentos" de índios para o trabalho na produção da borracha, castanha e piaçaba variava de acordo com a cotação deste produtos no mercado.

Mesmo com a numerosa quantidade de imigrantes, principalmente de origem nordestina, que ingressaram na Amazônia, nos anos que a economia gomífera atingiu

(8) "A população para ocupar toda aquela porção gigantesca do espaço amazônico, jamais se totalizou por altos números. Em 1751, contavam-se trinta mil fogos. Estimavam-se cem mil os habitantes, isto é, cem mil nativos aldeados pelos missionários nas quarenta e seis aldeias distribuídas pelo baixo Amazonas, Madeira, Solimões e rio Negro. Em 1775, somavam-se 936 brancos, 193 africanos, 10.620 índios aldeados. Em 1790, 1.176 brancos, 11.320 índios, 468 africanos. Em 1796, 1.485 brancos, 12.154 índios e 492 africanos. Em 1810, os fogos somavam 1.619; os habitantes livres, 3.071; os escravos, 729; os índios aldeados, 11.435." REIS, Arthur César Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966. p.171.

seu clímax,⁽⁹⁾ a incidência do movimento migratório no Vale do Rio Negro foi pequeno, merecendo destaque a presença de maranhenses e alguns portugueses, que foram absorvidos nos serviços de capatazia.⁽¹⁰⁾

A produção gomífera do Rio Negro no final do século XIX foi pouco representativa; a região só conseguiu um novo ascenso econômico por volta do ano de 1900, durante a fase de exploração intensiva da borracha, época em que seus principais núcleos de povoamento se converteram em importantes centros de comércio, adquirindo uma nova imagem com a modificação de suas antigas estruturas urbanas e com a construção de casas de alvenaria e sobrados.

A participação tardia dos seringais do Rio Negro no processo produtivo da borracha retardou o confronto entre os agentes da sociedade nacional e as nações Waimiri-Atroari na região do Rio Jauaperi que, desde o final da ação pacificadora de João Barboza Rodrigues, experimentaram um período de relativa tranquilidade, destituído de conflitos e de violências, que perdurou até o ano de 1905. Entretanto, na região dos Rios Urubu, Uatumã e Jatapu, tiveram seus aldeamentos perturbados pela constante ação dos bandos de caucheiros e de seringueiros que devassavam estas regiões em busca de novas concentrações de seringais. Os bandos de invasores, ao deparar com as populações indígenas, assaltavam as aldeias sequestrando as mulheres e as crianças, incendiavam as malocas e quando não exterminavam os homens, encaminhavam-lhes para as frentes de trabalho da produção de borracha. Os agrupamentos indígenas que conseguiram impor resistência, quando não eram tomados de surpresa, procuravam refúgio nas cabeceiras destes rios, ou mesmo se instalavam nas regiões de terras altas, fora do alcance dos extratores.

Apesar da Proclamação da República (1889) ter ocorrido durante o "ciclo da

(9) "No auge da corrida, tocavam no porto de Manaus, sem ao menos desembarcarem, cento e cinquenta mil indivíduos por semana, já a caminho dos seringais. Os retirantes esfarrapados não maculavam a civilização das cidades". SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa Ômega. 1977. p. 101.

(10) GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. p. 140.

borracha", o governo republicano não adotou qualquer providência oficial para modificar as relações de trabalho e de produção desta economia que se mostrava exigente em vidas humanas, tanto para o elemento branco nela engajado quanto para as populações indígenas, uma vez que a borracha era uma das principais fontes de divisas que o Estado podia contar. A Constituição Republicana de 1891, além de se mostrar incapaz de reverter o quadro de exploração, sofrimento e miséria dos cidadãos produtores de borracha e de riqueza, não atribuiu aos povos indígenas nenhuma lei que os defendesse ou protegesse, salvo no seu artigo 64, que transferiu o domínio das terras devolutas para os governantes estaduais. No Amazonas, esta lei permitiu aos governadores arguir legitimação para o uso e distribuição das terras indígenas entre os seringalistas e comerciantes da região.

No ano de 1901, o naturalista Richard Payer subiu o Rio Jauaperi com um acompanhante, contactou os Waimiri-Atroari da aldeia denominada Maháua onde foi recebido de forma hospitaleira. Durante a visita, arrecadou material etnográfico encaminhando-os para o Museu de História Natural de Viena. Em 1906, publicou um artigo intitulado "Viagens na área do Yayapery" no "Petermanns Mitteilungen", caderno 1º, fazendo o relato descritivo da sua viagem, acrescentando um pequeno vocabulário que levantou entre os índios da região e um mapa do rio, que não diverge muito do mapa publicado no livro de Barboza Rodrigues.

O contacto, destituído de hostilidade, e a receptividade dos Waimiri-Atroari para com Payer, mereceram de Theodor Koch-Grunberg o seguinte comentário:

A viagem de Payer também forneceu as provas de que estes índios tem todos os defeitos de um povo aborígene, mas que no fundo são pessoas bondosas

e que as atrocidades anteriores do Governo poderiam ter sido evitadas desde o início mediante uma atitude racional.⁽¹¹⁾

Nos anos seguintes, a indústria extrativa da borracha alcançou o baixo e médio curso do Rio Negro e com ela o estabelecimento dos agentes da produção na região, que não demoraram para se fixar na foz do Rio Jauaperi, na tentativa de dominar a exploração dessa área e de sua população indígena, uma vez que o Governo Provincial não havia tomado qualquer providência para regularizar a situação das terras tribais, que no momento eram configuradas como devolutas. Valendo-se do apoio desta situação, no ano de 1905 o comerciante Fuão Antunes escolheu a localidade de Maracacá, no delta do Rio Jauaperi e defronte de Moura para erguer seu barracão. "Nesse objetivo escolheu para seu preposto Fuão Vital, a quem ajudaram os índios a construir o barracão e com quem fizeram desde então bôa camaradagem."⁽¹²⁾

Alípio Bandeira registrou a sequência de fatos que se seguiram à instalação do barracão na região do Rio Jauaperi e o desenvolvimento das relações que se estabeleceram entre os invasores e os Waimiri-Atroari:

Vidal, terminada a obra, foi a Manãos buscar a família e os genros com que pretendia abrir o negócio, de volta, como era de esperar, recebeu a visita dos selvagens.

Estes, curiosos como são, invadiram a casa sem respeitar nenhum aposento e foram parar na cozinha.

A esposa de Vidal, por aborrecimento ou por medo dos visitantes pediu ao marido que os mandasse sair, o que logo se fez.

Um dos índios, porém, chegando a porta da frente escorou-se no portal e

(11) KOCH-GRUNBERG, Theodor e HUBNER, Georg. *Die Yauapery*. Zeitschrift für Ethnologie: Berlin. 1907. p. 229.

(12) BANDEIRA, Alípio. *Jauapery*. 1926, p.23.

relutou.

O barracão era, como ordinario nos rios amazonenses, montado sobre um girão de um metro e meio, mais ou menos, de altura.

Vidal em vez de esperar que o recalcitrante se resolvesse a partir pelo emprego de bons modos, impacientou-se e empurrou-o brutalmente, indo o infeliz cair de costas sob o solo.

Mal se levantou da queda, frechou o índio a Vidal, que promptamente o matou com um tiro de seu rifle.

Ao ouvir o estampido os outros selvagens, que estavam na praia junto às suas ubás, assassinaram um companheiro de Vidal que ahi também se encontrava e, ato contínuo, se retiraram. Vidal, amedrontado, abandonou logo o barracão, que os gentios posteriormente incendiaram.⁽¹³⁾

Ao chegar em Manaus a notícia do ataque, o governador do Estado, Constantino Nery, organizou e enviou para a região do Rio Jauaperi uma expedição militar comandada pelo capitão de polícia Julio Olympio da Rocha Catingueira, com finalidade punitiva. Em Moura, o comandante da tropa recebeu da família Horta, tradicional inimiga dos Waimiri-Atroari e principal interessada na exploração dos produtos extrativos de suas terras, um guia índio de nome Manoel, que fora tomado quando criança numa das diligências comandada pelo tenente e juiz de paz Antônio de Oliveira Horta contra os Waimiri-Atroari, para prestar auxílio e descobrir, como batedor, a localização das malocas.

A despropositada medida política do Governador do Estado do Amazonas, bem como a descrição do massacre promovido pela tropa militar e a crueldade a que foram submetidos os Waimiri-Atroari, foram registrados pelo etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, que na época se encontrava em Manaus. O conteúdo explícito do seu

(13) Idem. p. 23.

testemunho, nos remete a transcrevê-lo, dispensando comentários ao texto.

Os seringueiros já começavam a se estabelecer no rio e faziam trocas amigáveis com os índios, quando no outono do ano de 1905 chegou a Manaus a notícia totalmente inesperada que os selvagens teriam atacado os seringueiros e mortos alguns deles. O que havia precedido como sempre nesses casos, não se soube. Em consequência, o Governo retomou seus meios antigos, lastimáveis. Foi enviada contra os 'revoltosos' uma expedição punitiva de 50 soldados da polícia chefiada por dois oficiais, que de acordo com informações, infelizmente irrefutáveis, praticaram atrocidades horríveis e segundo consta mataram cerca de 300 indivíduos de ambos os sexos e todas as idades. Tem-se a impressão de ter voltado aos piores tempos da conquista; quando se ouve que nesta oportunidade um número de índios foi trancado numa maloca e queimados vivos pelos 'civilizados' desumanos. Foram levados presos para Manaus 18 homens e mulheres, onde meu amigo Georg Hübner conseguiu fotografá-los e registrar um vocabulário da sua língua. O tratamento dispensado aos índios pelas autoridades em Manaus foi grotesco. Para familiarizá-los com as bençãos da civilização - e não ferir a sensibilidade dos habitantes - lhes haviam vestido cuecas, meias, até mesmo botas e enfiado neles uniformes dos soldados locais. Foram alojados no Quartel da Infantaria. Como era de se esperar, alguns deles adoeceram logo em consequência da alimentação pesada, inusual, dos soldados, e dois morreram pouco depois da sua chegada. Mais tarde, pelo menos, se lhes permitia escolher no mercado sua própria comida e também a preparação dela. O que se pretendia, além disso, em manter os índios acostumados à vida da mata, durante semanas, em situação tão completamente diferente, foge ao meu discernimento. Mas certamente o Governo do Estado do Amazonas com tais procedimentos não favorecerá o trabalho de pacificação entre os seus tutelados. Em que condições estava esta pobre gente dentro de

*pouco tempo mostram várias das fotos aqui reproduzida.**

Ao serem presos, alguns deles desenvolveram uma admirável força física, tanto assim que foram necessários cinco a seis soldados para algemá-los. Ainda em Manaus percebia-se em alguns, feridas recém cicatrizadas produzidas pela tentativa de arrebentar as cordas, o que havia provocado cortes profundos. Apesar dos protestos do Sr. Hübner lhes haviam raspado os cabelos, de modo que as fotos só os mostram nesta forma mudada. Apenas a foto do grupo, a mais autêntica possível tomada antes disso num riacho próximo a Manaus, mostra seu costume original de trazer os cabelos cortados em volta da cabeça.⁽¹⁴⁾

Apesar dos protestos da imprensa e de alguns segmentos da sociedade manauara que se manifestaram contra o hediondo massacre aos índios do Rio Jauaperi, os culpados, ou seja, o mandante e os executores jamais foram responsabilizados ou mesmo processados criminalmente: Alípio Bandeira registra e critica esses acontecimentos e momentos:

Eis como, depois de caracterizar as devastações das antigas bandeiras, entradas e regatões, descreve e comenta o facto um jornal contemporâneo, de Manáos:

(...) todas essas perversidades sem nome, que foram a vergonha dos bandeirantes, todos esses massacres inúteis que dizimaram os índios dos nossos sertões, naquele tempo, acabam de ter agora uma copia fidelissima nessa expedição que o governo do Estado enviou ao rio Jauapery contra os índios conhecidos pelo mesmo nome: - Os Jauaperys (...) Houve nessa expedição, que ha de ficar como uma pagina sinistra na historia do Amazonas, requintes de malvadez, repizamentos de crueldade.

* O artigo publicado por Theodor Koch-Grünberg e por Georg Hubner é ilustrado com 12 fotografias, onze das quais, estampa cada índio, individualmente, de frente e de perfil e a outra, mostra o grupo, em sua forma original, logo que chegaram à Manaus. Nas fotos individuais, são estampados os índios com a cabeça raspada, em completo estado de subnutrição e com visíveis marcas dos maus tratos a que foram submetidos.

(14) KOCH-GRÜNBERG, Theodor e HUBNER, Georg. *Die Yauapery*. Zeitschrift für Ethnologie: Berlin. 1907. p. 229 e 230.

Uma aldeia inteira de infelizes selvagens foi barbaramente incendiada perecendo na imensa fogueira todos os habitantes da maloca, que preferiram deixar-se matar assim a entregar-se a gente sem entranhas, que os sitiavam! (...) Em outros pontos foram morticínios em massa, verdadeiras caçadas humanas em que cada qual timbrava em ser mais cruel! E tudo isto, toda essa imensa vergonha, que nos deshonra perante a civilização, é alardeada nos cafés e botequins pelos próprios autores desse atentado repugnante. Sabemos que não se cogita, que não se cogitará nunca de punição para esse crime vergonhoso que nos atira para mais de 300 anos atrás! Mas o nosso protesto vehemente contra esse novo systema de catechese ahí fica nestas palavras, e que os nossos sentimentos revoltados nos ditam e que nos lançamos ao público com os mesmos estóicos de indigna repulsa que lhe fizeram estremecer a alma, ao ter noticia desse crime atroz! 283 (duzentos e oitenta e três) índios mortos ficaram a apodrecer ao sol, pastos dos corvos esfamiados, reclamam em desagravo da civilização impudentemente conspiscada, a punição dos culpados! Mas esses culpados são homens dedicados ao governo... e nós não podemos ter ilusão acerca da punição, restando-nos apenas este desabafo solenne com que hoje nós desforramos da magoa intensíssima que essa vergonha imensa nos derramou dentro da alma. Os abomináveis criminosos ficaram de facto, impunes, assim os mandantes como os mandatários.⁽¹⁵⁾

Importantes informações sobre as populações indígenas da região do Rio Jauaperi foram registradas por Koch-Grünberg, que também faz considerações sobre o material lingüístico levantado por Barbosa Rodrigues, Payer e Hübner:

Com referência ao nome tribal destes índios há pouca clareza. Geralmente

(15) BANDEIRA, Alípio. Jauapery. Manaus. 1926. p. 23 e 24.

são denominados de Yauapery de acordo com o rio que habitam. Outros os chamaram de Uaimiri, Uamery, Waimery. Barboza Rodrigues (...) denominou os índios com que manteve contacto, com o nome de Crichaná (Krischaná) (...) Richard Payer distingue entre Yauapery e U-ah-miri. Segundo Hübner, os índios do Yauapery são estimados em (1907) - provavelmente mais - em 6.000. Se compõe de diversas tribos ou bandos, que no entanto falam todos a mesma língua com diferenças dialetais mínimas e com entonação um pouco diferente. Entre os presos trazidos para Manaus havia representantes dos seguintes bandos: Yauaperý, Paranarý, Atruahý, Amparo, Kabinaro. Não é possível que estes nomes se refiram, não a tribos diferentes, mas a indivíduos de diferentes aldeias de uma mesma tribo (...) A língua registrada por Georg Hübner pertence ao grupo Karib e concorda nas palavras que podem ser comparadas com a documentação de Payer, mas diverge consideravelmente do Krischaná mencionado por Barboza Rodrigues como 'a língua dos habitantes do Rio Yauapery (...) Nosso Yauapery se aproxima mais do Bonari, do qual lamentavelmente nos ficaram apenas as poucas palavras (38) registradas por Francisco Bernardino de Souza por volta de 1870, da boca de uma velha, segundo parece, última remanescente desta tribo (...) Estes Bonari viviam no rio Uatumã, que desemborça no Amazonas, abaixo do Rio Negro, pelo lado esquerdo e que no seu alto curso se aproxima do Rio Yauapery, o que explica o estreito parentesco das línguas.⁽¹⁶⁾

Nos anos seguintes à chacina ordenada pelo governo do Estado do Amazonas e promovida pelos seus policiais militares no vale do Rio Jauaperi, a região foi abandonada pela ação da indústria da borracha, mas não pela população de Moura, que continuou a frequentá-la:

(16) KOCH-GRUNBERG. Theodor e HUBNER. Georg. *Die Yauapery*. Zeitschrift für Ethnologie: Berlin, 1907, pp. 232 e seguintes.

Los 'héroes' de Moura sólo se arriesgan a entrar en el Yaguapery durante la sequía, en compañía de unos vinte a treinta botes, para pescar allí e coger tortugas. Sucede con demasiada frecuencia que disparan, inmediatamente contra todo índio que aparece.⁽¹⁷⁾

A odiosidade da população ribeirinha do Rio Negro em relação aos Waimiri-Atrari aumentava em virtude da continuidade dos embates que ocorriam entre os índios e a população de Moura, que frequentemente efetuava incursões nos territórios tribais. Estas lutas serviram para as conversas entre os passageiros dos barcos que trafegavam no Rio Negro, e versavam sobre histórias de chacinas, de cenas de trucidamento e até de antropofagia, ainda que na maior parte das vezes fossem inverídicas.

Quem sobe de Manaus, num dos pequenos barcos que fazem o percurso do Rio Negro até às grandes cachoeiras, pode estar certo que nos primeiros dias da viagem a conversa dos passageiros versa principalmente em torno dos 'índios bravos' do Rio Yauapery, os temidos 'antropófagos' (...) com respeito à crítica de antropofagia, feita geralmente aos índios do Yauapery, faltam todos os indícios.⁽¹⁸⁾

(17) KOCH-GRUNBERG, Theodor - *Del Roraima al Orinoco*. Vol. I, Venezuela: Ediciones del Branco Central de Venezuela. 1979. p. 24.

(18) KOCH-GRUNBERG, Theodor e HUBNER, Georg. *Die Yauapery*. Zeitschrift für Ethnologie: Berlin. 1907. pp. 226 e 232.

CAPÍTULO IV

A RESISTÊNCIA WAIMIRI-ATROARI AO PROCESSO DE EXPANSÃO DA ECONOMIA EXTRATIVA NA REGIÃO DO RIO NEGRO

"Desapareceram já vastos contingentes Atruahí e Waimirí do rio Jauaperi que se defrontaram com extratores de pau-rosa e outros coletores, procurando defender por todos os meios e independência o domínio de seu território."

Darcy Ribeiro (*Os índios e a civilização*)

Até o ano de 1910, quando o monopólio da produção de borracha começou a ser quebrado pelas plantações do sudeste da Ásia, o Estado brasileiro não havia definido uma política indigenista para regular as relações com as populações indígenas. Nos vinte anos de vida republicana os povos indígenas tiveram de enfrentar, em todo o território nacional, lutas sangrentas com as frentes de expansão: de seringueiros na Amazônia ou de colonos europeus na região sul do país, que avançavam sobre seus territórios; além da construção de ferrovias que cortavam as matas e da expansão das linhas telegráficas que atravessavam os sertões e liquidaram com as possibilidades de sobrevivência de numerosas nações indígenas que, quando não foram exterminadas, tiveram sua autonomia política e social destruída.

As notícias de práticas de violência e de extermínio de tribos inteiras que ocorriam em todas as regiões do Brasil, passaram a ocupar maiores espaços nos jornais do país, com a descrição dos massacres e com sucessivos apelos por providências do governo. As denúncias ganharam a adesão da opinião pública, que passou a organizar associações para a defesa do índio e de vários segmentos da sociedade civil, principalmente de acadêmicos e de positivistas. A questão indígena alcançou, também, espaços nos debates das assembleias legislativas e nas associações científicas, que passaram a exigir providências imediatas dos dirigentes da República no sentido de conter as

atrocidades e as chacinas a que os índios estavam sendo submetidos.

A celeuma se acentuou no ano de 1907, com a publicação de um artigo na Revista do Museu Paulista, de autoria do cientista Hermann Von Ihering, que na época dirigia a instituição, defendendo e justificando o extermínio dos índios hostis. A posição assumida pelo cientista, as denúncias de massacres de índios como parte de uma política adotada pelo Estado brasileiro, registradas no XVI Congresso de Americanistas, realizado em Viena no ano de 1908 e as críticas internacionais sobre a omissão do governo brasileiro frente ao extermínio das populações indígenas, contribuíram de forma decisiva para a fundação do Serviço de Proteção aos Índios no ano de 1910, cujo órgão ficaria encarregado da execução da política indigenista oficial do estado e vinculado ao Ministério da Agricultura, institucionalizando uma atividade que se propunha protetora, porém, reconhecendo como dever do Estado a assistência e a criação de condições para a evolução lenta das sociedades tribais até serem absorvidas pela sociedade nacional. O objetivo da assistência no regulamento estatuído como princípio de lei na criação do Serviço de Proteção aos Índios e confirmado, apesar das pequenas modificações, pelo Decreto Nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911 seria, entre outros, o de:

Art. 2º, § 2- Garantir a efetividade da posse dos territórios ocupados por índios, e, conjuntamente, do que nêles se contiver, entrando em acôrdo com os Governos locais, sempre que fôr necessário.

Art. 2º, § 3- Por em pratica os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos índios e reciprocamente.

Art. 2º, § 4- Fazer respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições, não intervindo para aldeá-los,

senão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes.

Art. 2º, § 5- Promover a punição dos crimes que se cometerem contra os índios.

Art. 2º, § 11- Envidar esforços para melhorar suas condições materiais de vida, despertando-lhes a atuação para os meios de modificar a construção de suas habitações e ensinando-lhes livremente as artes, ofícios e os gêneros de produção agrícola e industrial para os quais revelarem aptidões.

Art. 2º, § 12- Promover, sempre que fôr possível, e pelos meios permitidos em direito, a restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados.⁽¹⁾

Estas diretrizes, produto do positivismo, consideradas em seu contexto histórico, eram o que se oferecia de mais avançado, a nível jurídico e político, para equacionar a questão indígena no País. Para ser coerente com a ideologia que o criou, o Serviço de Proteção aos Índios não ousou incorporar outras propostas, fora do sistema político nacional, para o reconhecimento da autonomia política das sociedades indígenas, tais como aquelas apresentadas pelo Apostolado Positivista que lhes garantiam a autodeterminação considerando-nas como nações livres e soberanas.⁽²⁾

Por mais progressista que a ação protecionista do S.P.I. tenha sido caracterizada, mostrou-se desde o início incompleta e insuficiente para solucionar a questão, quer pelo seu objetivo político de incorporar as sociedades indígenas à nação brasileira quer pelos problemas que se apresentavam para a realização prática desta política, tais como: garantir aos povos indígenas a posse da terra, impedir que fossem explorados ou oprimidos, punir os crimes cometidos aos índios, além das dificuldades de ordem prática exigidas para o acesso às regiões habitadas por grupos indígenas e de funcionários capacitados para o desempenho do trabalho.

(1) DECRETO Nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911. In: Coletânea de Leis, Atos e Memórias referentes ao indigenismo brasileiro compilados pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira. Ministério da Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Publicação nº 54. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 113.

(2) Ver CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987. pp. 71 e seguintes.

O Serviço de Proteção aos Índios iniciou suas atividades no Estado do Amazonas no ano de 1911 e coube ao tenente Alípio Bandeira a missão de instalar, organizar e dirigir a sede administrativa da 1ª Inspeção Regional do Amazonas e Acre.

A repercussão sobre a violência e os massacres cometidos contra os Waimiri-Atroari norteou como uma das prioridades de trabalho da Inspeção Regional a intervenção nas áreas ocupadas por esses índios. Os principais objetivos do S. P. I. no Amazonas em sua fase inicial foram: impedir os ataques armados contra os Waimiri-Atroari por parte dos caucheiros e seringueiros que exploravam o vale do Rio Uatumã, conter a evolução dos conflitos entre esses índios e a sociedade regional do baixo Rio Negro que insistiu na invasão do Rio Jauaperi e evitar a violência do Governo do Estado e de seus policiais militares. Assim, entre os anos de 1911 e 1912 a Inspeção Regional realizou duas expedições ao Rio Uatumã e outras duas ao Rio Jauaperi.

A primeira expedição ao Uatumã, feita pelo inspetor em pessoa, não teve outro resultado além do conhecimento do terreno e levantamento daquelle rio até a primeira cachoeira. De acordo com as informações obtidas em Manaus pelo funcçionário referido, esperava elle encontrar os índios que habitam ou, segundo outros, frequentam o Uatumã. Chegando, porém, a esse rio, verificou que a situação das águas era tal, que, ainda por causa das enchentes, não permittia excursão fóra das margens e, já por motivo de secca, dificultava muito a passagem das cachoeiras. Tudo isto confirmava as informações locaes, que diziam que só de setembro em diante começavam a apparecer os índios. Estava-se no mês de julho. O inspetor resolveu, portanto, effetuar entremettes uma expedição com outro rumo. Antes, porém, explorou o lugar, tendo encontrado num pequeno planalto, a margem do rio e defronte da primeira cachoeira grande cópia de machados e outros instru-

mentos de pedra. A segunda viagem ao Uatumã, por achar-se então doente o inspetor, foi confiada a um empregado da inspetoria, o qual chegou a esse rio em fins de setembro e, tendo atravessado as seis primeiras cachoeiras e principiado a construção de um barracão e plantio de uma grande roça, foi subitamente abandonado pelo pessoal subalterno que o acompanhava, logo que se descobriram na mata vestígios de índios (...) o chefe da expedição viu-se assim obrigado a voltar sobre seus passos, sem nada conseguir.⁽³⁾

Ainda sobre essa segunda expedição do SPI ao Uatumã, Alípio Bandeira relata o trucidamento de uma família de índios Pariquí, efetuado por um bando de caucheiros que exploravam a região do igarapé Manoel Miranda e testemunhado pelos funcionários do órgão protecionista, que nada puderam fazer para impedir o crime ou mesmo prender seus autores.

O agrimensor Paulo Cardoso saía do varadouro com a sua pequena turma composta de 4 homens e chegava á enseada quando subitamente estancou atordoado:

À sua esquerda, numa distancia de cem passos, listrado pelo clarão de uma grande fogueira, o corpo nú de uma jovem índia, tendo apenas um lenço a lhe cingir a cintura, erguia-se de pé sobre um toco de arvore que lhe servia de soco ou pedestal.

O tronco delgado, as pernas trançadas, os braços bem distendidos horizontalmente e a cabeça erecta, formavam uma admirável cruz latina, cuja armação fôra disfarçada atraz do cadáver para dar a impressão de cruz humana. Era com efeito uma cruz humana, uma cruz indígena, uma cruz duas vezes selvagem, obra de alucinada vilania em que o selerado, visando

(3) Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Proteção aos Índios - Relatório do Inspetor. Manaus, 1913. pp. 11 e 12.

o escarneo, construiu a seu pesar, o emblema tradicional de uma raça inteira. O agrimensor aproximou-se e viu dentro do brazeiro, já deformados pelo fogo, os membros decepados de uma idosa mulher e de um rapaz muito moço. Mandou retirá-los dali e reuni-los separadamente, desligou da sua machina o corpo da india, envolveu-o em um lençol e, enquanto os dois homens ficaram para abrir covas, ele e outros dois saíram á procura dos autores daquela atrocidade. Bateram mato até a tardinha e como nada encontraram, voltaram e enterraram os cadáveres.⁽⁴⁾

Apesar da autoria desse crime ter sido desvendada cinco anos depois pelo agrimensor Paulo Cardoso, através do depoimento de um seringueiro que trabalhava no Rio Jamary, afluente do Madeira, que acusou o caucheiro peruano D. Ramon Suarez como autor de vários crimes contra as populações indígenas daquela e de outras regiões, inclusive da chacina da família Pariqui, no Uatumã,⁽⁵⁾ a 1ª Inspeção Regional nunca o denunciou ou responsabilizou o criminalmente.

Os primeiros contatos do SPI com os Waimiri-Atroari ocorreram em novembro de 1911, durante o percurso da primeira expedição realizada pela Inspeção Regional ao Rio Jauaperi. Essa expedição foi composta de 12 pessoas e coordenada pelo Inspetor Alípio Bandeira que, além de efetuar o levantamento geográfico parcial do rio, obteve êxito no trabalho de aproximação com os índios, conseguindo estabelecer relacionamento pacífico, apesar de terem inicialmente demonstrado hostilidade e temor, como enfatiza em seu relato:

(...) dia 29 de novembro . Logo que saltamos em terra, avistamos junto a uma ilha, um pouco a jusante, quatro índios, dos quaes tres tripulavam uma

(4) BANDEIRA, Alípio - *A cruz indígena*. Porto Alegre: Global, 1926, pp. 57 e 58.

(5) Idem, p. 58.

ubá e um andava na praia e algum tempo depois embarcou. Esse fato demonstra que eles, conforme havíamos percebido, tinham acompanhado as ocultas a expedição e escolheram para se apresentar o ponto em que, segundo calculavam, seríamos obrigados a parar. Fizemos-lhes signaes para que se aproximassem e eles dirigiram a ubá para o nosso lado. (...) Assim que chegaram ao alcance da vóz começaram a gritar, todos ao mesmo tempo, formulando perguntas de que com o reduzido vocabulário que havíamos adquirido em Moura, apenas acompanhavamos as palavras destacadas. Respondíamos oferecendo os objetos de que eles faziam maior caso, como facões e machados. Eles remavam um pouco, propunham novas questões, gesticulavam rudemente, às vezes ameaçavam de arco armado, outras como que pediam misericórdia. Quanto mais perto estavam de nós, maior empenho punham em ser entendidos, maior pavor e vacilação em se aproximarem. Paravam, retrocediam, remavam de novo para o nosso lado, tornavam a retroceder, tudo isto no mais "copioso fala" que se possa imaginar. Na impossibilidade de satisfazer-os nas suas longas perguntas, nós lhes mandavamos palavras afetuosas de sua lingua, mostrando-lhes ao mesmo tempo os nossos brindes. Nada menos de meia hora-tal era a irresolução - gastaram esses índios para vencer a distancia de 500 metros que a principio nos separava deles. No meio daquela tragica duvida em que se encontravam, e que facilmente compreenderá quem quer que conheça a história dos nossos atribulados aborigens, houve um momento em que um jovem que vimos erecto á prôa voltou-se para os três companheiros, dirigindo-lhes algumas rápidas palavras e estendendo com uma energia selvagem o braço direito para a frente, alvitrou-lhes ao que parece, que a sorte estava lançada (...) impeliram velozmente a ubá para o nosso porto, encostaram-na e lepidos e arrogantes soltaram em terra, ao mesmo tempo que mostravam as cousas que traziam: - arcos, flechas, bananas e macacheiras (...) a situação era clara. Eles não vinham satisfazer a sua curiosidade. Vinham jogar a vida para obter instrumentos de que tanto careciam na mata do Amazonas, que

derribavam com machados de pedra! Não vinham tão pouco pedir, vinham negociar, oferecer em troca da nossa ferramenta os pobres produtos da sua indústria e das suas brenhas (...) junto a nós, nos primeiros minutos mostraram-se extremamente apreensivos e, com a atenção devida entre as barracas e a ubá, quando fazíamos qualquer movimento inesperado corriam assustados para o seu barco. Tratamo-los com todo o carinho, e tudo que fizemos para que se convencessem de que as nossas intenções eram amistosas e boas (...) A tudo pretendiam dar remuneração e era de vêr como acreditavam pagar um bom machado com um pedaço de macacheira ou de beijú (...) Para que compreendessem claramente que o meu desejo era fazer-lhes presentes e não negociar, não quizeu a princípio receber os objetos com que retribuíam as minhas dádivas, tendo, porém, percebidos que eles ficavam com isto algum tanto desconfiados e tristes ao passo que insistiam para que eu aceitasse os seus arcos e flechas (...) Quando bem lhes pareceu, seguiram um após outro para a praia, meteram-se na ubá e lá se foram embora sem nenhuma satisfação ou despedida.⁽⁶⁾

No segundo dia de viagem de retorno, a expedição conseguiu efetuar um novo contato com um grupo de Waimiri-Atroari, totalizando cerca de trinta índios entre homens, mulheres e crianças, nas proximidades de um igarapé, localizado imediatamente abaixo da área denominada Maháua. O relacionamento nesse encontro foi menos tenso e bem mais cordial que o registrado anteriormente.

(...) apareceram 3 ubás trazendo 29 pessoas entre homens, mulheres e crianças. Mande imediatamente fazer distribuição de brindes. As mesmas predicações (...) encontramos nos novos conhecidos. Até as mulheres preferiam ferramentas e especialmente facões, a outra qualquer coisa.

(6) Idem, pp. 28 e seguintes.

Pouca importância davam aos brinquedos e missangas (...) as que traziam filhos, ainda no peito, reclamavam ferramentas para eles e, se mais de um filho tinham, para cada um deles reclamavam separada e sucessivamente (...) Os homens, sempre com o espírito de comerciar e não de obter favores, não deixavam de pagar fosse o que fosse, os brindes que recebiam, as mulheres, porém nada indenizavam.

Os meninos queriam, como os homens, negociar, mas guardavam os presentes e iam ficando com o seu pequeno arco, com o bejú e a sua macacheira que só entregavam quando alcançavam o objeto mais precioso, o qual era inevitavelmente o facão (...) as mulheres que, como assignalei, nada recompensavam do que lhes era dado, obrigavam os pequenos índios a recompensar tudo, por mais que relutassem estes em fazê-lo (...)

Não menos dignas de respeito são a inaudita coragem e a confiança ingenua dessa pobre gente, a quem tantos agravos, tantas perfídias e traições não conseguiram mudar ainda a natural credulidade (...) trazem suas mulheres e filhos à presença sempre suspeita do civilizado (...) à frente da ilha que deixamos estendia-se o rio numa longa reta de mais de 2 quilômetros e, enquanto a lancha vencía essa distancia, permaneceram os selvagens na praia a mandar-nos palavras e gestos de amistosa despedida. O mesmo haviam feito outrora com Barboza Rodrigues, dando assim claras mostras de sua indole afetuosa.⁽⁷⁾

Em virtude da decisão tomada pelo Ministro da Guerra em requerer para as fileiras do Exército os oficiais que exerciam funções no SPI, o tenente Alípio Bandeira ficou impossibilitado de dar sequência ao trabalho de atração e pacificação que havia iniciado. Assim, em maio de 1912 a 1ª Inspetoria Regional enviou para o Jauaperi outra expedição sobre a responsabilidade do auxiliar João Augusto Zany para dar

(7) Idem, pp. 31 e seguintes.

prosseguimento ao trabalho de atração e contato dos índios da região.

Estes haviam trazido uma longa canôa (uba) que haviam escondido no rio até ao nosso signal, começavam então a prepara-se para vir ao nosso encontro. Vendo que a sua canôa não os traria todos de uma vez mandei-lhes a lancha que trouxe os restantes. Vieram então muitos homens, mulheres e crianças de todas as edades, os homens traziam as suas armas, porém, não preparadas para combate. Vieram apresentar-me as mulheres e crianças, distribui enfeites, como braceletes e colares de contas de vidro áquelas, e a estas brinquedos (...) Fiz a distribuição dos brindes (...) tirei algumas photographias cujos clichés já vos entreguei (...) Os índios mostraram-se sempre sollicitos em attender-nos. Desejavam sempre trocar por alguns objectos e armas que traziam os brindes que lhes davam.⁽⁸⁾

A aproximação bem sucedida dos funcionários do SPI com os Waimiri-Atroari durante os primeiros contatos determinou o início da construção de um posto de atração na localidade de Tauacuéra, no Rio Jauaperi, no final do ano de 1912.⁽⁹⁾ Aproveitando o trabalho iniciado pelo órgão protecionista na região, Gregório Horta, membro da tradicional família inimiga dos Waimiri-Atroari e principal interessada na exploração econômica da região, instalou de imediato um barracão na foz do Rio Tanausú, afluente da margem esquerda do Jauaperi, que serviu, através de um acordo firmado com a Inspetoria como primeiro posto. Como encarregado ficou Gregório Horta⁽¹⁰⁾, cujo objetivo era colaborar com o SPI, embora a verdadeira intensão de Horta fosse controlar

(8) INSPECTORIA DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS NO AMAZONAS E TERRITÓRIO DO ACRE. Relatório da excursão que fez J. Augusto Zany ao Rio Jauapery. Manaus, 30 de maio de 1912.

(9) "Não tendo encontrado os índios, voltei a Tauaquéra e dei começo ao centro de atracção que deveria fundar ali. Mandeí proceder a roçagem e derribada, o tempo estava chuvoso perturbando o serviço. Ficou à espera de tempo secco o roçado suficiente para a primeira instalação. Na próxima viagem já sera tempo de lançar fogo a esse roçado e fazer a competente plantação" INSPECTORIA DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS, NO AMAZONAS E TERRITÓRIO DO ACRE. Relatório da excursão que fez João Augusto Zany ao Rio Jauapery para instalar o Posto de Atracção de Tauaquera. Manaus, 5 de outubro de 1912.

(10) MINISTÉRIO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMMÉRCIO. Serviço de Protecção aos Índios Inspetoria do Amazonas e Acre. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931. p. 43.

a atuação do órgão protecionista na região para poder requerer junto ao Governo do Estado a posse definitiva daquelas terras indígenas, como veremos mais adiante.

Concluído o Posto de Atração de Tauaquéra, o SPI encaminhou para a região uma pequena turma de servidores e dispensou os serviços de seu primeiro representante na área. Nas cercanias do Posto, os servidores iniciaram uma agricultura, organizando roçados de milho, mandioca, café e cana para o consumo próprio e também para alimentar os índios durante suas visitas. Posteriormente o SPI introduziu a criação de gado *vacuum* no Posto. Para evitar a hostilidade aberta dos Waimiri-Atroari, os servidores seguiram a mesma orientação empregada durante os primeiros contatos, ou seja, convencê-los de que eles eram gente diversa daqueles que anteriormente haviam penetrado em seus territórios e, para atraí-los, ofereciam brindes aos que se aproximavam do Posto, principalmente objetos de metal, tais como: machados, facas, facões, panelas, etc., que eram os mais solicitados. Para os Waimiri Atroari, a aquisição dessas ferramentas, já incorporadas culturalmente, serviam tanto para simplificar os trabalhos de derrubada das matas para a formação dos roçados e agilizar a confecção de vários artefatos quanto para desgastá-los em pedras na confecção de pontas de flechas. A farta distribuição dessas ferramentas possibilitou ao pessoal do SPI um convívio pacífico e amistoso, apesar do permanente estado de guerra dessas nações para manter a permanência de suas unidades políticas e assegurar a integridade de seus territórios.

Para impedir a invasão e a expropriação das terras dessas sociedades indígenas e melhor controlar suas relações com a sociedade nacional, no sentido de impedir que fossem oprimidos e explorados, a 1ª. Inspetoria Regional requereu aos dirigentes do Estado a concessão de posse daquelas terras que ocupavam em 10 de

janeiro de 1916. Em resposta ao questionamento da Procuradoria da República no Estado do Amazonas para a formação do processo de legalização das terras dos Waimirí-Atroarí, a 1a. Inspetoria Regional do SPI apresenta a seguinte justificativa:

(...) qualquer concessão a particulares das referidas terras viria destruir tudo que essa Inspectoria tem feito e ainda pretende fazer. Os índios ainda se acham em estado selvagem e nomade. Elles percorrem a região do Jauapery, desde as cabeceiras até a sua foz, em todas as direções e sentidos, pelo que torna-se necessária, para a boa marcha do Serviço, a maior área de terras que fôr possível, até que, adquirindo o hábito sedentário, possa si estabelecer definitivamente em determinado ponto.⁽¹¹⁾

No ano seguinte, o governo do Estado do Amazonas autorizou pela Lei no. 941, de 16 de outubro de 1917:

(...) conceder como posse immemoriaes havidas por occupação primária, todas as terras possuídas actualmente por indios selvagens ou semi-civilizados, para seu domicílio e aproveitamento (art. 1o. da cit. lei no. 941), devendo as concessões ser promovidas por intermédio do Serviço de Protecção aos Índios (art. 3o. da dita lei no. 941), e cumprindo ao governo da União effectuar as medições e demarcações respectivas dentro do prazo de seis annos a contar da promulgação da mesma lei (art. 6o. da lei 941 combinado com o art. 1o. da lei estadual no. 1.053 de 24 de setembro do anno de 1920).⁽¹²⁾

(11) PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA SECÇÃO DO AMAZONAS. Officio nº 49 do procurador Caetano Expedito Cavalcanti Pessoa encaminhando à Inspetoria do Serviço de Protecção aos Índios do Amazonas e Acre pedindo informações para a defesa dos direitos dos índios Uaymiris e outros do Território que ocupam no Rio Jauaperi, contendo, em anexo, a resposta do Inspetor. Manaus, 25 de janeiro de 1916.

(12) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMÉRCIO. Inspectoria do Serviço de Protecção aos Índios no Estado do Amazonas e Território do Acre. Officio do Inspetor Bento M. Pereira Lemos ao Exmo. Sr. Desembargador Cezar do Rêgo Monteiro, Governador do Amazonas, informando dos direiros legais das populações indígenas do Estado. Manaus, 9 de novembro de 1921.

O processo encaminhado pela Procuradoria da República à Assembléia Legislativa do Amazonas, com parecer favorável à concessão das terras do Rio Jauaperi aos Waimiri-Atroari, ocasionou a aprovação da primeira lei estadual que regulamentava a posse das terras ocupadas pelas populações indígenas do Estado:

O Governo do Estado, pela lei no. 941, de 16 de outubro de 1917, da Assembléia Legislativa do Estado (art. 5o. letra c) concedeu aos índios Uaitimírys as terras situadas a 50 kilometros a jusante das cachoeiras até alcançarem estas, em ambas as margens do rio Jaupery, no Município de Moura.⁽¹³⁾

É oportuno lembrar que a aprovação dessa lei só foi possível com o advento da crise do monopólio da borracha, que desde o ano de 1912 não conseguiu competir com a produção do sudeste da Ásia, que passou a oferecer ao mercado consumidor internacional maior quantidade e qualidade do produto a preço mais reduzido.

O seringalista brasileiro, ainda no regime extrativista, não podia concorrer com os capitalistas da Malasia, porque o anacrônico extrativismo jamais concorre com o capitalismo. Os mercados mundiais transferiram sua preferência para o látex do Oriente, de preço mais baixo e custo operacional mais leve. A Amazônia ficava sem compradores, assistindo a cotação do preço cair e dependendo de um país essencialmente agrário, que mal despertava para a indústria.⁽¹⁴⁾

(13) MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios. Estado do Amazonas e Acre. Offício nº 31 do Inspetor Bento M. Pereira Lemos ao Snr. Capitão Francisco Távora, chefe de Polícia do Estado, Manaus, 24 de janeiro de 1931 in Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931.

(14) SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neo-colonialismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 135.

A queda da produção e o abandono dos seringais contribuíram para a sobrevivência de muitas sociedades indígenas que não haviam estado em contato com os agentes da produção gomífera. Afirma Darcy Ribeiro, que mais uma década dessa atividade extrativa teria certamente exterminado quase todas as tribos da Amazônia.⁽¹⁵⁾

Aqueles grupos indígenas que conseguiram sobreviver ao envolvimento da atividade extrativa da boracha, amparadas ou não pela formalidade da lei no. 941, retornaram a seus antigos territórios e restabeleceram a vida nos moldes antigos.

A crise da produção da borracha incidiu mais violentamente sobre a economia amazonense, onde assumiu aspectos catastróficos. Durante o ciclo da produção gomífera, sua economia voltou-se exclusivamente para essa atividade, desprezando as tentativas agrícolas iniciadas nas fases anteriores. O movimento do cais flutuante da The Manaus Harbour que recebia anualmente, no início do século, mais de cem navios estrangeiros, no ano de 1919 não recebeu nenhum.⁽¹⁶⁾

Sem poder contar com a alternativa agrícola, a economia regional se voltou para a exploração em alta escala de outros gêneros extrativos, tais como: a castanha, a batata, a piaçaba, o óleo de copaíba e os couros de animais silvestres.⁽¹⁷⁾

Entre eles, a castanha revelou-se como principal produto de exportação no período que vai de 1920 a 1940, reconquistando o mercado internacional, principalmente o europeu, que desde o século XVIII conhecia o produto e durante a segunda e terceira décadas do século XIX a castanha obteve boa cotação naquele mercado.⁽¹⁸⁾ E em 1919 a Amazônia já produzia mais de 557.000 hectolitros do produto para a exportação.⁽¹⁹⁾

No estado do Amazonas, as praças exportadoras de castanha eram Manaus e

(15) RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1979. p. 29.

(16) SILVA, Luís Osiris da. *A Luta pela Amazônia*. São Paulo: Editora Fulgor, 1962. p. 101.

(17) REIS, Arthur César Ferreira. *O Processo Histórico da Economia Amazonense*. Belém, Imprensa Nacional, 1944. p. 95.

(18) CARDOSO, Fernando Henrique, MULLER, Geraldo. *Amazônia; Expansão do Capitalismo*. São Paulo: Brasília, Brasiliense/CNPq., 1978. p. 36.

(19) SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia - 1800-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p.271.

Itacoatiara. Entre os anos de 1917 e 1919 Itacoatiara já exportava 2.584.330 quilos. As praças importadoras eram: Nova York; São Francisco e Portland, nos Estados Unidos. Liverpool, Hamburgo e Bremen, Na Grã-Bretanha e na Alemanha.⁽²⁰⁾ A aceitação e procura da castanha nesses mercados fez com que a mão-de-obra desocupada fosse absorvida para o trabalho de sua coleta.

O processo produtivo da castanha, como define Luiz Osirirs da Silva, não foi diferente do processo da borracha:

Atividade primitiva, exigindo também o isolamento da floresta, pois a castanheira cresce dispersa na terra firme, longe das margens dos rios, serviu para manter intacta a engrenagem infra-estrutural dominante, embora debilitada pela crise. Os castanhais, de propriedade de firmas de Belém e de Manaus, eram explorados por estas ou por arrendatários, através dos produtores diretos - os castanheiros - que, como os seringueiros, recebiam fornecimento de mercadorias a fim de se internarem pela selva durante toda a safra - seis meses seguidos - onde colheriam os frutos, que iriam servir de matéria-prima para os confeitores de Nova Iorque, Londres ou Berlim. Na madrugada úmida, fazia a coleta dos ouriços caídos durante o dia anterior, antes que, com o raiar do sol e a brisa da manhã, recomeçassem as quedas, que ameaçariam a sua própria vida caso se aventurasse a permanecer nessa hora sob a galharia. O dia todo era consumido na quebra dos ouriços, na seleção primária das castanhas e no transporte para o ponto onde iriam sendo acumuladas, até o momento de serem levadas para as firmas financiadoras e, destas, para os exportadores das duas capitais. A pirâmide de exploração anterior continuava: o castanheiro, na base, endividado junto ao

(20) REIS, Cezar Ferreira. *O Processo Histórico da Economia Amazonense*: Belém, Imprensa Nacional, 1944. p. 95.

dono do castanhal, não recebendo pelo seu trabalho senão o mínimo para sobreviver, e as firmas exportadoras sujeitas aos compradores norte-americanos e europeus, que impunham os preços de sua conveniência, jogando com estoques e com a inelasticidade imediata do consumo. Sofria assim o produto terrível instabilidade de preços, que nem sempre decorria da maior ou menor produção da safra, uma vez que a última palavra era sempre dada pelos senhores do dólar e da libra que empediavam que a região se beneficiasse com o livre jogo do mercado.⁽²¹⁾

A corrida para a exploração dos castanhais levou os comerciantes e aviados desse produto a invadir as áreas não alcançadas pela indústria extrativa da borracha. Como vimos, a castanheira cresce nas terras altas onde não vinga a seringueira, exatamente onde o índio, expulso das terras baixas, fora procurar refúgio e de onde iria ser desalojado pela nova onda invasora. Uma das áreas de maior concentração natural de castanhais no Amazonas está localizada na região do baixo Rio Negro, região dominada pelos Waimirí-Atroari. O significativo aumento da procura e do preço do produto no mercado internacional provocou, a partir de 1921, a valorização da região e invasão e expropriação daquelas terras indígenas:

Região fertilíssima em castanhais, o Jauaperí, depois que o segundo produto de exportação do Estado largou maior cotação no mercado (...) entrou a ser cobiçado ansiosamente pelas flibusteiros da fortuna fácil. Sindicatos chegaram a ser organizados para tentar a posse daquelas terras (fertilíssimas), entre pessoas que, pelo parentesco dispunham de prestígio e influencias junto ao poder público estadual de então.⁽²²⁾

(21) SILVA, Luiz Osiris da. *A Luta pela Amazônia*, São Paulo: Editora Fulgor, 1962. pp. 102 e 103. .

(22) MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Serviço de Proteção aos Índios. Inspeção no Amazonas e Acre. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931. p. 38.,

Dessa forma, no ano de 1921, o Governador do Estado do Amazonas, Desembargador Cezar do Rêgo Monteiro, numa atitude clientelista, autorizou a concessão de lotes de terra na área reservada aos Waimiri-Atroari, no Jauaperí, para a exploração da castanha, a Simplício Coelho de Resende Rubin (seu sobrinho), José Francisco Soares Sobrinho, Gregório Naziazeno Horta (ex-colaborador do SPI e coletor estadual de Moura), Guilherme Brird e Bezerra & Irmão (firma aviadora de castanha). A publicação, no Diário Oficial do Estado,⁽²³⁾ dos editais de estilo requerendo a medição e demarcação dos lotes de terra no Rio Jauaperi, mereceu o protesto formal da 1ª Inspeção Regional junto ao dirigente estadual pela violação da lei Nº 941. O firme propósito do governador em manter seu ato forçou o SPI a entrar com um recurso junto à Justiça Federal, para requerer a manutenção de posse daquelas terras. Enquanto tramitava em juízo o recurso do SPI, o Governador Rêgo Monteiro tomou medidas que foram registradas e criticadas por Alípio Bandeira:

O Snr. Rêgo Monteiro indignou-se da audácia do inspector, que se atrevia a por embargos numa pretensão de um seu sobrinho, e não teve dúvida - difamou-o clandestinamente em telegrama que passou ao Ministro do Agricultura, acusando-o de explorar castanhais, com o privilegio do seu cargo, em detrimento da concorrência natural, e de demarcar para ele sob pretexto de fazel-o para os índios, terras já possuídas por civilizados (...) As terras dos índios não ficaram por isto resguardadas, mas o inspector não foi demitido, nem a Inspeção suprimida, como desejava e pediu o governador, o qual fez, pelo Estado, todo o mal que podia: mandou revogar a lei nº 941 de 16 de outubro de 1917 que concedia aos índios as áreas por eles ocupadas em diversos rios. Ficou, assim, autorizado a entregar a seu sobrinho as cobiçadas terras do Jauapery. E aos seus dignos comparsas legisladores, voltados

(23) Ver Diário Oficial do Estado do Amazonas, nº 8.082 de 01 de novembro de 1921.

ao sabor da vontade do seu amo, nem sequer ocorreu que armavam esse infiel magistrado de meios para assaltar até os pontos onde a Inspectoria já tem estabelecimentos fundados.⁽²⁴⁾

Mesmo tendo revogado a lei nº 941, o governador não conseguiu revogar seu art. 5º, em virtude do parecer favorável da Justiça Federal ao recurso do SPI, decidindo pela manutenção das terras reservadas pela Assembléia Legislativa aos Waimirí-Atroari:

(...) o requerimento do dr. Procurador da República - em virtude de terem sido, pela lei estadual nº 941, de 16 de outubro de 1917, reservadas, para domicílio e aproveitamento dos índios Jauaperys, as terras situadas a 50 kilometros a jusante das cachoeiras até alcançarem estas, em ambas as margens do rio Jauapery - foi expedido, pelo Juízo Federal deste Estado, em 13 de fevereiro de 1922, mandado prohibitorio em favor dos mesmos selvícolas.⁽²⁵⁾

Em que pese o pretexto encontrado pelo governador para revogar a lei, seu principal objetivo foi, sem dúvida, liberá-las para a exploração econômica dos produtos extrativos, face ao crescimento da procura e da elevação dos preços, principalmente da castanha, no mercado internacional. Nessa mesma época, a indústria extrativa reajustava sua produção às novas exigências do mercado externo, como alternativa de sobrevivência para a arruinada economia amazonense.

Apesar de ser a região do Rio Negro a maior produtora de castanha do Estado era

(24) BANDEIRA, Alípio. Jauapery. Manaus, 1926. p. 39.

(25) INSPECTORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Estado do Amazonas e território do Acre. Offício do Inspector Bento M. Pereira Lemos ao Chefe de Polícia do Estado do Amazonas, informando sobre a situação das terras do Rio Jauapery. Manaus, 10 de janeiro de 1931. in Relatório do Inspector referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931. p. 251 (grifos do autor).

também a região em que os raros núcleos de povoamento apresentavam os maiores sinais de decadência desde o *crash* da borracha, retornando à antiga feição de abandono. Em viagem pelo Rio Negro no ano de 1921, Joaquim Gondim traça o quadro de abandono e de miséria que o município e a população de Moura apresentavam:

Saltando em Moura, á plena luz do dia, fiquei devéras contristado com o seu aspecto, vendo uma localidade que desaparece nas sombras da decadencia (...) As habitações da villa são verdadeiros pardieiros de taipa que se esbrôam com a acção do tempo. Das dezenove casas que lá existem, destaca-se apenas a de residencia da família do dr. Arthur Passos, juiz de direito da comarca. A casa, que serve de capella, nada mais é que um recinto quadrilatero de paredes velhas, cuja porta principal, na falta de fechaduras, é protegida por um espeque (...) Foi dolorosa a impressão que recebi na minha revista ás construções de Moura, sabendo que essa villa, em outros tempos, possuira uma linda igreja e outros edificios recommendaveis, como o chamado (sobradinho), erguido á margem do rio, do qual existem hoje apenas destroços. (...) Das ruínas de outros edificios tradicionaes nada mais pude ver, porque foram recatadas pelo denso mattagal, que prolifera na villa (...) Que direi, agora, da condição dos poucos habitantes de Moura? É um assumpto que me consterna a alma, porque vi alli um povo captivante no seu acolhimento e resignado na sua sorte, a soffrer de braços cruzados, as inclemências da miseria e de outros males que o afligem, notadamente o paludismo. Não ha mercado na villa, não se encontra uma unica pharmacia, não existe nenhum estabelecimento commercial. Os proprios negociantes, que fazem o commercio ambulante, raramente apparecem alli com os seus batelões e, quando isso acontece, a demora é de pouco tempo, porque os fregueses, na sua quasi totalidade não dispõem de recursos para adquirir mercadorias. Outros, menos infelizes, compram generos a credito em Manãos,

recebendo-os pelos navios da (Amazon River). Mas acontece que esses vapores fazem apenas uma viagem mensal, até Moura, de modo que, quando alli aportam, não mais existe na casa do consumidor a minima provisão de bocca. É uma lastima dizer-se que ha dias em que os habitantes pobres se alimentam apenas de mingãos de farinha ou de laranja, sendo esta a unica fructa que lá se encontra em abundancia.⁽²⁶⁾

A reorganização da indústria extrativa e os bons preços que a castanha alcançava no mercado estimulou a invasão do território ocupado pelos Waimiri-Atroari, provocando o reinício dos conflitos e hostilidades.

Em março de 1922 atacaram os selvagens o barracão de Bezerra & Irmão, situado na boca do Alalahú, matando 2 homens e duas creanças. Um dos homens era Gaudencio Pastana, encarregado do referido barracão, ex-superintendente de Moura (...) Ferido gravemente no Alalahú, graças á diligencia do chefe do posto indigena, foi immediatamente transportado, mas veio a falecer no referido posto.⁽²⁷⁾

Para impedir a expansão das frentes extrativas no vale do Jauaperi e o reestabelecimento dos conflitos, a Inspectoria Regional do SPI transferiu a sede do Posto de Atração de Tamacuéra para a localidade de Maháua, na margem direita do Jauaperi, visava com isso melhor proteger o território indígena, impedir a invasão do Rio Alalaú e exercer maior controle da região reservada. Como o processo de expansão das frentes se espalhava em todas as direções do baixo Rio Negro, o órgão protecionista

(26) GONDIM, Joaquim. *Através do Amazonas, impressões de viagens realizadas em 1921*. Manaus: typ. do "Cá e lá", 1922. pp. 73 e 74.

(27) BANDEIRA, Alípio - *Jauapery*. Manaus, 1926. p.40.

estabeleceu um outro Posto de Vigilância nas proximidades da foz do Rio Camanaú.

No entanto, no ano de 1924, os extrativistas que atuavam na região do baixo Jauaperi aproveitaram o clima político gerado pelo movimento tenentista que depôs a oligarquia governamental, para invadir e requerer as terras reservadas aos Waimiri-Atroari:

Revela notar que quando José Caminha Pereira da Silva, Epaminondas Ribeiro Pessoa, Octavio dos Santos Cardoso, Francisco Epiphano Lemos, Manoel de Souza Lemos, Edgard Penha e José Candido Bessa, quasi todos empregados e aviados da casa Higggson, Jones & Cia, desta praça requereram a designação profissional para medir e demarcar vários lotes, situados todos no rio Jauapery, no Município de Moura, officiou esta Inspectoria - isto a 8 de maio de 1925 - ao Snr. Interventor Federal mostrando o inconveniente de ser permittida a entrada de civilizados naquellas terras, habitadas exclusivamente pelos 'Atroahys', que alli occupam nove malocas centraes.⁽²⁸⁾

Essa segunda tentativa de loteamento e posse das terras reservadas aos Waimiri-Atroari foi outra vez neutralizada pela decisão que havia sido tomada pela Justiça Federal. Impossibilitados da posse legal daquelas terras, alguns indivíduos se mobilizaram para formar firmas de exploração e comercialização de produtos florestais. Em 1926, Edgard Penha e José Candido Bessa organizaram a firma Penha & Bessa, priorizando como área de exploração o Vale do Rio Jauaperi. Durante o início da safra de castanha, recrutaram trabalhadores na região do baixo Rio Negro e invadiram as terras reservadas para efetuar a coleta do produto. A reação dos índios foi de grande

(28) INSPECTORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS. Estado do Amazonas e territorio do Acre. Officio nº 695 do responsável pelo expediente Francisco Pereira da Silva ao Exmo. Snr. Dr. Antonio Monteiro de Souza, Presidente do Estado em exercício, pedindo providencias para impedir a invasão do Jauaperi e evitar conflitos entre índios e extrativistas naquela região. Manaus, 3 de dezembro de 1927. in Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados no exercício de 1928.p.108.

hostilidade, agravada pelas depredação e assaltos que os invasores efetuaram em seus roçados:

São de hontem os factos desenrolados no Alalahú, quando invadido esse rio por pessoal da firma comercial Penha & Bessa, que depredou as roças dos índios, dando logar a uma reacção sanguinolenta da parte dos selvícolas, que trucidaram onze civilizados (...) inclusive José Candido Bessa, sócio de Edgard Penha.⁽²⁹⁾

Em virtude desse fato, ocorrido em 06 de agosto de 1926, a 1ª Inspetoria Regional do SPI reforçou a vigilância da região, exercendo sobre ela controle mais vigoroso. Impedido de agir livremente pelos funcionários do órgão protecionista, Edgard Penha passou a hostilizá-los e com o irrestrito apoio dos dirigentes do Estado iniciou uma série de desmandos e arbitrariedades para se apropriar daquelas terras indígenas:

Não se circunscreveu a esse fato a ação de Edgar, pois que, pelas 10 da noite de 11 de fevereiro de 1928, com o auxílio de praças da Força Pública do Estado, postas á sua disposição pelo presidente Efigenio Ferreira Sales, novamente invadiu ele o Jauapery, assaltando o posto de Maháua e trazendo preso para Manaus o respectivo encarregado, Luiz José da Silva, que aqui foi restituído á liberdade, por não ter sido encontrado em culpa. Penha usou então de outro estratagema: requereu por compra ao Estado as terras reservadas aos índios, agindo segundo dizia, a conselho do Governador do Estado de então e do ex-prefeito da capital.⁽³⁰⁾

(29) INSPECTORIA DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS INDIOS. Estado do Amazonas e território do Acre. Officio do Auxiliar Francisco Pereira da Silva ao Exmo. Snr. Dr. Antonio Monteiro de Souza, Presidente do Estado em exercicio, visando prevenir qualquer desordem futura provocada pela attitude arbitraria de Edgard Penha. Manaus, 3 de Dezembro de 1926 in Relatorio do Inspetor referente ao anno de 1927. pp 67 e 68.

(30) MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Serviço de Protecção aos Índios. Inspetoria no Amazonas e Acre. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931. p.39

A situação de colapso que atravessava a economia amazonense, adicionada à indefinição administrativa do Estado durante o advento da Revolução de 30, criou um clima necessário para acusações contra o órgão federal executor da política indigenista. Comerciantes e aviados de produtos extrativos, que tinham seus interesses econômicos bloqueados pela ação do SPI tentaram expropriar as terras indígenas e até mesmo tomar de assalto a direção da Inspetoria Regional:

A campanha difamatória e as perseguições pessoais desenvolvidas contra o nosso Serviço, criaram um ambiente de dificuldades e desprestígio, onde a ação dos encarregados e delegados quasi que se anulava completamente, absorvida pelo descrédito de uns e pela maldade de quantos ansejavam ver os nossos índios escravizados, como nos ominosos tempos da colonização (...) nossos modestos auxiliares, exilados na brenha, passando as maiores privações, comungando os sofrimentos da raça expoliada, confiavam na seriedade e no espírito da justiça daqueles a quem estava confiado o julgamento da causa desta Inspetoria (...) a produção agrícola dos postos diminuiu consideravelmente, devido não só a redução do pessoal diarista, como ao desatino estabelecido com a falsa notícia de extinção do Serviço e também ao fato dos trabalhadores indígenas, em alguns postos, se haverem retirado, procurando refúgio nos lugares centrais, receiosos dos ataques dos castanheiros civilizados que, protegidos por figuras prestigiosas da capital, invadiam as terras, comentendo toda sorte de depredações e violências (...) Foi no período de 1931 que tomou desenvolvimento a perfida campanha encetrada contra esta Inspetoria e que deu lugar ao inquerito instaurado pelo snr. Interventor Federal Dr. Alvaro Maia. Convocados por indivíduos que se concentraram para tomar de assalto, aproveitando a confusão administrativa do momento, as terras dos índios e

a própria direção do Serviço, surgiram acusadores de toda a parte, malsinando a nossa conduta ou fazendo insinuações contra nossa lisura funcional. Fácil foi esta Inspetoria fazer recuar a mantilha, (sic) diante das provas irrefragáveis que apresentou, reduzindo as queixas, as representações e os seus julgadores, por muitos títulos suspeitíssimos, às suas justas proporções. A Chefatura de Polícia, entretanto, continuou a receber falsas representações contra o Serviço (...).⁽³¹⁾

Entre os que levantaram acusações contra o SPI, e que também pretendia tomar de assalto as terras ocupadas pelos Waimiri-Atroari, estava Edgard Penha que, em janeiro de 1931, encaminhou ao Chefe de Polícia uma queixa, alegando a invasão de suas terras, na região do Jauaperi, pelo funcionário encarregado pelo do Maháua. Apesar da 1ª Inspetoria Regional ter recorrido à Polícia, em defesa do funcionário e ter explicado a situação legal daquelas terras, o posicionamento do Estado ficou claro com o ofício que o Chefe de Polícia encaminhou ao Inspetor do SPI em 23 de fevereiro de 1931: "De ordem do sr. Interventor Federal, solicito-vos as necessárias providencias no sentido de ser afastado do cargo de encarregado do posto indigena do rio Jauaperí, o sr. LUIZ JOSÉ DA SILVA."⁽³²⁾

Como resposta à insistência da Inspetoria Regional em manter o referido funcionário na sede do Posto de Atração de Maháua, em junho de 1931, Edgard Penha acompanhado por uma tropa particular de homens armados tomou de assalto a sede do referido Posto, depredou suas instalações, prendeu seu encarregado e encaminhou para Manaus todos os funcionários do órgão.

(31) Idem, pp. 66, 67 e 234.

(32) CHEFATURA DE POLÍCIA DO ESTADO DO AMAZONAS. Offício nº 144 do Chefe de Polícia, capitão Francisco Távora ao Sr. Dr. Benjamin de Souza. Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios. Manaus, 23 de fevereiro de 1931 in MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Serviço de Proteção aos Índios. Inspetoria no Amazonas e Acre. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931 - Manaus, p. 69.

No dia 5 do corrente às 4 horas da manhã fui surpreendido pelos apitos da lancha a fogo (...) o snr. Edgard Penha acompanhado de seu primo Odette Penha e um número aproximado de 30 homens armados, declarando-me que Luiz se achava preso e que absolutamente não consentia que o mesmo puzesse os pés em o posto (...) Não reagi como desejava, porque estava só, e ouvindo Edgard dizer que elle manda em Jauapery e Dr. Alvaro Maia, Interventor Federal em Manaus e que este lhe tinha garantido que Luiz não voltaria áquele rio, e que se procurássemos justiça, não encontraríamos, porque o Dr. Alvaro Maia era seu irmão de leite - às 12 horas do mesmo dia baixamos indo no costado da lancha 'CYRENIO', o batelão 'ANDIRA' e o motor 'JONAS'. Às 3 horas da tarde atracamos em Nova Victoria, ahi immediatamente foi por Edgard Penha, mandado desatracar as embarcações que nos conduziram, dizendo-nos: daqui dou-lhes permissão para baixarem, dizendo mais a Luiz, que se tivesse de voltar ao rio Jauaperí, dissesse ao Interventor Federal, que não mandasse 2 nem 4 praças e que vinte ainda era pouco, pois tinha elle 80 homens para combater.⁽³³⁾

Após a expulsão dos funcionários da região do Jauaperi, nenhuma providência foi tomada por parte do Interventor Federal para evitar a invasão e a expropriação daquelas terras indígenas ou mesmo para conter as agressões e violências de Edgard Penha contra os Waimiri-Atroari. A conivência dos dirigentes do Estado no processo de expropriação das terras indígenas e, mesmo em relação aos crimes ocorrido, ficaram registrados no Relatório do Inspetor Bento M. Pereira Lemos:

(...) As visitas cubiçosas dos bandoleiros que infestam aquela região, onde existem rios inteiros, ainda inexplorados, habitados exclusivamente por

(33) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO ESTADO DO AMAZONAS E ACRE. Relatório de Antonio de Mello Sampaio referente aos acontecimentos no Posto de Maháua em junho de 1931. Manaus, 12 de junho de 1931 in Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercicios de 1930-1931. pp. 70 a 72.

selvícolas - alguns já habituados ao nosso convívio, outros, porém, inteiramente hostis a qualquer contacto com civilizados - estiveram sempre voltadas para as terras em que se fizeram varios grupos da tribo do Jauaperí, notadamente os Uaitimirís e Atroaís - terras essas, todas elas, ricas em castanhais e balatais e tartarugas - cuja exploração, devendo caber aos ditos índios, esses intrusos, a ferro e fogo, se arrojam o direito de realizar, pelas vantagens pecuniarias que lhes advêm (...) quando se fizer a história do cangaceirismo no Brasil, um nome se apontará, na região amazônica, o de Edgard Penha (...) Esse indivíduo teve sempre, em todos os governos, um braço forte para garantir a impunidade de seus crimes ou patrocinar as suas investidas contra o nosso Serviço, fornecendo-lhes concessões absurdas de terras ocupadas pelos índios e até força armada, como no caso ocorrido no governo Efigenio, em que o citado individuo, dispondo de soldados de polícia e de capangas armados de fusil máuser e rifle, assaltou o posto 'Maháua', alta noite e prendeu o respectivo encarregado snr. Luiz José da Silva. Foi Edgar um dos incentivadores da campanha de difamação contra esta Inspeção (...) Eis aí o quadro final da obra de Edgar Penha: - 'Maháua' foi depredado. A pilhagem foi completa - até as portas do posto foram arrancadas. Enquanto isto, a horda invasora, tiroteando pela mata, ia espalhando o terror entre os índios, que se retiraram para os altos rios. Os balatais e castanhais ficaram nas mãos de Edgar que finda a safra desses produtos, volta á capital, onde se banquetea com os amigos e protetores (...).⁽³⁴⁾

Em meio a esse clima de violência e de hostilidade contra a ação do SPI e os índios do Rio Jauaperi, que se estendeu de 1921 a 1931, os funcionários do SPI assim mesmo conseguiram estabelecer contatos pacíficos com os Waimiri-Atroari, principalmente com o grupo aldeado no Rio Tanauaú, afluente do baixo Jauaperi, que passaram a

(34) MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Serviço de Proteção aos Índios. Inspeção no Amazonas e Acre. Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931. pp. 67, 68, 75 e 76.

frequentar o Posto de Vigilância para trocar objetos de sua produção pelas ferramentas distribuídas pelo Serviço. O encarregado do Posto de Maháua, Luiz José da Silva, transferiu-se para a antiga sede de Tauacuéra, conseguindo, em 1927, fixar alguns índios no Posto: "(...) Ao lugar Tauaquéra onde foi o primeiro posto indigena, actualmente mora ahi o snr. Luiz José da Silva e seis índios 'Uaimirys', três homens, duas mulheres e uma criança (...)".⁽³⁵⁾

Para atrair os Atroari, que ocupavam principalmente a região do Rio Alalahú, Luiz José da Silva manteve em Maháua cinco funcionários. Mas a atitude aguerrida dos índios contra os invasores de seus territórios inviabilizava qualquer tentativa de aproximação, principalmente depois dos ataques que efetuaram contra o pessoal das firmas Bezerra & Irmão e Penha & Bessa. Entretanto, fora da área de seus aldeamentos, os Atroari se mostravam dispostos ao contato para a realização de trocas, como mostram os relatórios de 1927:

(...) colhi informações seguras dos índios que habitam o rio Alalahú, tendo sido vistos ha pouco por pessoas que baixavam do alto Jauapery e passaram pela boca daquelle rio, apresentavam-se sempre com intensões pacíficas, fazendo permuta de arcos, flexas e fructas com objetos que traziam as ditas pessoas.⁽³⁶⁾

e de 1928:

(...) alguns balateiros que vinham do alto Jauapery ao defrontarem a foz do

(35) SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS ÍNDIOS. Relatório da viagem que fez o auxiliar Tórquato de Faria e Souza ao Rio Jauapery. in Relatório do Inspector referente ao anno de 1927. p. 19.

(36) Idem. p. 21.

Alalahú, encontraram varios grupos de Atroahys tirando ovos de tartaruga nas praias. Mantendo attitudes pacíficas, chamavam os civilizados fazendo sinais de que queriam negociar. Os balateiros attenderam, embora apavorados. Os indios, porem, notando que aqueles nada traziam, retiraram-se tristes, enquanto, por sua vez, os balateiros davam toda a força às remadas, rio abaixo.⁽³⁷⁾

Após várias tentativas de aproximação do SPI com os Waimiri-Atroari pelo rio Jauaperi, o encontro só se concretizou em 15 de novembro de 1928, quando um grupo de 62 indivíduos de ambos os sexos se aproximou espontaneamente da sede do Posto de Maháua, disposto a realizar trocas. Com a ausência do encarregado do Posto, os visitantes foram recebidos pelo Waimirí de nome "Capitão", do grupo que havia se estabelecido junto ao Posto de Tauacuéra. Durante sua permanência em Maháua, manifestaram-se contrários à intensão do SPI de transferir a sede do Posto para o Alalaú e também revelaram os motivos da agressão àquelles que invadiram seus territórios:

Declarou 'capitão' aos Atroahys que ia a ser mudado o Posto para a foz do Alalahú, respondeu o que deveria ser o chefe não ser acertada a medida, pois os indios, assim mudar-se-iam para mais longe (...) Perguntado porque haviam morto Gaudencio e também a causa do morticínio do pessoal balateiro de Penha e Bessa em 1926, responderam que Gaudencio levara doença, catharro, e muitos tinham morrido, enquanto o pessoal de Penha & Bessa, dias antes da chacina, haviam encontrado, um bando delles e deram uma descarga, matando dois indios e ferindo outros tantos, estando alli presente um dos feridos, que mostrou a cicatriz. E dali a vingança que tomaram.⁽³⁸⁾

(37) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERÇIO. Serviço de Proteção aos Índios. Inspectoria do Amazonas e Acre. Relatório do Inspector referente aos trabalhos realizados no exercício de 1928. pp. 116 e 117.

(38) Idem. pp. 117 e 118.

As constantes e violentas investidas de Edgard Penha contra o Posto de Vigilância e Atração de Maháua e aos seus funcionários provocaram a fuga dos grupos Waimiri, que tinham as suas malocas nas proximidades desse Posto, e também do índio estabelecido em Tauacuéra, para locais mais distantes e seguros, pondo a perder o processo de atração e pacificação que o SPI havia iniciado e desenvolvido na região.

Durante a década de 30, a 1ª Inspetoria Regional foi obrigada a encerrar, sua atuação na região do rio Jauaperi e em outras áreas em virtude da grave crise financeira que envolveu o SPI⁽³⁹⁾ e das pressões exercidas pelos comerciantes e aviados da produção extrativa que, apoiados pelos dirigentes do Estado, organizaram bandos armados para tomar aquelas áreas onde o SPI atuava e ameaçava de morte seus funcionários.

Apesar do governo que se instalara com a revolução de 30 ter anunciado a recuperação econômica da Amazônia através do aproveitamento de suas reservas e conseqüente integração à vida econômica nacional, o quadro econômico da região continuou o mesmo.⁽⁴⁰⁾ Enquanto outras regiões do Brasil, principalmente o Sul e o Sudeste, haviam se reajustado aos novos papéis econômicos que emergiam no País, em direção à auto-sustentação, adotando uma economia competitiva de mercado, o Amazonas não conseguiu acompanhar essas mudanças, manteve-se mergulhado no sonho da produção extrativa e na dependência do mercado internacional, afogando-se na depressão econômica gerada pelo colapso da produção da borracha. Sem possuir uma burguesia industrial e financeira que pudesse impulsionar seu desenvolvimento e a sua transformação naqueles anos em que a vida nacional sofrera uma série de mudanças, adaptando-se aos sistemas institucionais modernos, o Amazonas contando apenas com uma classe média arruinada e uma massa de trabalhadores rurais em franco

(39) "A sobrevivência do SPI e seu poder dependeram sempre do prestígio pessoal do Mal. Rondon. Assim em 1930, não tendo Rondon participado da revolução que convulsionou o País - movido pelas convicções positivistas que o impediam de deixar-se aliciar em intencionalidades - o SPI caiu em desgraça e quase foi levado a extinção". RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1979. p. 144)

(40) REIS, Arthur César Ferreira. *O Processo Histórico da Economia Amazonense*. Belém: Imprensa Nacional, 1944, p. 99.

retrocesso econômico, manteve-se no mesmo estado de penúria e de isolamento. Márcio Souza traça o quadro dessa situação no período compreendido entre as décadas de 20 e 40:

Realmente o período que vai do início da década de 20 até a II Guerra Mundial, o marasmo, a miséria, a corrupção atingiram todos os setores. A situação era de calamidade e o Estado comportava-se como uma região colonial abandonada pelo colonizador. A depressão e a impotência nacionais em afastar o transe regional, era como se o colonizador houvesse se retirado abruptamente, deixando a colônia saqueada e sem perspectivas no futuro. Essa noção de abandono adquirida pela depressão viria colaborar para a irresponsabilidade, o oportunismo e o arrivismo tão do espírito da elite amazonense (...) O Amazonas transitava entre a depressão solitária dos abandonados e as raras manifestações da caridade nacional. O Amazonas virou o primeiro pobre que ficou demente. Como prolongamento da aventura brasileira, a província posta de lado nunca assumiu o papel grotesco que representava. Os administradores não se compatibilizavam com o trabalho de adaptar o Estado à economia de mercado, insistindo na naufragada dependência estrangeira do extrativismo (...) Durante os anos de depressão, Manaus viveu uma assustadora redução populacional e o índice de liquidez caiu praticamente a zero. A massa rural regredia para o sistema de trabalho de subsistência e para o regime de troca, a classe média, proletarizada, necessitava de crédito aberto do comércio e, com o alto índice de desemprego, atingia níveis de indigência. Os palacetes começaram a ruir abandonados e as ruas enchiam-se de buracos. Toda a infra-estrutura de serviços urbanos começou a entrar em colapso e o êxodo das populações interioranas acelerava esse processo. A Paris equatorial era agora um Port-au-Prince ridícula, vivendo num isolamento de enlouquecer.⁽⁴¹⁾

(41) SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense. Do Colonialismo ao Neocolonialismo*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, pp. 141 e 142.

Mesmo com o reconhecimento dos direitos dos índios sobre suas terras pela Constituição de 1934 e a transferência para a União da competência para legislar sobre questões indígenas,⁽⁴²⁾ a Inspeção Regional do Amazonas e Acre do SPI nada pôde fazer para impedir o processo de expropriação das terras e de opressão das populações indígenas pelas frentes extrativas. Quando o processo se intensificou na região do Rio Jauaperi, alguns grupos sucumbiram resistindo à invasão de suas terras, enquanto outros conseguiram escapar e se retrairam para a região do Rio Camanaú, que se tornou, na década de 40, uma das áreas de maior concentração Waimiri-Atroari.

Com o aumento das dotações orçamentárias do SPI em 1940,⁽⁴³⁾ as atividades da 1ª Inspeção Regional se reiniciaram em 1941, porém não mais na região do Rio Jauaperi, mas na do Rio Camamaú, em decorrência de denúncias e acusações veiculadas pela imprensa manauara, que destacavam a ocorrência de ataques dos Waimiri-Atroari às embarcações que navegavam no Rio Negro, nas proximidades do Rio Ariáú. Imediatamente a Inspeção Regional procurou apurar os fatos junto a uma dessas embarcações supostamente atacada, concluindo que tudo não passava de uma campanha feita por pessoas interessadas numa ação militar, por parte do Governo Estadual, como ocorrera no ano de 1905, para que pudessem ocupar e explorar aquela região indígena:

Todos os demais depoimentos são contestes em denunciar a burla, a mais depudrada (sic) mentira sobre os ataques dos índios na região Moura e Airão, fazendo ressaltar o interesse inconfessável dos forjadores de tais boatos (...) a primeira impressão colhida pelo SPI, sobre os índios continuamente caluniados pela imprensa de Manaus, como perversos, atrevidos, como assaltantes de embarcações, boatos tendenciosos a mascarar interesses inconfessáveis e criminosos.⁽⁴⁴⁾

(42) VER Manuela Carneiro da Cunha. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. pp. 82 a 89.

(43) RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. 3. ed. - Petrópolis: Vozes, 1979. p. 37.

(44) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspeção do Amazonas e Acre. Relatório do Inspetor referente ao exercício de 1941. pp. 179 e 181.

Para evitar novos confrontos entre os Waimiri-Atroari e a sociedade nacional, o SPI deslocou uma turma de funcionários para a região dos Rios Camanaú e Curiaú com a finalidade de reinstalar o Posto de Vigilância e Atração no primeiro, que também havia sido desativado e um subposto com os mesmos objetivos no último. Como encarregado pelos serviços, foi designado Antonio de Melo Sampaio, que já havia trabalhado no Jauaperi, no Posto de Maháua e, como auxiliares, Miguel Briglia, Luiz Joaquim Santana, Antonio Gadelha Dias dos Santos, Raimundo Ferreira de Oliveira, Victor Medeiros Lobato, Luiz Gonzaga Briglia e Celso Ataíde.⁽⁴⁵⁾ Logo que se estabeleceram na região, os índios começaram a se aproximar para contactos pacíficos com essa frente de atração e pacificação, apesar de algumas vezes demonstrarem claros sinais de hostilidade à presença de funcionários do SPI em seus territórios.

O pessoal no posto estava alarmado. Os índios ali tinham aparecido e, ao levantarem acampamento pela manhã carregaram tudo o que o pessoal amedrontado lhes entregou, carregando até a canôa do posto. O pessoal ficara ilhado.⁽⁴⁶⁾

No decorrer dos trabalhos de instalação do Posto de Camanaú, o Inspetor Major Carlos Eugenio Chauvin realizou duas excursões na região e apontou em relatório as áreas de maior concentração populacional Waimiri-Atroari e sua distribuição no território que ocupavam:

Além das cinco malocas visitadas por mim, soube, por informações de

(45) Idem. p. 180.

(46) Idem. p. 181.

balateiros que frequentam o Camanaú, da existência de uma trinteira de malocas, no rio principal e seus afluentes. Os índios comunicam-se com as malocas do rio Alalaú, do Branquinho, afluente do Jauaperí, e ainda com outras malocas do rio Jatapú, afluente do rio Uatumã (...). Nas malocas do rio pode ser admitida uma população indígena de mil e quinhentos índios. Outro tanto será possível admitir para os rios Alalaú e Rio Branquinho, não sendo possível ainda efetuar um recenseamento completo. Ainda é difícilmo colher dados que satisfaçam uma enumeração dos elementos necessários para um recenseamento. Nas duas excursões que fiz pessoalmente ao rio Camanaú, estive em contacto direto com os índios em numero superior a 100, das malocas do Capitão Pedro, do Capitão Madruaga, do Capitão Husé, além dos índios que foram encontrados em viagem e com os quais tivemos franca aproximação (...) a zona compreendida entre o Jauaperí a Leste, o Nhamundá a Este, o divortium aquarium do Jauaperí e Anauá no Norte, dificilmente penetrada pelos civilizados e onde habitam alguns milhares de índios, reclamam um serviço sistemático de atração e nacionalização.⁽⁴⁷⁾

Após o reconhecimento da região, do seu potencial humano e reservas naturais, a Inspetoria Regional do SPI resolveu redirecionar o objetivo protecionista do Posto para transformá-lo numa empresa de exploração dos produtos florestais, aproveitando a farta mão-de-obra indígena da região. A ação do SPI não mais se exercia na exclusiva proteção dos Waimiri-Atroari e dos seus territórios, como até então havia feito, agora objetivava a incorporação dessas sociedades indígenas à sociedade nacional e ao modelo econômico regional, conforme consta no seu relatório,

(47) Idem, pp. 182, 183 e 184 (grifos meus)

Os produtos naturais possíveis serão a borracha de boa qualidade, na parte inferior do rio, em pequena quantidade, a castanha, a balata e principalmente madeira (...) os índios continuam a visitar continuamente o posto em grupos de quinze, vinte e as vezes mais, podendo prever-se não ser difícil interessa-los na exploração de produtos naturais (...)⁽⁴⁸⁾

e no ofício que enviou ao Interventor do Estado, solicitando a reserva daquelas área:

Da índole pacífica dos Uaimiris (...) não será difícil aproveitá-los na extração dos produtos naturais dos vales do Jauapery, Alalaú e Camanaú. Só nesse último vale esta em contacto esta Inspetoria com 32 malocas que se prolongam pela margem do mesmo rio até suas cabeceiras (...) Seria de grande proveito para os interesses coletivos um ato de V. Excia., revigorando as antigas reservas de terras do Rio Jauapery, bem como declarar reservas para os nossos selvícolas as terras do vale do Camanaú e Alalaú. Isto evitaria que no momento em que nos encontramos, evidando esforços para a atração e para a pacificação dos Uaimiris e Atroaris, civilizados, na época da safra fossem ali provocar atritos que causaria, sérios prejuízos não somente ao Serviço de Proteção aos Índios, como á própria economia estadual, substituindo uma exploração sistemática, por esforços dispersos e violentos, como vem acontecendo ha alguns anos e cumpre empregar todos os meios para prevenir.⁽⁴⁹⁾

Embora a Inspetoria Regional do SPI tenha insistido em localizar a posse das terras ocupadas pelos Waimiri-Atroari, nenhuma providência foi tomada pelo Interventor do

(48) Idem p. 183 (grifos meus)

(49) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria no Amazonas e Acre. Ofício nº 56 do Inspetor Carlos Eugenio Chauvin para o Exmo. Sr. Dr. Álvaro Botelho Maia, M.D Interventor do Estado do Amazonas, solicitando o revigoramento das reservas de terras do Jauapery. Manaus, 18 de abril de 1941. (grifos meus). (48) Idem p. 183 (grifos meus)

Estado, Dr. Álvaro Botelho Maia, apesar da Constituição de 1937 ter reconhecido o direito dos índios às terras que ocupavam.⁽⁵⁰⁾

Os trabalhos de instalação do Posto do Camanaú foram concluídos no final do primeiro semestre de 1941 e recebeu o nome de "Posto Indígena Manuel Miranda", em homenagem a este indigenista. Apesar do Posto se configurar em uma ousada invasão do território dos Waimiri-Atroari, os funcionários do SPI conseguiram estabelecer freqüentes contatos com os índios, que passaram a freqüentar o Posto para a aquisição de ferramentas, que serviriam para o trabalho agrícola e para a confecção de armas:

De todos os brindes que lhes ofertamos dão preferência á ferramenta e os roçados e plantações que existem em torno de suas malocas comprovam sua operosidade.(...) Os arcos e flexas são feitos com braços de palheira caraná e tacana (flexeira), os bicos das flexas primitivas com ossos de animais e outros de madeira. Atualmente confeccionam ditos bicos com ferros obtidos de terçados e outros instrumentos de lavoura que desgastam na pedra de amolar colhida no leito do rio ou empregam atualmente a lima comum que procuram obter dos civilizados e que chamam cri-cri.⁽⁵¹⁾

Entretanto, a relação amistosa entre os índios e os funcionários lotados no Posto do Camanaú não durou muito. Em dezembro do ano de 1942, com um ataque violento à sede do Posto, os índios mataram toda a turma da frente de atração:

No P. I. A. Manoel Miranda, localizado no rio Camanaú, os índios por motivos ainda ignorados, massacraram o encarregado e todas as demais

(50) Cabe lembrar que o Dr. Álvaro Botelho Maia era deputado pelo Estado do Amazonas na Assembléia Constituinte de 1934 e apresentou a primeira emenda sobre o direito dos povos indígenas à posse de suas terras. A Constituição de 1937 conservou em seu Art. 154, embora com leve modificação, o mesmo conteúdo do Art. 129 da Constituição de 1934, sobre o reconhecimento de direito dos índios às terras que ocupavam. Ver Manuela Carneiro da Cunha. *Os direitos dos índios: ensaio e documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. pp. 84 a 90.

(51) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria do Amazonas e Acre, Relatório do Inspetor referente ao exercício de 1941. pp. 183 e 184.

pessoas que no Posto se encontravam em dias de novembro.

O doloroso acontecimento é assim narrado no relatório do chefe da Inspetoria:

Esse posto foi teatro, nos ultimos dias de novembro do ano em curso, de uma cena comovente de massacre, efetuado pelos selvícolas da região na pessoa do Encarregado do posto, HUMBERTO BRIGLIA e familias ali moradoras, como passo a expôr em miudo. Em inspeção àquelas regiões, por conselho do Exmo. Sr. General CANDIDO RONDON, em telegramas passados a esta Inspetoria (Anexos números 21/22), segui na lancha 'Couto Magalhães'. Ao nos aproximarmos do posto, o prático MARCULINO, com essa intuição supervisionista do caboclo, admitiu: 'Já faz é tempo, doutor, que ninguém desce aqui...' Estranhei que no barranco não aparecesse nenhuma das pessoas que ali mourejavam. O silêncio era funebre e o ambiente de tragédia. As águas negras do rio se fizeram ainda mais tenebrosas com a reprodução do céu caliginoso. (...) Encontramos a subida do barranco íngreme (...) e fui observando, pela calma reinante, que alguma coisa de anormal havia sucedido. O primeiro indício que encontrei da tragédia foi a afluência espantosa de jacarés que infestavam as águas adjacentes. De seguida, ao penetrar na casa, vi que a desordem existente havia sido provocada por um ataque. Entretanto, não abrangi logo as proporções do ocorrido, que me fora indicado pela presciência do general CANDIDO RONDON. Mais uma vez o prático MARCELINO (sic) me avisava: 'Os índios atacaram, doutor...' Mas que tribu? É o que ainda estamos por averiguar. Não deixaram vestígios de sua passagem, a não ser um pedaço emplumado de seta, que aparece nitidamente na fotografia número 6. Desci para a lancha e através do PPWI, pedi comunicação como o Dr. ALBERTO JACOBINA, para cientificar-lhe do ocorrido. Então eu não havia abrangido as dimen-

sões do ataque, não julgando que chegassem àqueles lides da tragédia. Atribui aos atacantes apenas o exercício do roubo, porque não tinha visto ninguém na casa. Só depois de voltar ao barranco, distinguiu traços de sangue na direção do roçado, oriundos da cozinha do sr. JOÃO V. SOUZA (...) Identificamos o esqueleto encontrado às 10 horas do dia 16, como sendo de LUIZ BRIGLIA. (...) Retrocedendo pelo lado da casa, avistei uma poça de sangue. Mais adiante encontravam-se os ossos de HUMBERTO BRIGLIA. Os rastros de sangue que partem do corredouro e o arrastamento verificado da porta do quarto da família SOUSA, (...) indicam que os corpos de ANTONIO EVA e o de dona MARIA AUGUSTA, foram rolados nágua e serviram de pasto aos jacarés que ali abundam e cuja frequência notamos ao chegar. Os corpos de LUIZ e HUMBERTO BRIGLIA foram comidos pelos urubus. Identificamos a morte de dona MARIA AUGUSTA pela dentadura postiça encontrada com alguma roupa na beirada, donde seu corpo foi arremessado à água. O corpo de JOÃO VIEIRA DE SOUSA, cujo arrastamento para o mato verificou-se da parte trazeira da casa, não foi encontrado, nada obstante as pesquisas mandadas fazer por mim. Presumo que esteja atirado muito longe. Encontramos dentro do quarto da família SOUSA, o corpinho, em adiantado estado de decomposição, de u'a menina de seus seis anos, com um profundo golpe na nuca. A criança está trajando vestes masculinas, mas pertence ao sexo feminino e era irmã de outra que supomos tenha sido levada para a maloca dos assaltantes. A morte dessa criança veio dar uma nova feição à tragédia, pois nunca julgamos que os índios procedesse assim com as crianças. Geralmente não o fazem deliberadamente. Podemos sugerir que ela tenha sido morta quando a senhora era atacada, recebendo o golpe por fatalidade. Os índios teem uma verdadeira adoração pelas criancinhas e custa-me acreditar tenham morto essa, quando levaram a outra. A casa foi varejada e limpa dos seus pertences. Nada deixaram que lhes pudesse ser útil. Levaram tudo quanto puderam. E o que não foi possível carregar ocultaram num canto nos fundos do barracão. Foi

encontrada uma ubá, (...) no mesmo dia de nossa chegada. Estava alagada. Mandeí esvaziá-la(...). Presumo, à presença suspeita dessa embarcação abandonada, que tenha ela servido para o ataque, que seria executado da seguinte maneira: desceram os atacantes o Rio Camanaú, ficando um trôço postado no igarapé que deságua perto do barracão, tendo o restante, a coberto da noite ou da madrugada, contornando a casa pelos lados e fundos. Iniciado o ataque, só restava aos sitiados, como único recurso à fuga, deitarem-se à água ou se defenderem dentro da casa. O massacre foi impiedoso e pela sua brutalidade verificamos a cólera de que estavam possuídos. Ainda hoje estamos por saber quem os autores e fautores do ataque. Não existe mesmo nenhuma possibilidade de se encontrar o rastro dos selvagens. Seriam os próprios Vaimiris, aqueles a quem o descontentamento havia refugado do posto. O massacre intencional fôra dirigido contra os BRIGLIA, em vista da antipatia que desfrutavam? Nada podemos adiantar. Paz à alma daqueles que morreram no seu posto, defendendo um ideal. (...) Por enquanto o posto "Manuel Miranda" continua abandonado. Tenciono instalá-lo, em janeiro próximo vindouro, em melhores condições que o anterior. (...) Não distinguindo os servidores do S.P.I. dos demais civilizados que hostilizaram, êles de começo, ou por uma desconfiança posterior qualquer nos atacaram. Se os servidores do S.P.I. revidassem ao ataque, poriam por terra toda a sua missão e a finalidade desse Serviço.⁽⁵²⁾

Essas hipóteses levantadas pelos Inspetor Sebastião Moacyr Xerez, sobre as possíveis causas que levaram os Waimiri-Atroari a desfechar o ataque ao Posto Manuel Miranda, custaram-lhe a exoneração do cargo e a culpa pelo massacre, conforme consta no relatório do seu substituto, Inspetor Alberto Jacobina:

(52) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Relatório da Diretoria. 1942 . pp. 30 a 32.

Os dolorosos acontecimentos que atingiram este posto em Dezembro de 42, foram minuciosamente esplanados no relatório especial que nos foi dado dirigir à Diretoria, e à luz dos documentos nele arrolados e preciosos depoimentos, ficou provada, pelo menos, a inouria (sic) administrativa do Sr. Inspetor Sebastião Moacyr Xerez, chefe interino desta I.R. durante o exercício de 1942. Responsável pelo massacre dos Irmãos Briglia e seus denotados companheiros, procurou, em seu infelicíssimo relatório sob sua gestão desviar a questão de seus verdadeiros termos, emprestando um caráter punitivo ao referido massacre, caráter esse talvez lançado como um derivativo imperioso para a sua culpabilidade indisfarçável (...) Enquanto os Vaimiris não desmentirem as conclusões chegada em seu relatório sobre o lamentavel acontecimento, continuará responsável pelo massacre inopinado dos Irmão Briglia, o Inspetor Especializado Sebastião Moacyr de Xerez, cujas paginas que ousou escrever sobre o assunto em seu infeliz relatório de 42, revoltam pela estupidez, revelam incongruência, revoltam pela maldade e mesquinhez.⁽⁵³⁾

Apesar do Inspetor Alberto Jacobina ter responsabilizado o seu antecessor pelo massacre, seu relatório não oferece qualquer prova para incriminá-lo. Seu objetivo, que aparece de forma explícita em quase todo o relatório, foi projetar uma imagem de martírio e de heroísmo aos Irmãos Briglia, embora deixando transparecer nas entrelinhas as razões que teriam motivado os Waimiri-Atroari a efetuar o massacre:

(...) Com heroico sacrificio de Humberto e Luiz Briglia, abriu-se, é bem certo, um claro irreparavel nas fileiras do S.P.I. no Amazonas. Todavia o massacre da nossa turma de pacificação que operava no rio Camanaú chefiada pelos denominados Irmãos Bríglia não deve ser considerada um

(53) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Relatório da Inspetoria do Amazonas e Acre referente ao exercício de 1943. pp. 174 e 176.

fracasso, por isso que fracassos não são os reconhecimentos militares em que porventura perde a vida o oficial combatente. Embora sempre lastimável a imolação de tão devotados e leais companheiros, já por vezes ocorrida em nossas pacificações, contudo não constitui sacrifício perdido. Assim, no caso presente, o trabalho dos Irmãos Briglia como sejam uma série de dados colhidos, a organização que fizeram de um vocabulário da língua Vaimiris, o reconhecimento da região e o não revide por parte da turma em operação, base sempre segura de uma próxima e sólida amizade com a tribu arredia, constitui preciosa contribuição material e moral para o acervo do S.P.I. (...) Assim os tristes acontecimentos que ora atingiram a Inspetoria do Amazonas são bem um palpitante atestado da justeza destas instruções. O local da imolação dos malogrados Irmãos Briglia ha de ficar para sempre sagrado nos anais do S.P.I. (...) quando nascer ali, na região do Camanaú, uma nova cidade amazonense, em futuro talvez longinquo em quíça proximo, os venha a erguer um monumento aos Irmãos Briglia, que em cumprimento a um dever sagrado, foram heroicamente sacrificados em holocausto à incorporação dos arredios e hostis Vaimiris à comunhão nacional.⁽⁵⁴⁾

Em fevereiro de 1943, por determinação da Diretoria do S.P.I., a 1ª Inspetoria Regional iniciou a reinstalação do Posto do Camanaú, agora denominado "Posto Irmãos Briglia", e a abertura de um inquérito para esclarecer as causas do massacre. Para essas finalidades, foi organizada uma expedição ao Rio Camanaú, sob o comando do Inspetor Jacobina. Sua obsessão em encontrar culpados pelo massacre e sua inábil insistência em querer subir o Rio Camanaú para inquirir os índios, chegaram a pôr em risco sua vida e a de seus comandados. Esse plano só não foi executado devido a firme oposição de um índio Waimiri, trazido de Moura para servir de guia e intérprete:

(54) Idem, pp. 178 e 179 (grifos meus).

Na reunião que fizemos do nosso pequeno conselho verificou-se uma divergência radical entre minha opinião e do nosso guia Abroao indio vaimiri, discordando este da oportunidade da nossa subida as malocas. Eles não tem duvida de que os seus parentes ouviram o barulho do nosso motor, sendo assim eles abaixarão até o fim do corrente mez para nos visitar. Caso não baixem ficará portanto pelo menos a participação dos vaimiris no massacre que, tudo leva a crer, verificou-se sob as ordens e orientação de civilizados. Nesse caso ele Abroao subiria sosinho até as malocas nos primeiros dias de Fevereiro comunicando-nos apos seu retorno ao Posto, sobre a conveniencia de minha subida e aí já com epoca marcada pelos parentes a fim de nos proporcionarem um grande encontro. Assim opnou esse o caminho a adotarmos. Adeantou mais que os parentes podem ter galgado neste momento as cabeceiras do rio como de costume e nesse caso nossa viagem seria perdida em tempo e combustivel. Embora profundamente contrariado rendi-me a justa ponderação de seu parecer.⁽⁵⁵⁾

O inquérito instaurado pelo SPI esteve desde o início fadado ao fracasso, em virtude da intransigência em aceitar as questões levantadas pelo Inspetor Sebastião Moacyr Xerez e até mesmo por não questionar e continuar aceitando os novos objetivos traçados para o Posto do Camanaú e que, conforme vimos no Relatório e no ofício do Inspetor Carlos Eugenio Chauvin endereçado ao Interventor do Estado, constituíam o fundamento da luta e da resistência Waimiri-Atroari.

Cabe também lembrar que a ocorrência desse massacre se deu no momento em que a economia do Estado do Amazonas apresentava forte índice de recuperação, redirecionando-se para a produção gomífera. Apesar dos relatórios do SPI de 1942 e 1943 nada mencionarem sobre a produção extrativa do Posto Manuel Miranda, é

(55) Idem. p. 183

possível que os Irmãos Briglia tenham seguido as orientações do Inspetor Carlos Eugenio Chauvin, para incorporar os Waimirí-Atroarí na exploração dos produtos naturais da região do Camanaú, o que poderia ter gerado a atitude tomada pelos índios.

A guerra e posteriormente a queda dos estoques de borracha dos aliados em mãos japonesas levaram os Estados Unidos e o Brasil a firmar os chamados Acordos de Washington:

Ainda no final de 1940, diplomatas brasileiros viajavam a Washington para discutir um acordo militar de defesa mútua. Em outubro de 1941, os Estados Unidos assinaram com o Brasil um acordo de empréstimos que prometia 100 milhões de dólares em armas e discutia o possível estabelecimento de tropas norte-americanas no Nordeste brasileiro. Em 1942, a aliança entre as duas nações se completou. Novas negociações no mais alto nível elevaram o acordo para 200 milhões de dólares em armas e abriam caminho para a exploração pelos americanos dos recursos minerais do Brasil. Do ponto de vista da Amazônia, o mais importantes desses acordos foi um empréstimo de 100 milhões de dólares do Export-Import Bank para explorar matérias-primas no Brasil, e um contrato de 5 milhões de dólares entre o governo brasileiro e a Rubber Reserve Company dos Estados Unidos com o fim de aumentar a produção de borracha da Amazônia.⁽⁵⁶⁾

Os preços ascendentes da borracha criaram as condições necessárias para recolocar o aparelho produtivo da borracha em ação, e propiciar a volta aos seringais abandonados. Nesse período de euforia econômica, algumas regiões da Amazônia foram beneficiadas pelos investimentos públicos do Governo Federal com a criação do Banco de Crédito

(56) DAVIS, Shelton. H. *Vítimas do Milagre. O desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 47.

da Borracha que tendeu a afastar o "aviador" do processo de financiamento da produção dos seringais e das operações de recebimento e exportação do produto; melhorou ainda a relação entre seringueiro e patrão, que ganhou um caráter mais monetário e menos explorador que a fase anterior.⁽⁵⁷⁾ Cria-se o Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.) que deveria cobrir três objetivos:

Militarmente, deveria 'melhorar as condições de saúde em áreas estratégicas, em particular em relação de nossas forças armadas e às de nossos aliados americanos'. Economicamente deveria 'possibilitar maior produção de materiais críticos em áreas onde existem más condições de saúde'. Política e psicologicamente 'demonstraria com fatos e palavras os benefícios tangíveis da democracia em ação, e ganhando o apoio ativo da população civil'.⁽⁵⁸⁾

Na mesma ocasião foi criada a Campanha da Borracha e com elas outros organismos estatais para mobilizar recursos materiais e humanos, tais como: o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (S.E.M.T.A.), a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C.A.E.T.A.) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.)⁽⁵⁹⁾

A reabertura dos seringais paralisou quase que, totalmente a exportação dos demais produtos extrativos e liberou a mão-de-obra inclusive indígena para a produção gomífera. Para suprir a falta de braços que havia evadido com o crash da borracha e com as sucessivas crises econômicas da região, chegaram a Amazônia levas de "soldados da borracha", mobilizados em todo o país para travar a "batalha da borracha".

(57) SILVA, Luiz Osiris da. *A Luta pela Amazônia*, São Paulo: Editora Fulgor, 1962. p. 113.

(58) DAVIS, Shelton. H. *Vítimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 p. 52.

(59) SILVA, Luiz Osiris da. *A Luta pela Amazônia*, São Paulo: Editora Fulgor, 1962. p. 111.

Enquanto se desenvolvia a produção gomífera, os norte-americanos davam sequência aos acordos de 1942, principalmente aquele referente à questão mineral, efetuando o levantamento aero-fotogramétrico de várias regiões brasileiras, inclusive da Amazônia, consideradas importantes pela possibilidade de conterem reservas minerais de valor econômico e estratégico.⁽⁶⁰⁾

Uma das áreas do Estado do Amazonas apontada como importante foi a região compreendida pelo Rio Jauaperi e nela especificamente a área do rio Alalaú. Os trabalhos naquela área foram executados, em setembro de 1944, pelo tenente Walter Williamson e pelo Sargento Baitz do Fourth Photocharting Squadron. Para o cumprimento da missão, o oficial norte-americano procurou o apoio da Inspetoria Regional do SPI e de sua infra-estrutura:

Nos primeiros dias de setembro de 1944, recebíamos na sede desta Inspetoria Regional, a visita amável do tenente Walter Williamson, do 4th Photo Charting Squadron, do Exército Americano, que operava em combinação com o Governo Brasileiro, no levantamento aero-fotogramétrico de certos rios do Amazonas.

Era intensão do referido Tenente, obter nossa ajuda para a expedição que realizaria no rio Alalaú, afluente do Jauaperi, onde deveria fazer observações astronômicas, a fim de amarrar no terreno a planta aero-fotográfica. Para isso, deveria ele subir o Alalaú até a cachoeira Criminosa, fazendo nesse percurso três observações astronômicas no mínimo, sendo a última na Criminosa.*

Nós já havíamos encontrado (...) quando seguíamos o Rio Branco (...) Ele já havia terminado o levantamento do Catrimani e ali estava, na boca do dito rio, à espera de um avião que o conduzisse a Manaus (...).

(60) REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: MEC, s. d, p.118.

* A Cachoeira Criminosa está situada nas proximidades da fronteira da área atualmente reservada aos Wairimí-Atroari e a imensa mina de cassiterita (estânio) do Pitinga, explorada pela Cia. de Mineração Taboca, subsidiária da Cia. de Mineração Paranapanema.

Diante das credenciais por ele apresentadas, esta Chefia, prontamente se dispôs a facilitar no que pudesse a missão altamente patriótica que o levava àquela perigosa região, já famosa por diversos reverses verificados entre civilizados e índios Vaimiris e Atroaris, além disso, a subida do Alalaú se apresenta perigosa pelas suas numerosas cachoeiras e pedrais.

Proporcionou então, esta chefia, ao Tenente Williamson, o batelão denominado "Tenente Lyra", ao qual ele adaptaria um motor de pôpa, e o pessoal especializado em passagem de cachoeiras. Chefiaria a turma do S.P.I., encarregada de levar e trazer o referido tenente e seu ajudante Sargento Baitz, o nosso Inspetor Carlos Corrêa (...).

Recomendou, esta chefia, ao tenente Williamson, que tivesse todo o cuidado possível com os índios da região que iria atravessar, pois eram tidos por perigosos, em virtude de sua índole assaz desconfiada, em consequência do sofrimento secular que lhes vinham inflingindo os civilizados. Recomendou-lhes mais, que levasse brindes pois, teria certamente oportunidade de se avistar com os índios e poderia assim conquistar-lhes a simpatia, oferecendo-lhes bujingangas e quinquilharias. Disse-lhe ainda, que isso era como que uma indenização que o civilizado pagava aos índios pela permissão que eles nos concedia para entrarmos em suas terras, pois a falta dessa cortesia mezinha entre os próprios civilizados, tem originado entre nós, guerras tremendas (...). Organizada a expedição, partiram no dia 8 de setembro, em nossa lancha José Bonifácio, levando no costado o batelão que lhe havíamos cedido, próprio para cachoeiras.⁽⁶¹⁾

Ao atingir a foz do Rio Alalaú, a expedição teve que retornar a Manaus em virtude da séria avaria sofrida pelo motor de pôpa da embarcação. O tenente recusava-se a retornar e a obedecer as instruções dos práticos, que conheciam aquele tipo de região, bem como o que lhe dizia o Inspetor que o acompanhava. Ao tomar conhecimento

(61) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Serviço de Proteção aos Índios, 1ª Inspetoria Regional. Relatório referente ao exercício de 1944, apresentado pelo chefe na I.R.I., Alberto Pizarro Jacobina. Manaus, 1944. pp. 31 e 32.

daquela reação e para evitar o pior para os seus funcionários, a Inspetoria Regional cancelou o retorno do seu pessoal e recomendou ao oficial americano que contratasse outra tripulação em Moura, embora continuasse cedendo o batelão "Tenente Lyra":

(...) a constante desobediencia do tenente Williamson à orientação de nossa turma especializada, tendo com isso ocasionado diversos acidentes que poderiam ser fatais e que sendo assim deveria de temer-se o futuro da expedição que se reparelhava (...) Compreendi logo, a situação em que se encontravam dualidades de comando. A situação se apresentava bem clara a esta chefia, com a experiencia que tem, não iria jogar a um possivel e quasi provavel fracasso, uma turma de gente especializada do S.P.I. Esse fracasso se afigurava iminente, não só nas cachoeiras pela desobediencia ao comando dos praticos, como no trato com os índios, pois esta chefia, soube com profunda decepção, que o tenente Williamson só havia levado como brindes carteiras de cigarros, ao que os índios muito pouco apreço haveriam de dar, pois preferem ferramentas de trabalho e objetos reluzentes, desprezando mesmo a roupa como donativo de pouca utilidade. Decidiu, esta chefia, que a turma, e bôa turma que era, não voltaria mais com o tenente, e assim, quando este procurou-nos novamente, com o motor de pôpa ja concertado, tive de lhe dizer que não era mais possível nossa colaboração com elementos humanos, pois nossa turma deveria partir para outro rio em missão urgente, mas que esta Chefia lhe cederia ainda desta vez, o seu batelão "Tenente Lyra". Precisando, entretanto, de tripulação, para organizar sua expedição, indiquei-lhe que poderia contrata-los em Moura, localidade situada na margem direita do Rio Negro, frente a boca do Jauaperi. Assim fez o tenente Williamsom, tendo seguido até Moura, no motor João de Higson & Cia., Levando a reboque o batelão que lhe havíamos cedido. Cedeu-lhe, Raul Vilhena, o gerente de sua casa comercial em

Moura, por ser homem de absoluta confiança e mais três homens práticos, perfazendo assim, com os americanos, um total de seis homens componentes da segunda expedição que partiria de Moura a 26 de setembro.⁽⁶²⁾

Em 22 de outubro de 1944, a Inspetoria Regional do SPI tomou conhecimento do ataque efetuado pelos Waimiri-Atroari à expedição comandada pelo tenente Walter Williamson. Dos seis integrantes dessa expedição, apenas Raimundo Felipe, que fora recrutado em Moura, escapou. Em seu depoimento sobre o incidente prestado ao Chefe da I.R. e acompanhado pelo Capitão do Exército norte-americano John E. du Bois e o Cônsul daquele país em Manaus, declarou que:

(...) dia 28 seguiram pelo Alalaú acima até a cachoeira dos índios. Aí dormiram, passaram o dia 29 e o dia 30, tendo o tenente Williamson feito sua primeira observação astronômica. Partiram de 1 às 8 horas atingindo a Cachoeira Criminosa às 11 horas. Aí atracaram o batelão "Tenente Lyra" e ficaram o resto do dia preparando a canoa e assentando o motor de popa e descarregando toda a mercadoria do batelão para terra (...) Ficaram o dia 2, não tendo deixado ninguém vigiando o batelão e a carga, seguindo dia 3 pela manhã na canoa (...) emprestada pelo Snr. Raul Vilhena. Passaram a cachoeira cuja a extensão dos pedrais é de 3 quilômetros tendo vencido essa subida sem novidade, chegando ao topo da cachoeira às 2 horas da tarde. Aí avistaram 10 índios na margem que chamavam fazendo sinais, mas não foram atendidos em virtude do conselho do guia brasileiro que achava mais prudente não se encostar pois não levavam brindes. Dormiram mais acima e prosseguiram no dia 4 pela manhã até o repartimento dos

(62) Idem, pp. 34 e 35.

índios onde entraram hora e meia subindo (...) voltaram e dormiram na ilha do Rio Preto onde o tenente fez sua terceira observação. Dia 5 desceram (...) atingindo a ponta de cima da Cachoeira Criminosa (...) Aí encontraram além das índias, 4 índios adultos e 6 curumins. Os índios acenaram chamando. Os guias brasileiros aconselharam ao tenente que não encostasse, que seguisse viagem. O tenente ordenou que encostasse. Como o motorista Raimundo Filipe desobedeceu, por não querer encostar, dizendo que esses índios eram temidos por todos, o tenente Williamson obrigou Raimundo Felipe a largar o motor e tomou do mesmo aportando para a margem obtemperando: "brasileiro medroso, tem medo de índio, eu vou tirar fotografia para mandar para América". Os nacionais recomendaram que não tirasse fotografias mas o tenente encostando a embarcação, pulou em terra. Os nacionais permaneceram na canoa e o Sargento Baitz um tanto receioso botou um pé em terra, conservando o outro na canoa. O tenente aproximou-se e ofereceu cigarro aos índios que receberam e fumaram. Depois quis tirar a fotografia. Os nacionais tornaram a avisar que não tirasse porque os índios estavam desconfiados e aborrecidos pois estavam receiosos da máquina. Quando o tenente afastando-se do grupo puxou a máquina, os índios gritaram três vezes Marupá, Marupá, Marupá. Os brasileiros para o tenente esconder a máquina e desistir da fotografia pois os índios queriam dizer, com as exclamações, que aquilo era mau, que não prestava. O Tenente (...) insistiu. Quando ia bater a chapa, recebeu no peito duas flechadas certeiras. O malogrado tenente, que jogou encontinente a máquina ao solo atirou-se ao rio, arrancando as flechas. Ao perceberem o desastre todos os companheiros atiraram-se n'água para fugir a nado. O sargento Baitz tendo-se atirado n'água não mais voltou à tona (...) Os brasileiros Eonio Lemos e Izaias Ovídio ocultaram-se seguros no motor embaixo da canoa, mas ao serem percebidos pelos índios foram flechados mortalmente. O nacional Renato de Araújo foi flechado nadando, tendo afundado para não mais voltar. Os índios se apoderaram da canoa e desceram o rio em perseguição

a Raimundo Felipe e do tenente Williamson que nadava ambos já distantes. Disse Raimundo Felipe que o tenente era ótimo nadador (...) A certa altura uma flecha atingiu a cabeça de Raimundo Felipe tendo sido por felicidade desviada pelo chapéu de massa. Com esta flechada Raimundo Felipe mergulhou procurando nadar por debaixo d'água. Ao subir à tona teve a felicidade de aparecer por detras de uma pedra da cachoeira ficando assim protegido. Viu então o Tenente nadando em largas braçadas e grande velocidade, ajudado pela correnteza do rio. Mas de repente uma flecha maldita atingiu o Tenente na nuca e seu corpo inanimado desapareceu num remanso da Cachoeira Criminosa. Com um novo mergulho Raimundo Felipe conseguiu passar, sem ser visto, por um dos tombos da cachoeira e ganhou a margem do rio descendo então a pé durante 13 dias até a boca do Alalaú (...) No dia 18 de outubro ouvira barulho de motor e gritou por socorro. Era o motor do Snr. Raul Vilhena que havia partido de Moura a 17 a procura dos expedicionarios, (...) foi recolhido e transportado para Moura.⁽⁶³⁾

Na reunião que se realizou a 23 de outubro de 1944 na sede do Governo do Amazonas, onde participavam o Interventor do Estado, o Cônsul dos Estados Unidos em Manaus, o Capitão John du Bois e o Inspetor chefe da 1ª Inspetoria Regional do S. P. I., ficou decidida a organização de uma nova expedição ao Rio Alalaú, para que os norte-americanos pudessem refazer o levantamento aéro-fotogramétrico daquela região e resgatar os mortos e o material remanescente da expedição anterior. Como os norte-americanos já haviam obtido uma tropa do exército brasileiro para acompanhá-los, o Inspetor do SPI impôs uma condição para participar dessa missão, o caráter não punitivo da expedição:

(63) Idem, pp. 38 a 42.

(...) Pretendia, entretanto, esta chefia na dita conferencia que ficasse bem claro o verdadeiro carater da expedição almejada pelos americanos, a fim de que pudessemos confirmar se tomaríamos parte ou não na expedição. A pergunta formulada nesse sentido pelo Snr. Interventor, ao Consul americano na presença do Capitão Du Bois, do Exército Americano, responderam ambos que não se emprestaria a expedição nenhum carate punitivo afastando-se mesmo do espírito deles qualquer idea de vingança, desejando tão somente recolher os corpos dos americanos e os destroços porventura existente da malograda expedição, salvando-se assim, se possível, alguma parte dos trabalhos já realizados. Em vista disso nos empenhamos firmemente numa íntima colaboração, sob a égide dos princípios básicos do regimento do S.P.I. ⁽⁶⁴⁾

Essa nova expedição ao Rio Alalaú partiu de Manaus a 28 de outubro e foi constituída pelos seguintes integrantes:

*Capitão Johan E. Du Bois (americano).
Tenente Conrad Lundgren (americano).
Sargento William Thompson (americano).
Tenente Itamar Allent do 27º B.C. de Manaus.
Cabo Palheta do 27º B.C. de Manaus.
06 Soldados do 27º B.C. de Manaus.
Alberto Pizarro Jacobina Chefe da I.R. 1 do S.P.I.
Carlos Pinto Corrêa Inspetor do S.P.I.
Moacir Bandeira Xavier Telegrafista do S.P.I.
2 Práticos de Cachoeira
1 Trabalhador.* ⁽⁶⁵⁾

(64) Idem, p. 37.

(65) Idem, p. 49.

Na subida do Rio Alalaú, os expedicionários tiveram um encontro com um grupo de índios que, de forma pacífica, mostraram-se dispostos à realização de trocas. Apesar do Inspetor Carlos Pinto Corrêa ter inicialmente mostrado a disposição de se aproximar do grupo, o chefe da I.R. 1 impediu-lhe, justificando que a aproximação deveria ser feita pelos índios, revelando, também, no conteúdo do argumento, sua posição etnocêntrica:

(...) Numa pequena raia da barranca a margem direita, apareceram inesperadamente varios indios adultos e curuminns, em grande algazarra e alarido, mais parecendo, pelos sons que emitiam, um bando de pássaros em revoada. Incontinentemente ordenei que parassemos para amarrar na margem oposta em um galho pendente, bem àfeição. Uma vez parados iniciamos nós nossa algazarra (...) começamos a gritar: 'aqui! aqui! aqui!' e apontando para o local em que estavam mostravamos os brindes que traziamos em nossas mãos. Eles responderam incontinentemente: 'qui! qui! qui! hanana, macacheira, tucunaré'. Ao que nós respondiamos sempre da mesma forma, a fim de chama-los mais nossa margem. Depois nossa algazarra e a deles se confundiam pois já gritavamos ao mesmo tempo. O Inspetor Carlos Corrêa pediu permissão a esta chefia para encostar a canoa onde estavam os índios, o que foi negado, pois deveriamos força-los a vir onde estavam dando-lhes assim uma demonstração de nossa superioridade. Durante uns cinco minutos ficamos ainda sobre a expectativa daquele namoro interessante, quando, serenando de repente o vozerio, o chefe da I.R. 1, lembrando-se de algumas expressões, da língua regional do vale do Jauaperí, gritou sozinho para eles a fim de que fosse bem ouvido: 'qui gaconê, jacanô qui! nahã, nahã...' mostrava-lhes os brindes. Foi a grande solução pois, jaconô significa, homem bom e nahã, muito. Mostrando-lhes os brindes compreenderam

que 'homem bom aqui, ofereciam muitos brindes'. Gritaram incontinentemente todos a uma só voz: 'Jacanô! Jacanô! Jacanô!' e prepararam as ubás. Aí gritamos todos mostrando os brindes: 'ubá qui! ubá qui!' ao que fomos prontamente atendidos, remando os curumins e os índios adultos em nossa direção (...) Com surpresa porem as ubás chegaram rapido e atracando uma de cada lado da nossa canôa. Ficavamos assim imprensados. Iniciamos então a interessante permuta de brindes com arcos e flechas, atraves de cenas curiosas que muito alongaria este relato se fossem aqui narrados. Na margem direita do rio outro grupo de índios havia ficado, à espreita como sentinelas. Entraram os índios em nossa canoa bisbilhotando. Nada entretanto levaram sem que lhes dessemos e sem que nos pagassem. Despedimo-nos com demonstrações de amizade, sem que os índios desejassem que nos fossemos pois queriam trocar mais brindes. ⁽⁶⁶⁾

Na Cachoeira Criminosa, os norte-americanos tornaram a fazer observações necessárias para o levantamento aero-fotogramétrico da região e posteriormente passaram a recolher todo o material que foi possível ser recuperado, inclusive os restos mortais do tenente Williamson. Concluido esses trabalhos, a expedição retornou a Manaus, sem que fossem registrados outros incidentes com a população indigena daquela área:

(...) Dormimos a noite de 7, tendo os americanos feito as observações astronomicas. Dia 8 às 7:30 hs. partimos pela Criminosa acima, à procura dos remanescentes para o que levamos uma das canoas vazias. Deixamos na praia o batelão e todo o resto de nossa carga, tendo ficado, o tenente Lundgren com o radio portatil e o aparelho de astronomia, mais o Cabo

(66) Idem, p. 51 a 54 (grifos meus).

Palheta e 4 praças (...) chegamos ao topo da cachoeira, bem no local onde ocorrera o desastre. Ao subir fomos encontrando diversos destroços da malograda expedição e anotando os logares para arrecadar de baixada. Assim foi que recolhemos o esqueleto do malogrado tenent Walter Williamson, a gondola e o passaporte do Sargento Batiz, o delicado aparelho de astronomia, um motor de pôpa Johnson de 22 cavalos, uma espingarda automática Winchester de cinco cartuchos, muitas caixas de gasolina e outros objetos de menor importancia além do batelão 'tenente Lyra' recuperado pelo S.P.I. Tudo arrecadado iniciamos nossa baixada. Estava assim cercada de pleno exito nossa missão (...)⁽⁶⁷⁾

Ao fim da II Guerra, em 1945, a economia amazonense voltou a conviver com a crise, apesar das promessas feitas por Getúlio Vargas em 1940, de recuperá-la e integrá-la de forma definitiva à vida econômica da Nação:

Nada nos deterá neste movimento que é, no século XX, a maior tarefa do homem civilizador: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e extraordinária fertilidade em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impacto da nossa vontade e do nosso trabalho deixará de ser um simples capítulo na história do mundo e, assim como outros grandes rios se tornará um capítulo da história da civilização (...) tudo que tem sido feito no Amazonas quer na agricultura, quer na indústria extrativa, consiste em realização empírica, e deve ser transformado em exploração racional. O que a natureza nos oferece aqui é um presente magnífico, que exige ser cuidado e cultivado pela mão do homem. De (um regime de) colonização espessa, subserviente e interesses causais, consumindo energia mas com pouco lucro, devemos mudar para

(67) Idem, 54 e 55.

concentração e fixação do elemento humano (...) O marcante movimento de reconstrução consubstanciado no estabelecimento do regime de 10 de novembro (de 1937) não poderia esquecer-vos, pois sois a terra do futuro, o vale promissor na vida do Brasil de amanhã. Vossa entrada definitiva na vida econômica da Nação, como fator de prosperidade e energia criativa, será realizada sem tardar.⁽⁶⁸⁾

O vencimento do prazo dos Acordos de Washington e a recuperação dos seringais cultivados do sudeste da Ásia modificaram outra vez a posição assumida pela borracha da Amazônia no mercado internacional durante a guerra. O retorno do produto asiático à concorrência, com preço mais reduzido, levou o governo norte-americano a suspender bruscamente a compra da borracha produzida na Amazônia.⁽⁶⁹⁾

Entre todos os investimentos federais decorrentes dos acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos e voltados para o desenvolvimento da infra-estrutura e indústria-base, a Campanha da Borracha foi o único que não teve prosseguimento, e encerrou-se com o fim do Conflito Mundial. Em outras regiões o governo continuou a dar prosseguimento aos investimentos, tomando a si o desenvolvimento industrial do Rio de Janeiro e de São Paulo, construiu enormes projetos hidrelétricos no Nordeste e em Minas Gerais, estendeu linhas de transportes dos centros urbanos até as novas terras cafeeiras do Sul; e promoveu a construção da nova capital federal em Brasília.⁽⁷⁰⁾ Apesar da Campanha da Borracha ter se configurado, inicialmente, como um plano de valorização regional a longo prazo, serviu apenas para atender a demanda do produto a nível satisfatório no mercado internacional, dominado pelos Estados Unidos.

A nova crise econômica gerada pela desvalorização da borracha da Amazônia só

(68) Discurso proferido por Getúlio Vargas, na cidade de Manaus, em outubro de 1940. in DAVIS, Shelton H. *Vítimas do Milagre: O desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978. pp. 45 e 46.

(69) SILVA, Luiz Osiris da. *A Luta pela Amazônia*. São Paulo: Editora Fulgor, 1962. p. 113.

(70) DAVIS, Shelton H. *Vítimas do Milagre: O desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978. p. 55.

não atingiu os mesmos níveis da crise anterior, em virtude do Banco de Crédito da Borracha ter continuado a receber a produção dos seringais a preço estipulado, assegurando a estocagem e abastecimento do mercado interno.⁽⁷¹⁾ Mesmo assim, muitos seringais foram abandonados e os produtores transferiram suas atividades para outros setores econômicos, como a castanha, juta, malva, pimenta do reino, couros de animais silvestres, etc.

O segundo impulso de exploração de borracha natural pouco alterou o quadro da situação do Rio Negro. No período pós-guerra, a atividade econômica da região continuou dependente da exploração de produtos naturais e concentrada na coleta da borracha, na parte inferior do rio; nas variedades de gomas, como a sorva, a balata e a ucuquirana, além da castanha do Pará, piaçaba, cipós e sementes oleaginosas.⁽⁷²⁾

Enquanto a economia regional esteve voltada para a produção da borracha entre os anos de 1942 e 1945, a mão-de-obra extrativa que concentrava suas atividades na região ocupada pelos Waimiri-Atroari se transferiu para os seringais, estimulada pelos altos preços da borracha no mercado nacional e internacional. O retorno das frentes extrativas ao território Waimiri-Atroari, para a coleta da castanha e da balata, foi marcado por um novo ataque dos índios ao Posto Indígena Irmãos Bríglia, no fim de dezembro de 1944. Nesse ataque morreram onze pessoas, entre servidores do S.P.I. que trabalhavam na atração dos Waimiri-Atroari e alguns de seus familiares, e salvaram-se outras cinco. Entre os que sobreviveram encontrava-se D. Cândida Pastana, esposa do Chefe do Posto Luís Antônio de Carvalho, que faleceu durante o ataque, a quem tivemos a oportunidade de conhecer e de registrar o seguinte depoimento:

(71) SILVA, Luiz Osiris da. *A Luta pela Amazônia*. São Paulo: Editora Fulgor, 1962. p.113.

(72) GALVÃO, Eduardo. *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 137.

Quando me casei com meu primeiro esposo, fui morar no Rio Jauaperi, em Maháua, então eu tinha 13 anos, não tinha pai nem mãe, tive que procurar um amparo, e casei com Luis José da Silva, me dei bem mas também nada deixou para mim. Me casei em 1929 e fui morar em Maháua, onde passei 30 e 31, em 32 aconteceu a encrência com o tal Edgard Penha. Para meu marido não fazer uma chacina com ele, pediu demissão e nós viemos embora para Manaus. Edgard Penha era metido a patrão, um coronel de barranco de lá, morava em Nova Vitória e nós morávamos lá também, acima do barracão dele, onde era localizado o Posto Maháua. Em 1932 viemos embora por causa da encrência, daí ele morreu mesmo de doença comum sabe! Depois eu casei de novo com Luís Antonio de Carvalho e fui morar no Rio Camanaú, no Posto Indígena Irmãos Briglia. Eu criava o Beré, era índio lá do Jauaperi, eu criava o Abrão. O Beré era até cosinheiro, já sabia cosinhar, eu ensinei a ele, o Beré escapou do massacre e aliás, se estivesse vivo, era um amigão! O Abrão já era até geitoso quando morreu, era índio! índio, lá do Jauaperi! Quando ocorreu o massacre, eu estava grávida do Luís (Luís Pastana de Carvalho é atualmente funcionário da Fundação Nacional do Índio) e prestes pra dar a luz, então eu chamei o Carvalho e disse: eu acho que já vou ter o nenê. Sentia dores bastante, dores fortes, aí ele disse que ia chamar a parteira, que estava lá no barracão e tinha vindo de Novo Airão. Aí a parteira me examinou e disse que já era tempo de ter o nenê. Mas eu não me deitei mais, estava com muita serração, lá faz muita serração (...), aí eu saí e ouvi aquela zuada, e olhei assim, era os índios, estavam próximos do barracão, eu falei com eles e convidei para tomar café, aí eu mandei esse rapaz que era meu filho, que era índio também: Beré bota café para eles que eles querem tomar café. Eles tomaram café, estavam com fome, mas vê como os índios são traiçoeiros né! eles tomaram o prato e tomaram café e tudo, aí eles queriam repetir e dissemos que não tinha mais, então eles me chamaram de mentirosa, disse que era minha mentira. Eu abri a dispensa, sabe por quê?! índio só acredita naquilo que vê com os

olhos, aí eu disse: aqui não tem mais nada! Vieram dia 29, no dia 30 eu dei tudo e em 31 não havia mais nada para dar foi aí que eu temo né! Quando eles subiram para vir de novo para o barracão, eu estava sentada na porta, sentindo dores fortes, cada vez mais, aí que eu olho meu irmão, chegou dois índios, mas eles não queriam me matar, sabe!, chegou e ficou assim do meu lado e um outro ficou assim desse outro lado, tipo guarda, e outro, na porta que ia para a telegrafia. O Posto era bem organizado, isso aconteceu em 1946, às 06:30 da manhã, do dia 31 de dezembro. Assim que eu chamei o Carvalho, ele levantou e disse que ia tomar um banho, ele gostava de tomar banho, era cearense meu marido!, foi tomar banho, juntamente foi o telegrafista com ele e disse: Ah! seu Carvalho, o negocio está feio!, os índios parece que não estão bem, com flechas na mão! aí o Carvalho disse: mas a Cândida se entende com eles aí, ela sabe falar a língua deles. Quando eu olho assim, o índio bateu no meu braço e eu chamei pelo meu marido: Chega que nós estamos sendo atacados. Eu só vi a flecha, me bateu no lado direito, Deus o livre que ninguém viu um ataque daqueles. Em 15 minutos o Beré conseguiu entrar na telegrafia e apanhou a foguetada e detonou, foi o que nos salvou. Mesmo assim os índios carregaram as roupas, se não fosse assim, não havia ficado um para contar a história. Eu fui flechada justamente quando ia correndo e eu caí, fui indo, fui indo, até que me levantei eu mesma tirei aquela seta, mas também quando tirei veio muito sangue e finquei um pedaço de pano velho, mas eu consegui chegar onde o pessoal estava. Quando os índios foram embora, nós embarcamos na canoa e baixamos para Airão, só fui ter o nenê às 11:00 horas da noite, ainda na canoa. Lá ficaram 11 mortos: o meu marido, a mulher do Sr. Francisco, que era regatão e trocava os nossos produtos por sabão, café e outras coisas, o Severino, duas filhas da minha parteira, o Abrão e outros que não me lembro agora.⁽⁷³⁾

(73) Entrevista com D. Cândida Pastana, feita na cidade de Manaus, em 03 de abril de 1985.

Após esse segundo ataque dos Waimiri-Atroari ao Posto Indígena do Rio Camanaú, a Inspetoria Regional do SPI paralisou o trabalho de atração, desativou o Posto e se retirou da região por absoluta falta de recursos, uma vez que o Governo Federal reduziu, no período pós-guerra, as dotações orçamentárias destinadas ao SPI, como registra Darcy Ribeiro⁽⁷⁴⁾ (*A política indigenista brasileira*, 1962):

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSIGNADAS PARA AUXÍLIO AOS ÍNDIOS,
AO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

ANOS	Dotações em moeda corrente (Cr\$ mil)	Índice de custo de vida 1890 = 100	Dotações em moeda de 1960 (Cr\$ mil)
1910	1 200	460	107 664
1915	300	457	27 090
1920	900	687	54 090
1925	1 960	1 060	76 302
1930	3 880	993	161 255
1935	909	1 085	34 578
1940	1 000	1 504	27 400
1945	3 703	3 193	47 768
1950	3 800	5 179	30 286
1955	4 000	11 899	13 880
1960	17 000	41 270	17 000

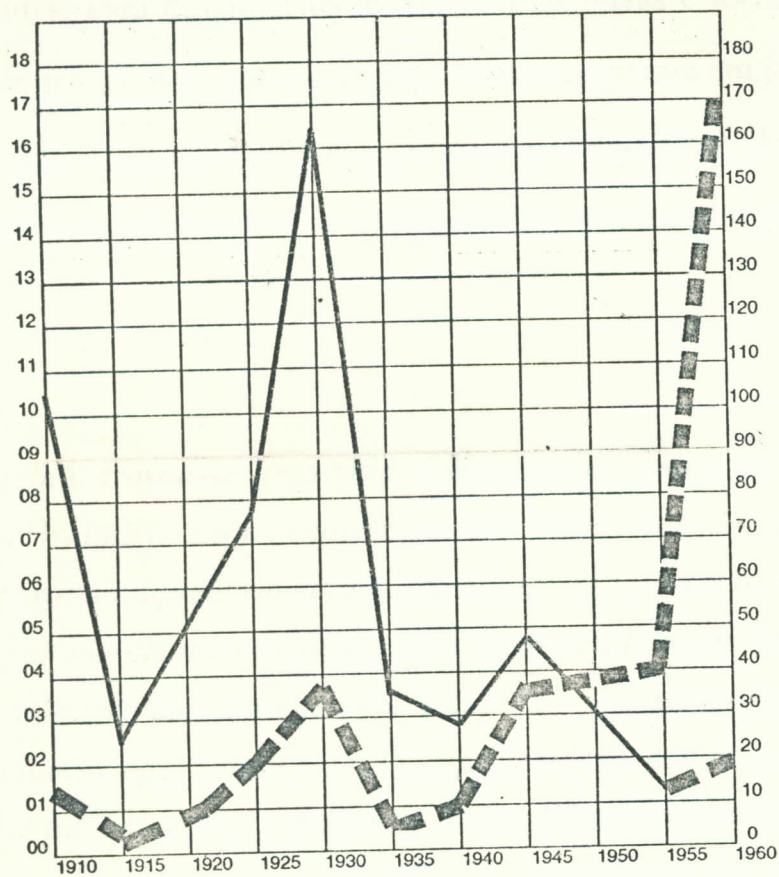
Cálculo da T. Pompeu Accioly Borges

(74) RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.

— DOTAÇÕES EM MOEDA DE 1960
 - - DOTAÇÕES EM MOEDA CORRENTE

MOEDA CORRENTE
 MILHÕES DE CRUZEIROS

MOEDA DE 1960
 MILHÕES DE CRUZEIROS



A ausência da ação protecionista na região ocupada pelos Waimiri-Atroari e a crescente valorização da castanha do Pará e das peles de animais silvestres, principalmente do jacaré e da ariranha, no comércio exportador de Manaus, voltaram a despertar o interesse extrativista em Moura e Carvoeiro, pelas terras do Rio Jauaperi e dos seus afluentes. Para desalojar os índios de suas terras e torná-las viáveis à exploração econômica, comerciantes e extrativistas organizaram em janeiro de 1949 uma milícia armada de castanheiros e jacarezeiros (como eram denominados os caçadores de jacaré), invadiram a região e massacraram numa emboscada mais de 70 Waimiri-Atroari.

(...) no rio Alalaú, travou-se uma verdadeira batalha entre um grupo de índios da tribo 'Waimiris' e um grupo de mariscadores e caçadores de jacaré que se encontravam naquele rio em expedição de caça. Eram os civilizados comandados por um cidadão de nome Ramiro de tal, homem de perversos instintos que não trepidou em chacinar estupidamente os selvícolas (...) o grupo de caçadores aproveitando-se da superioridade das armas dizimou completamente um bando de 72 indígenas que se lhe aproximou angariando dádivas, como é costume naquela região (...). Revertiu-se dos maiores requintes de perversidade a barbara matança, porquanto, Ramiro e seus homens, para melhor poderem satisfazer os seus instintos sanguinários, cercaram em uma ilhota, os referidos indígenas, atacando-os de surpresa sob violentíssimo tiroteio de rifles. Ao verem-se atacados de surpresa, os 'Waimiris' ainda esboçaram um movimento de defesa com suas armas

primitivas - arcos e flechas - porém nada puderam fazer devido a certa pontaria dos seus matadores que os abateram friamente, de um a um, à medida que tentavam ganhar as águas do Alalaú, para fugirem a morte (...). Consumada a estúpida 'façanha' afastaram-se do local, rapidamente, naturalmente temerosos da vingança dos irmãos dos índios assassinados, deixaram insepultos, para servirem de pasto às feras, os corpos dos infelizes mortos.⁽⁷⁵⁾

A notícia do massacre chegou a Manaus por intermédio do prático Tito Antônio de Souza, que trabalhava numa das embarcações da firma J.A. Leite & Cia. Ltda. que operava na região do rio Negro. Procurado pelo Chefe da 1ª IR do SPI, Sr. Rocha Vianna, e pela imprensa manauara, esclareceu a maneira de como havia obtido aquelas informações:

(...) dissera que quando de sua passagem por uma localidade onde sua embarcação encostou, ao soltar, deu com uma casinha coberta de palha onde se achava somente uma mulher e dentro dela um monte de flechas, que atingia cerca de 400 mais ou menos. Surpreendido com aqueles instrumentos mortais, perguntou à mulher qual a procedência daquilo, tendo recebido em resposta a notícia (do massacre) no qual seu marido com outros colegas, num total de 40, haviam atacado os índios Waimiris (...) embora houvesse interrogado sobre o motivo do massacre, nenhum outro esclarecimento conseguiu.⁽⁷⁶⁾

Apesar da imprensa manauara ter noticiado o massacre a 22 de fevereiro de

(75) VERDADEIRA chacina no rio Alalaú. O Jornal. Manaus, 10/03/49, p.1.

(76) MAIS de setenta selvícolas abatidos à balas de rifle. Jornal do Comércio. Manaus, 10/03/49, p.6.

1949,⁽⁷⁷⁾ a Inspetoria Regional do SPI só formalizou queixa crime na polícia a 10 de março do mesmo ano:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V.Excia. que, segundo declarações prestadas pelo Sr. Tito Antônio de Souza, um grupo de indivíduos chefiados por Ramiro de tal, residente em Carvoeiro, município de Barcelos, neste Estado, atacara e matara elevado numero de índios da tribu Uaimiris, atrocidades ocorrida no rio Jauaperí. Invocando o Decreto nr. 10.652 de 16.10.42, venho solicitar as obsequiosas providências de V. Excia. no sentido de serem designadas autoridades policiais para, no interesse da justiça, investigar e iniciar ação criminal contra o autor ou autores da chacina.⁽⁷⁸⁾

Em 11 de março de 1949, a Polícia prendeu e interrogou na presença da imprensa o comerciante Ramiro Ferreira da Silva, principal acusado e mandante do crime:

Ramiro Ferreira da Silva prestando-se a interrogatório na Delegacia Auxiliar contou sua história, procurando todavia, inocentar-se pois foram muitas as contradições em que caiu, conforme podemos notar nas linhas que se seguem. Trabalha Ramiro no rio Causé, juntamente com 5 homens, entre os quais, os três que possuem maiores ligações consigo, são os indivíduos Domingos Vieira, Francisco do Nascimento e Manoel Estevam, sendo que o primeiro e o último se encontram atualmente em Jauaperi e Francisco do Nascimento em Carvoeiro. O sr. Ramiro Ferreira da Silva, desejando arrendar um seringal do sr. Francisco Bezerra, no lugar Cachoeirinha, no rio Jauaperí, resolveu fazer uma viagem até a referida localidade afim de poder efetuar o arrendamento, tendo para isso, em companhia de seus três

(77) Ver CHACINA no Alalaú. O Jornal. Manaus, 22/02/49, p. 1.

(78) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria no Amazonas e Acre. Ofício nº 33 do Chefe da I.R.I. Sr. M. Rocha Vianna ao Exmo. Sr. Dr. José Augusto Teles de Borborema, Chefe de Polícia do Estado, dando conhecimento do massacre de índios Uaimiris, no rio Jauaperi e solicitando a investigação. Manaus, 10 de março de 1949.

companheiros citados, descido em motor de sua propriedade o rio onde se deu a triste ocorrência da morte dos indígenas. Segundo declarações do interrogado, ainda em vista de ser uma viagem um tanto dispendiosa, resolveu colocar alguma mercadoria a bordo do motor com o intuito de, durante a mesma, ir negociando. E assim aconteceu: muitos fregueses apareceram; uns com borracha, com couros de jacaré outros. Contou também Ramiro que todos que iam aparecendo acompanhavam a sua embarcação, atingindo o número vultoso de 85 pessoas e 23 canoas com famílias dentro de 20 outras menores de pescaria. Como desconhecesse aquela região, convidou um cidadão de nome Gentil Horta, para guiar a expedição durante a viagem pelo Jauaperi (...) na boca do rio Macucuahu teve oportunidade de visitar diversas sepulturas de 9 civilizados que tombaram ali vítimas da fúria dos selvícolas, segundo declarações do prático Gentil Horta. Dando seguimento a viagem, em dado momento os expedicionários encheram um grupo de índios que viajava em ubás. Esse grupo de selvagens se dirigiu às embarcações que já se encontravam paradas e começaram a gesticular, desejando trocar grande quantidade de flechas por pregos, farinha, açúcar, panelas e outros que levava para negócios. Atendendo aos apelos dos selvagens tudo foi feito até que os mesmos se retiraram do local (...) Mais adiante encontrou um grupo maior de índios, viajando em canoas de civilizados e 4 ubás se aproximaram das embarcações, nada fazendo porém, pois procurando amenizar a situação que poderia surgir, deu umas voltas de motor com os selvícolas. Com esse segundo encontro com os selvagens, resolveu voltar, desistindo do objetivo da viagem. Quando porém aprofundaram a embarcação para o lugar de procedência, notaram que estavam cercados pelos selvagens, tendo então dado ordens para que todos ancorassem suas embarcações no largo do rio (...) Noite apertada passaram os expedicionários, até que mais ou menos às 4 horas da madrugada do dia seguinte, 14 de janeiro, portanto, foram acordados por flechadas dos índios que se encontravam à margem do rio, em grande número. Tudo foi

normalizado, porém, em meio o pânico que se formou, em vista de haver, um dos componentes da expedição, dado uns tiros e os selvagens fugido para o seio das matas, deixando na margem do rio 300 flechas e 3 arcos que foram depois recolhidos pela expedição. Numa decisão interessante e digna de averiguação Ramiro disse que esperou dois dias por novo ataque indígena, vendo porém afastadas as possibilidades do mesmo, resolveu seguir viagem, alcançando aí seu objetivo, com toda a expedição que, de volta, foi se desintegrando aos poucos (...) Fez questão de frizar o sr. Ramiro Silva que não houve nenhum caso a lastimar, pois não houve mortes (...) Um outro ponto que merece consideração é o de haverem os índios abandonado as armas e não mais haverem aparecido (...) Depois de haver repetido por muitas vezes a mesma história (...) Ramiro Silva, já a entrada da noite (...) veio a dizer que no seu batelão atracado nas proximidades do Bombeamento havia um índio (...) Perguntado como teria (...) conseguido prender o referido selvícola e trazê-lo em sua companhia, o mesmo disse que no momento em que se dirigiram à margem do rio onde os índios atacaram (...) para juntar as armas dos selvagens, encontrou naquelas margens o referido indígena, sozinho (...)(79)

O índio encontrado preso na embarcação de Ramiro Ferreira da Silva foi libertado pela polícia e encaminhado ao SPI, tratava-se de uma criança de aproximadamente 5 anos de idade, que em nada pode ajudar nas investigações policiais:

(...) no seu batelão, situado nas proximidades do Bombeamento de Agua se encontrava um indiozinho 'Waimiris', sobrevivente da chacina (...) a condução do indiozinho à Polícia para ver se o mesmo adiantava alguma coisa sobre a horrenda matança dos seus irmãos, no rio Alalau (...) nada adian-

(79) TERRIVEL chacina dos índios Waimiri. *Jornal do Comércio*. Manaus, 12/03/49. p. 6.

tou, mesmo com a colaboração de uma interprete, a senhora Candida (...)⁽⁸⁰⁾

A diligência efetuada conjuntamente pela Polícia e pelo SPI para apurar in loco o massacre foi interrompido em virtude da enchente do rio. Ao chegarem no local do crime, as águas já haviam encoberto as praias das margens do rio; mesmo assim, conseguiram prender e conduzir para Manaus 12 implicados na chacina além de grande quantidade de objetos pertencentes aos índios:

Além de grande quantidade de armas indígenas, flechas, e arcos, bem como petrechos de uso domesticos dos silvícolas, a expedição conduziu para esta capital 12 pescadores implicados na chacina, os quais se encontraram na polícia, para responder ao competente inquerito que, a respeito, está correndo naquela repartição (...) dos 12, apenas 10 implicados se encontravam ali, cujos os nomes são: Gentil Horta, solteiro, amazonense, com 33 anos de idade, residente em Moura; Sebastião Gama, casado, amazonense, com 38 anos, residente em Moura; Jorge Nascimento, casado, amazonense, com 38 anos, sem residencia fixa; Bernardo Mauricio, solteiro, com 39 anos, residente em Jauaperi; Raimundo Nascimento, solteiro, com 38 anos, residente em Manaus; João Casemiro da Silva, casado, com 46 anos, residente em Moura; Alexandre Nascimento, casado, com 35 anos, residente em Jauaperi; Ramiro Ferreira, casado, com 44 anos, residente em Manaus e Manuel Esteves, solteiro, com 20 anos, residente no Rio Madeira. Todos são pescadores, há muito tempo de jacaré, tartarugas, tracajás, etc., e empregam ainda, suas atividades na extração de produtos regionais existentes no Rio Jauaperi (...)⁽⁸¹⁾

(80) HEDIONDA matança de índios. O Jornal. Manaus, 15/03/49. p.1.

(81) CHACINA ocorrida no rio Jauaperi. Diário da Tarde. Manaus, 19/03/49. p. 1.

Mesmo com a prisão e identificação dos principais responsáveis envolvidos na chacina dos Waimiri-Atroari, alguns policiais, que participaram da diligência formada para apurar e elucidar o crime, tentaram prejudicar o andamento dos trabalhos, visando beneficiar os acusados. A violência a que foram submetidos os Waimiri-Atroari e o tratamento dispensado pelos policiais que conduziram as investigações mereceram as seguintes notificações do Inspetor-chefe do SPI:

Pelos informes que nos foram prestados e depoimento dos indiciados, verifica-se que os Vaimiris foram impiedosa e covardemente massacrados quando atravessavam o rio, não tendo havido combate nem ataque. Acrescente-se ainda que o bando civilizado não teve ferido um só de seus componentes (...). Tivemos o dissabor de constatar que elementos policiais que integraram a expedição, visando interesses inconfessáveis, veem prejudicando a apuração de responsabilidades, pelo que fomos forçados a protestar energicamente junto ao Sr. Chefe de Polícia, senão nosso intento procurar o Sr. Procurador da República para idêntico fim e pedir providências. Estamos também em contacto com as autoridades governamentais a fim de conseguir seja constituído um juri especial para julgamento dos implicados no massacre dos Uaimiris.⁽⁸²⁾

Os protestos formalizados pela Inspetoria Regional do SPI à Chefatura de Polícia e à Procuradoria da República não surtiram efeito. Terminado o processo formal do inquérito, os acusados confessaram a autoria do crime. Embora reduzindo de 70 para 5 o número de índios mortos, foram todos postos em liberdade, sem que fossem identificados e processados criminalmente, uma vez que sustentaram durante o

(82) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inspetoria no Amazonas e Acre. Of. nº 46, do Chefe da I.R.I do SPI, M. Rocha Vianna ao Senhor Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Manaus, 22 de março de 1949

inquérito o uso da legítima defesa, partindo da pressuposição de que os índios iriam desfechar um ataque:

(...) a sangria verificada no Rio Jauaperi em dia de janeiro do corrente ano (...) perdera a vida 5 índios 'Waimiris' abatidos a tiro de espingarda (...) conforme ficou apurado no inquérito instaurado pela Polícia e no qual depuseram os 12 implicados no massacre, trazidos para Manaus pela expedição do Serviço de Proteção aos Índios que foi ao Rio Jauaperi, os pescadores somente detonaram suas armas contra os 'Waimiris' porque pensaram, naquele momento, que os mesmos estavam realizando um ataque, em regra, para exterminá-los, bem como suas respectivas famílias, que os acompanhavam. Assim pensaram os pescadores, porque os índios portavam sinais de guerra - laços de cipós nos pulsos e nos tornozelos - e, também, em virtude deles haverem saído descontentes quando se deu o terceiro encontro no lugar 'Marrau', por não lhes haverem sido dado os presentes e alimentos pretendidos. (83)

A permanência desse quadro de atos criminosos contra os Waimiri-Atroari e de invasão de suas terras demonstra claramente o conteúdo do tratamento que as autoridades governamentais do Amazonas emprestavam à questão indígena, situação bastante evidenciada pelos noticiários veiculados pela imprensa local. Por outro lado, a falta de apoio efetivo do Governo Federal ao SPI não permitia à 1ª. Inspetoria Regional resistir aos poderes locais ligados política e economicamente aos extrativistas e usurpadores das terras indígenas, o que tornava difícil impor a aplicação da lei que garantia a proteção aos índios ou mesmo fazê-los respeitar os Códigos Civis. Essa situação de

(83) VINGANÇA dos Waimiris ? O Jornal. Manaus, 30/04/49. p. 1.

impunidade e o desrespeito às leis protecionistas vigentes no País eram do conhecimento do SPI e foi até mesmo denunciada por Rondon:

O Serviço de Proteção aos Índios não catequiza índios; protege-os, respeitando a sua organização fetichica; localiza-os nas povoações indígenas; pacifica os guerreiros que mantêm lutas com os civilizados nos sertões que a tribo denominava e preservava das invasões do homem civilizado, a golpes de flechas e de tacape, como acontece ainda hoje nos arredores de Alcobaça e Marabá no Rio Tocantins, e no Jauaperi do Rio Negro, onde aventureiros de toda a espécie penetram para ocupar os castanhais do selvagem, que reagindo na defesa de patrimônio da tribo, abre guerra com esses aventureiros, que geralmente encontraram nas autoridades do interior apoio à infração das leis fundamentais da República.⁽⁸⁴⁾

Apesar da Direção do SPI reconhecer a luta dos Waimiri-Atroari contra os invasores de suas terras, os trabalhos de intervenção de seus funcionários na área ocupada por esses índios continuaram interrompidos e o Posto de Atração fechado em virtude da progressiva queda das dotações orçamentárias.

Posto Indígena Irmãos Briglia. É outro posto pelo qual venho sempre insistindo na sua reabertura, devido as circunstâncias que vem se refletindo na diminuição da compressão de verbas que de ano para ano, tem sido

(84) RONDON, Candido M.S. - Histórico do problema indígena no Brasil e debates de várias teses correlatas in Coletânea de Leis, Atos e Memórias referentes ao indigenismo brasileiro, compilados pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 27.

baldado todos os meus esforços, no qual já sofremos dois massacres, onde perdemos mais de vinte pessoas, se encontrando os índios Vaimirís nas cabeceiras do Atumã (sic) onde pretendemos nova aproximação.⁽⁸⁵⁾

Contando, a cada ano, com orçamentos mais exíguos para manter suas atividades na área de sua jurisdição, a 1ª Inpetoria Regional foi obrigada a paralisar a sua atuação em várias frentes, fechando postos de atração, dispensando funcionários, etc. Na segunda metade da década de 50 a crise orçamentária que, na verdade reflete a crise da política indigenista, se tornou insustentável e a administração regional do SPI entrou em colapso. O Inspetor Tubal Fialho Vianna registrou em seu relatório de 1957 a situação em que encontrou essa Inpetoria:

(...) é forçoso dizer que encontrei a maior e a mais importante Inpetoria do S.P.I., mergulhada num verdadeiro caos. Desaparelhada de tudo e, por isso, com as suas atividades paralizadas. O seu patrimônio seriamente agravado e porque não dizer, dilapidado (...) procurei arrumar a casa, botando as coisas nos seus devidos lugares, pois, como estavam, não se tinha a impressão tratar-se de um órgão da administração pública. A falta de conservação dos móveis, o deslinho na sua disposição, a velharia e a imundice, eram o retrato fiel de uma Repartição em decadência, às vésperas de fechar as suas portas propriamente ditas, porque as de sentido moral e econômico já estavam de há muito fechadas (...) O serviço de navegação da Inpetoria Regional outrora tão bem, equipado e organizado, e até considerado entre outros pertencentes a entidades públicas, o melhor da Amazônia, estava praticamente extinto. As três principais lanchas da nossa frota se achavam danificadas, jogadas na praia do rio Negro, com seus motores desmontados

(85) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Inpetoria no Amazonas e Acre. Relatório do Inspetor José de Melo Fiuza referente ao exercício de 1956.

(...) Assim como o PIA 'Irmãos Bríglia' acham-se fechados os 'Manauacá' 'Caubirí', Jauaperí; 'Marienê', 'Melo Franco' e muitos outros. Urge, portanto, a reabertura desses estabelecimentos indígenas e reencentando o serviço de atração das numerosas tribos espalhadas nas selvas amazônicas, mui principalmente o PIA - 'Irmãos Bríglia', para atração e pacificação dos Waimiris, que se encontram no rio Camanau, ou seja, no cinturão verde de Manaus.⁽⁸⁶⁾

Mesmo desestruturada e sem recursos suficientes para manter suas atividades em nível satisfatório, a Inspetoria Regional do Amazonas foi obrigada, em 1958, reiniciar os trabalhos de atração e pacificação dos Waimiri-Atroari em virtude do Governo do Estado ter iniciado a construção da Rodovia Manaus-Rio Branco, cujo traçado cortava ao meio, no sentido norte-sul, o território indígena:

Independente, das dotações da SPVEA, esta chefia irá, com indispensável prestígio apóio dessa Diretoria, promover a reabertura, pelo menos, do PIA 'Irmão Bríglia', para atração dos índios Vaimiris, providencia que se imponha urgentemente, diante da perspectiva (sic) de sérios sacrifícios às expedições construtoras da rodovia Manaus-Rio Branco, já em construção. O retardamento dessa medida acarretará fatalmente perdas de vidas, porquanto é sabida a hostilidade dos Vaimiris e, nessa hipótese, o SPI será seriamente comprometido pela ausência de sua ação. Outra qualquer expedição rumo aos temíveis Vaimiris, antes do contato do SPI, é uma inconsequência. Antevejo o desencadear de vendavais tremendos, por assaltos às propriedades dos índios, esbulhos, perseguições e outras violências e até mesmo a dizimação daqueles infelizes patrícios. Por outro lado, a reação fatalmente virá e teremos de assistir o sacrifício de vidas preciosas que não

(86) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Relatório apresentado pelo Chefe da IR. I/SPI Tubal Fialho Vianna ao Sr. Coronel José Luis Guedes, Diretor do SPI, referente ao exercício de 1957.

souberam ou não puderam se poupar da resistência ferrea dos primitivos donos das terras brasileiras.⁽⁸⁷⁾

A abertura de uma estrada que ligasse a região do baixo Rio Negro aos campos de Roraima e que rompesse, de forma definitiva, o isolamento dessa região durante o período de vazante do Rio Branco, foi inicialmente proposta em 1847 pelo Coronel João Henriques de Mattos Cmt. General Militar da Comarca do Alto Amazonas e planejada em diferentes momentos por governadores da Província do Amazonas e até projetada durante o período republicano pelos governadores Constantino Nery e Ephigênio Ferreira de Salles sem que a tivessem construído.⁽⁸⁸⁾

Embora o governo trabalhista de Plínio Ramos Coelho tenha iniciado a construção da rodovia Manaus-Rio Branco, esse empreendimento logo se revelou oneroso ao Estado e a execução da obra começou a sofrer frequentes paralisações por falta de recursos financeiros. Na administração seguinte, antes das frentes de desmatamento atingirem o território Waimirí-Atroari, o projeto de construção dessa rodovia foi suspenso.

O retorno do SPI à área ocupada pelo Waimiri-Atroari e a reconstrução do Posto de Atração na foz do Rio Camanaú, não conseguiram deter o processo de invasão do médio e alto curso do Rio Jauaperi, iniciado durante a ausência do órgão protecionista na região, tampouco, impediram as expedições de caça, pesca e coleta que os regionais efetuavam nesse rio. Enquanto essas atividades ficaram restritas ao curso principal do Rio Jauaperi, nenhum conflito foi registrado em razão dos Waimiri-Atroari terem transferido seus aldeamentos para seus afluentes e sub-afluentes, após a chacina de 1949. Entretanto, em 1961, quando os invasores começaram a avançar sobre as regiões

(87) Idem. pp. 24 e 25.

(88) Ver João Mendonça de Souza. *A Manaus-Boa Vista* (roteiro histórico). Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. 1977.

onde esses índios haviam se retraído, foram recebidos com violentos ataques. A hostilidade aberta dos Waimiri-Atroari além de provocar pânico aos regionais que haviam se fixado nas proximidades dos seus aldeamentos, fazendo-os recuar para a foz do Rio Jauaperi, levou o SPI a organizar uma expedição a esse local a fim de apurar as ocorrências:

De acordo com a autorização dessa Diretoria, constante do radiograma No. 465, de 14/4/61, viajei à bordo da lancha 'JOSÉ BONIFÁCIO', da frota desta Inspetoria, ao rio Jauapery, acompanhado dos servidores Esmeraldo Neves, Ataíde Inácio Cardoso, José Samuel da Silva, José Lopes de Souza, Manoel Pedro da Silva e Florentino Ferreira Lima, a fim de apurar a veracidade de um massacre praticado pelos índios Waimirís, naquela região. Partimos desta capital no dia 18 de abril último às 20 horas, atingindo o rio Jauapery no dia 21, tendo sido alcançado o local do massacre às 11 horas, daquele dia. Durante a viagem ouvimos vários ribeirinhos habitantes do Jauapery, sobre a chacina dos inditosos pescadores, inclusive o senhor Hermínio Pereira, que procedeu no sepultamento dos cadáveres. Constatamos que ao invés de um, ocorreram dois massacres, o primeiro no dia 3 de março do corrente ano, no lugar denominado 'Praia do Capitari', margem direita do Jauapery, quando foram massacrados os seringueiros Genésio Rodrigues, Virgílio e Emílio de Tal, e as domésticas Lucila e Áurea de Tal, todos 'aviados' do senhor HERMÍNIO PEREIRA, regatão que opera naquela zona, e o segundo, no dia 9 do referido mês, numa ilha situada na foz do rio Abinawaú, tributário do Jauapery. Neste último massacre, além do servidor Guilherme Paiva, deste Serviço, e de sua companheira Creuza Paiva, perderam a vida os pescadores Raimundo Conde Sena, Natário Salgado, Oswaldo e Aniceto de tal, as vítimas do primeiro massacre não foram sepultadas, seus corpos foram devorados pelos urubús. Referidos seringuei-

ros encontravam-se na região do Jauapery desde setembro de 1960 e quando retornavam à Manaus foram surpreendidos pelo ataque dos Waimiris, que lhes roubou a vida. Convém notar que todos os seringueiros e pescadores chacinados não são habitantes daquela região, são meros aventureiros que em determinadas épocas do ano invadem os rios Jauapery, Camanaú, Abinaunaú e Alalaú, a procura de castanha, latex de seringueira e peles de animais silvestres, cujos produtos existem em abundância em quasi todos os afluentes do rio Negro. O nosso servidor Guilherme Paiva, cumprindo ordens do Encarregado do Posto Indígena de Atração 'Camanaú', senhor Manoel Pedro da Silva, fôra ao Jauapery, com o objetivo de visitar os índios Waimiris, de quem era velho conhecido, e levar-lhes brindes e medicamentos. Fazia parte da comitiva de pescadores chefiada por Raimundo Conde Sena. Desde dezembro de 1960 que o servidor em tela vinha tendo encontros amistosos com os Waimiris. Pelos papéis que encontramos no local do massacre, que tivemos o cuidado de anexar a êste relatório, podemos observar que durante sua viagem Guilherme Paiva teve ocasião de encontrar-se por diversas vezes, com grupos indígenas, distribuindo com os mesmos machados, terçados e utensílios de pesca. Morreu no cumprimento do dever. (...) O Chefe desta Inspetoria afastou todos os habitantes do alto Jauapery para a sua foz. Não foi preciso solicitar o afastamento dos moradores dos rios Camanaú, Alalaú e Abinaunaú, os mesmos já haviam abandonado a região, temerosos de outros massacres.⁽⁸⁹⁾

Ainda nesse mesmo relatório apresentado à Direção do SPI, o Inspetor Manoel Moreira Araújo denuncia, de forma explícita, a atuação dos regatões, os novos processos empregados pelos invasores na exploração da caça e da pesca no vale do Rio Jauaperi e as relações que estabeleciam entre si e com os índios da região:

(89) SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Relatório do Inspetor Manoel Moreira Araújo, Chefe da 1ª Inspetoria Regional apresentado ao Sr. Cel. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, sobre o massacre praticado pelos Waimiri, Manaus, 3 de maio de 1961, pp. 1 a 3.

O SPI está com o seu Posto instalado na bôca do rio Camanaú, de onde pôde controlar a passagem de todos os aventureiros que se destinam ao alto Jauapery. Podemos afirmar que o serviço de pacificação pôde ser melhor executado agora, as únicas pessoas que nos podem criar dificuldades, são os regatões. Êstes comerciantes ambulantes, que fazem parte da paisagem amazônica e exerce grande influência na colonização do 'Vale Verde', penetram em todos os rios e igarapés, levando em suas pequenas embarcações desde a aguardente, que degrada o caráter, até o tecido, o medicamento, o instrumento de caça e pesca, etc. Munidos da preciosa carga, passam êles a explorar miseravelmente o 'caboclo' hinterlandino, trocando suas mercadorias por hectolitros de castanha, toneladas de borracha, peles de ariranha e outros produtos de grande aceitação na praça de Manaus. São 'aviados' (expressão regional) por poderosos comerciantes da capital, que exercem sôbre os mesmos uma exploração pior do que a exercida sôbre os ribeirinhos. É a exploração do homem pelo homem. Praticam a pesca criminosa com o uso da dinamite, matam todas as ariranhas e pescam todas as tartarugas que encontram, muito embora tanto a pesca com dinamite constitua crime configurado em lei, como a matança da ariranha e a pesca de tartarugas estejam proibidos por lei especial. Tais leis não são conhecidas nem respeitadas na Amazônia, nem o Serviço de Caça e Pesca dispõe de pessoal e recursos capazes de exercer uma fiscalização rigorosa, capaz de por têrmo ao abuso. Invadindo os castanhais, destruindo a fauna ictiológica, os quelônios e os animais de caça que constitue a base da alimentação das tribos indígenas da região, esses aventureiros sem escrúpulos não podem ser recebidos como amigos pelos índios, todas essas caravanas sobem os rios bem municiados, vão dispostos a qualquer eventualidade, são civilizados que invadem o domínio dos indígenas, usam a repetição e a espingarda calibre 16. Os índios usam apenas flechas, são selvagens. Se usarem bazucas seriam revolucionários.⁽⁹⁰⁾

(90)Idem. pp. 3 e 4.

A eficiência dos ataques movidos pelos Waimiri-Atroari, a partir de 1942, contra a ocupação e exploração destrutiva que a sociedade regional vinha efetivando em seu território tribal, levou os regionais que haviam se fixado no Rio Jauaperi a acreditar que os Waimiri-Atroari estavam sendo dirigidos por criminosos fugidos do presídio de Manaus ou por outros delinqüentes que haviam passado pela região. Com base nos depoimentos que tomou junto à população ribeirinha do baixo Rio Negro, o Inspetor Manoel Moreira de Araújo chamou a atenção da Direção do SPI para a hipótese desses criminosos estarem instruindo e dirigindo os ataques que os Waimiri-Atroari estavam movendo contra os invasores de seu território tribal:

Há uma parte que pedimos a atenção dessa Diretoria, no presente relatório. É a possibilidade de a existência de um criminoso, de nome Raimundo Fragoso, fugido da Penitenciária Central do Estado do Amazonas onde se encontrava recolhido por crime de morte de seu pai de criação, que estaria dirigindo os massacres ultimamente praticados pelos Waimiris. Raimundo Fragoso sempre viveu na região do Jauapery. Em Barcelos, tentou violar sua própria irmã, sendo admoestado pelo seu pae de criação a quem matou a facadas. Preso, foi enviado para a Penitenciária de Manaus, onde aguardava julgamento quando fugiu, tendo seguido o rumo do Jauapery, onde encontrou-se com Natário Salgado, de quem roubou uma canôa, fugindo ao encontro dos índios, de quem era conhecido. Note-se que Natário foi uma das vítimas do segundo massacre. Data daí a série de massacres cometidos pelos indígenas, em circunstância que nos levam a crer na veracidade da afirmação do povo do rio Negro. Nos idos de 1942 ocorreram dois massacres no extinto Pôsto Indígena 'Irmãos Brígia', tendo um deles perecido 16 pessoas entre servidores do S.P.I. e membros de suas famílias. Mês depois, num encontro entre índios e civilizados, em que perderam a vida índios e

brancos, constatou-se a existência de um indivíduo de nome Pedro Guerreiro, criminoso, peruano, que vivia no meio dos Waimirís, matando e roubando e que perdeu a vida também nesse entrevero. Após sua morte, diminuíram consideravelmente as chacinas na região, recrudescendo a partir de setembro do ano passado quando Raimundo Fragoso fugiu da cadeia de Manaus, seguindo aquele destino. O senhor HERMÍNIO PEREIRA, que sepultou os cadáveres do segundo massacre confessou ao Chefe desta Inspetoria que o corpo da companheira de Guilherme Paiva foi violado, assim como o do próprio Guilherme Paiva. Arrancaram o sexo da inditosa e penduraram numa árvore, o mesmo acontecendo com o seu companheiro. Depois disso colocaram a cabeça do funcionário do S.P.I. entre as pernas de sua companheira, que por sinal se encontrava grávida. Nós que trabalhamos com índios arredios há alguns anos, sabemos do respeito que os índios têm pelo sexo e pelos próprios mortos. Eles podem arrancar a cabeça, um braço ou uma perna da vítima, como troféu para as suas festas nas malocas, jamais descem aos requintes da perversão sexual, porquanto não chegaram ainda a esse grão de civilização. De tudo isso, chegamos a conclusão de que o famigerado Raimundo Fragoso deve se encontrar no convívio dos Waimirís. É um tarado que pretendendo cometer um crime sexual contra sua própria irmã, matou covardemente o seu pai de criação, que o impediu de consumir a satisfação dos seus instintos bestiais. Como tarado violou o corpo das vítimas do massacre. E o que é mais grave é que os índios estão matando premeditadamente, para roubar, levando tudo de suas vítimas, inclusive armas e munições, que dantes lhe causava medo. Alguns regatões contaram ao Chefe de Inspetoria que os índios já propuzeram a troca de objetos seus por cartuchos dos regatões, comércio até então desconhecido entre civilizados e índios.⁽⁹¹⁾

Cabe fazermos aqui algumas ponderações e esclarecimentos sobre esses

(91) Idem. pp. 4 e 5.

depoimentos prestados pelos regatões que operavam no Rio Jauaperi pelos regionais que os Waimiri-Atroari expulsaram da região:

1- Lembramos que os funcionários do SPI não tiveram acesso aos corpos das vítimas do massacre de 1949 nem dos dois massacres registrados nos dias 3 e 9 de março de 1961. No massacre de 1949, quando a expedição composta pelos funcionários do SPI e policiais civis chegou ao local do crime nada encontrou em virtude da elevação do nível das águas do rio. Embora os regatões e os regionais tenham acusado PEDRO GUERREIRO como criminoso em seus depoimentos ao Inspetor Chefe do SPI, a imprensa manauara revelou que esse cidadão foi uma das vítimas da ação desses elementos:

Nosso artigo, segundo nós havíamos informado, 55 índios da tribu (Sic) dos 'Waimirís' haviam sido sacrificados à balas de rifle dos caçadores, assim como 2 civilizados de nome Pedro Guerreiro e Laureano de Tal. que se encontravam entre os indígenas.(...) Passaram-se os dias sem que tornássemos a ter notícias sobre o caso, até que hoje tornamos a saber que o fato se havia passado e que em vez de 55, havia sido 72 os índios massacrados barbaramente a tiros de rifle. Quanto a Pedro Guerreiro, um dos civilizados que se encontravam entre os selvícolas, a sua morte muito revestiu-se da mais revoltante perversidade, pois que, desarmado, ao ver a morte iminente, ajoelhou-se aos pés dos seus algozes a quem implorou que poupassem a vida! não sendo, entretanto, atendido o seu pedido e, entre risota e charrulha foi estupidamente esfaqueado por diversas vezes no peito, vindo a falecer momentos depois. Laureano de Tal ainda tentou fugir para a mata, porém, os seus perseguidores, alvejaram-no com certo tiro pelas costas, tendo morte rápida.⁽⁹²⁾

(92) SANGUEIRA no Alalaú. O Jornal. Manaus, 08/03/44. p. 1.

No depoimento de Gentil Horta (membro da tradicional família inimiga dos Waimiri-Atroari) prestou à imprensa, quando os chacinadores de 1949 estiveram detidos na polícia em Manaus, nada esclareceu sobre o fato de PEDRO GUERREIRO ser um criminoso:

No dia seguinte ajuntou Gentil Horta - quando fomos fazer o reconhecimento do local, encontramos meios submersos, nas águas do Jauaperi, próximos à praia, 7 cadáveres, sendo 5 de índios e 2 de civilizados - Pedro Guerreiro e Laureano, que presumimos tenham sido eles os comandantes do ataque, pois, desde a época em que os mesmos desapareceram, quando de uma viagem no Jauaperi, vários ataques dos índos 'Waimiris' se teem registrado naquela região.

Temendo que os selvícolas desfechassem novo ataque contra o nosso grupo, abandonamos imediatamente o local, deixando os cadáveres insepultos.⁽⁹³⁾

2- Nenhum dos relatórios apresentados pela 1ª Inspetoria Regional desde 1942 à Direção do SPI registra a presença de PEDRO GUERREIRO, na área ocupada pelos Waimiri-Atroari, nem mesmo a sua participação nos massacres ocorridos no Posto Indígena do Rio Camanaú nos anos de 1942 e 1946, exceto no relatório de 1961, cujo argumento apresentado pelo Inspetor Manoel Moreira de Araújo não se distancia muito das pressuposições contidas no discurso de Gentil Horta.

3- Os funcionários do SPI, que se deslocaram para o Rio Jauaperi com a finalidade de apurar os massacres ocorridos na região em março de 1961, não exumaram os corpos das vítimas nem os trouxeram a Manaus, para que fossem feitos os exames necessários

(93) ESCLARECE-SE a chacina no rio Jauapery. Diário da Tarde, Manaus, 19/03/1949, p.01.

no Instituto Médico Legal. Preferiram acreditar no depoimento prestado pelo regatão Hermínio Pereira, tornando-se, dessa forma, impossível avaliar a extensão da verdade e dos fatos, haja vista ser o depoente um dos interessados na expropriação e exploração das terras ocupadas pelos Waimiri-Atroari.

4- Cabe destacar ainda que, também, não existem provas concretas de que o criminoso de nome Raimundo Fragoso foi visto em companhia dos Waimiri-Atroari, nem encontrado perambulando no território desses índios, não passando, portanto, de mera especulação sua fulga para o Rio Jauaperi.

5- O objetivo dos regatões e da sociedade regional do baixo Rio Negro em divulgar a participação de criminosos nos ataques efetuados pelos Waimiri-Atroari, atribuindo-lhes caráter sádico e cruel para a obtenção de armas de fogo e munições, era sensibilizar a opinião pública e o governo estadual para a necessidade de uma urgente intervenção armada no território desses índios.

6- Versões de estórias desse gênero continuaram servindo de explicações para justificar as chacinas empreendidas contra os Waimiri-Atroari.

Apesar dos regatões que operavam no Rio Jauaperi e da sociedade regional do baixo Rio Negro terem desejado uma vigorosa represália aos Waimiri-Atroari, o governo estadual não tomou qualquer providência nesse sentido, respeitou a atuação do SPI na área e não interferiu nas medidas que o órgão protecionista adotou para fiscalizar e evitar novas invasões. Efetivamente, foi a predisposição dos Waimiri-Atroari, em rejeitar a aproximação da sociedade regional e em defender por todos os meios sua autonomia bem como domínio de seu território, que continuou impedindo, nos anos seguintes, o desenvolvimento de toda e qualquer forma de atividade econômica em suas terras.

Nos sucessivos conflitos em que os Waimiri-Atroari estiveram envolvidos, o que se pode notar é que uma parcela expressiva de sua gente foi dizimada. Todavia, conseguiram sobreviver aos ataques e contra-ataques, bem como fazer boa parte de seu contingente populacional, com isso, reconquistaram grande parte das terras que haviam perdido para os invasores. Isso, no entanto, não significa glorificar os massacrados como vitoriosos, mas permite inferir que seus sucessos eventuais, até então, se deveram à falta de sistematicidade e de um planejamento orgânico e centralizado dos massacres. As ações até aqui vistas revelam ações esporádicas, episódios, ainda que sequências, motivadas por grupos de interesse isolado, ou seja, por grupos extrativistas e comerciantes.

CONCLUSÃO

*"O índio hoje vê em qualquer civilizado
com que ele depara o seu algoz
implacável e uma fera temível"*

Curt Nimuendajú (textos indigenistas, "Relatório")

O estudo das sociedades Waimiri-Atroari em situação de conflito com a sociedade nacional inscreve-se no quadro das lutas indígenas contra os processos de ocupação colonial e expansão nacional sobre suas terras tribais, que marcaram a história da sociedade brasileira, especialmente a história do Amazonas. A violência foi a principal característica dos 300 anos de contato dos Waimiri-Atroari com as sociedades colonial e nacional.

Vários aspectos emergiram da investigação desenvolvida. A caracterização da situação de contato permitiu-nos identificar o sentido e os interesses das aproximações das sociedades colonial e nacional com as populações indígenas, particularmente daquelas que estão localizadas na Amazônia, os contextos das políticas oficiais de interiorização e conquista do espaço Nacional, alguns episódios da organização do Estado na Amazônia, o perfil autoritário e conservador das políticas públicas em relação aos povos indígenas, a gênese das estratégias de desenvolvimento da Região Amazônica e outros fatos, situações e processos que integram a história da colonização permanente dos povos da Amazônia. Fica evidente e destacada nesta situação de contato, cuja violência é a tônica principal, que os Waimiri-Atroari mantiveram durante três séculos a atitude de negação aos métodos de dominação, também de forma permanente. Dessa forma, a história da situação desses contatos configura-se, fundamentalmente, na atitude de **enfrentamento**, de **resistência** e de **negação** às

situações de subordinação promovidas pela ordem civilizatória.

O exame das fontes e documentos relativos aos processos econômicos em desenvolvimento na Região Amazônica, e mais particularmente na região do Rio Negro, permitiram identificar a articulação da violência contra os Waimiri-Atroari através das empresas extrativas e implantação de uma política agrícola no Estado do Amazonas. Reafirmaram-se, desse modo, o caráter predador dos mecanismos de exploração econômica das comunidades indígenas, das sociedades caboclas, das culturas amazônicas. A colonização ibérica se reconstituiu ao longo dos anos através de reiteração de seus "recursos civilizatórios" pelos governos provinciais, pela ordem republicana e pelo Estado Novo. Toda a ação do Estado no interior da Amazônia passa pelos processos de aproximação e conflito com as populações indígenas. O desenvolvimento como meta de produção de riqueza, o índio como mão-de-obra e como subalterno, o Estado como fomentador dos interesses regionais, posto a serviço dos empreendedores, tanto realizaram a ocupação do território amazônico quanto estenderam o poder dos governos ao centro das florestas e dos rios.

Destacam-se, também, nesse conjunto de relações e de acontecimentos, momentos e fases da organização do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Amazonas, da tensão entre este órgão do Governo Federal e o governo estadual, das contradições entre as ações do Estado e as intenções de criação de uma instituição de proteção ao índio pelo próprio Estado. É nesta circunstância que podemos perceber as formas pelas quais a questão indígena preocupou as forças políticas republicanas brasileiras e quais as concepções que sustentaram a criação e a manutenção do SPI e, do mesmo modo, quais as forças que se opuseram à sua atuação na Amazônia. Pode ser dito, também, que há uma compreensão incorreta de que a questão indígena era uma questão localizada na

Amazônia, que se resolveria quando a região fosse desenvolvida pela iniciativa do Estado. Converte-se, assim, o órgão de proteção aos índios em uma agência preparatória para medidas de interiorização da ocupação econômica em todo o território nacional.

Há um aspecto que ressalta na relação que o SPI manteve com os Waimiri-Atroari: a total ausência de estabelecimento de relações entre índios e representantes da sociedade nacional que tivesse base em conhecimentos científicos da cultura desse povo, o que a rigor não é novidade, em se tratando dos povos indígenas. O que causa espécie é que numa extensão cronológica de 300 anos, o indigenismo se manteve nos estreitos limites dos meios tradicionais de aproximação para o trato com povos isolados, manteve os postos de atração desguarnecidos contra a ação da sociedade nacional e com limitadíssimas condições de trabalho dos agentes e sertanistas que neles labutavam. Há uma lógica perversa nessa aparente despreocupação com os recursos materiais e humanos da ação indigenista oficial: a manutenção do primarismo das iniciativas do contato, correspondente até certo ponto à manutenção dos métodos de violência nas relações entre índios e agentes da sociedade nacional, o que coloca em discussão a institucionalização de instâncias ou ações do Estado que ocorrem do mesmo modo, e até com mais imperfeições, em relação às medidas colonizadoras dos séculos XVII, XVIII e XIX.

A natureza da resistência dos Waimiri-Atroari, ao nosso ver, revelou-se através deste estudo como uma condição historicamente desenvolvida no relacionamento que tiveram com as sociedades colonial, nacional e regional. Desfazem-se diante das investigações alguns estereótipos que foram formados no transcurso das agressões que os Waimiri-Atroari sofreram e da resistência que apresentaram aos invasores de suas terras. É possível até dizer que a decantada selvageria, ação violenta e atitude guerreira

dos Waimiri-Atroari foi estimulada e reinventada ao longo da ocupação da região do Rio Negro nas seguidas tentativas de ocupação de seu território tribal.

A demarcação das terras, as boas intenções particulares de alguns elementos representantes do SPI, em nada contribuíram para diluir a consciência dos Waimiri-Atroari de que o contato com a sociedade nacional visou, sempre, à destruição de sua gente, cultura e modo de vida. Este é o sentido fundamental da natureza dessa resistência. A manutenção do território é a manutenção do esforço de reprodução da vida e da cultura Waimiri-Atroari. As regiões dos rios Jauaperi, Alalaú, Curiaú, Camanaú, Branquinho, Apuaú, Tarumã-açu, Uatumã, Urubu e Preto eram vitais para o desenvolvimento da caça, pesca e distribuição dos roçados e das aldeias (as aldeias Waimiri-Atroari chegaram a possuir até mais de três roçados de sustentação). Os rios e as terras eram os espaços concretos, a partir dos quais, em situação de nomadismo, os grupos Waimiri-Atroari organizavam seus modos de distribuição de suas gentes, de obtenção do sustento, de manutenção do crescimento populacional, de reorganização da ocupação do território, face aos conflitos com a sociedade nacional. A luta pela terra é a luta contra a sujeição dos Waimiri-Atroari ao processo de trabalho imposto pelo dominador, contra a condição social dos trabalhadores regionais. Os Waimiri-Atroari não aceitaram os papéis de canoeiros, remeiros, mão-de-obra da construção civil (destino da maioria dos índios destribalizados, "descidos"), de seringueiros, de caucheiros, de balateiros. A essa condição social proposta pelos governos colonial, provincial, estadual e federal os Waimiri-Atroari responderam com a permanente atitude de guerra. Conseguiram, com os seus próprios métodos e à custa do próprio sacrifício em lutas desiguais manter a integridade de seu território tribal até o início da década de setenta do século atual, e ao mesmo tempo, apresentar um equilíbrio

populacional.

Durante os governos da Ditadura Militar é que os Waimiri-Atroari receberam um golpe mais intenso na luta de resistência. Reduzidos, hoje, a pouco menos de 600 pessoas (na sua grande maioria crianças), os Waimiri-Atroari foram envolvidos pelos projetos de desenvolvimento e de integração (como os financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM e os Planos de Integração Nacional). Com eles realizaram-se as metas de construção da BR-174 (Manaus - Caracaraí), a implantação do Distrito Agro-Pecuário da Zona Franca de Manaus, a construção da Hidrelétrica de Balbina, a instalação do Projeto Pitinga (da Mineração Paranapanema) e criação do Município de Presidente Figueiredo. Esses são os processos que materializaram e sintetizaram a expansão do grande capital na Amazônia e que transpassaram a realidade física e cultural dos Waimiri-Atroari. Tais fatos exigem novas investigações no rumo das relações dos Waimiri-Atroari com os projetos da Ditadura Militar e os da Nova República, novas análises para compreendê-los inseridos nos projetos de modernização da sociedade brasileira.

Este é um esforço a mais que os intelectuais terão que enfrentar para ultrapassarem o simples registro.

BIBLIOGRAFIA

DE Alalaú regressa a caravana policial. **Jornal do Comércio**. Manaus, 19/03/1949. p.6.

AMAZONAS, Governo. Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas. Em 1º de outubro de 1857 pelo presidente da provincia Angelo Thomas do Amaral. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

_____. Exposição feita pelo Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia do Amazonas o Doutor João Pedro Vieira ao 1º Vice-Presidente Doutor Manoel Gomes Correa de Miranda por ocasião de passar-lhe a Administração da mesma Provincia em 28 de janeiro de 1857. Manaus: Typographia de F.J. da S. Ramos, 1857.

_____. Relatorio que à Assembléa Legislativa Provincial aprovou na Abertura da Sessão Ordinária em o dia 07 de setembro de 1858, Francisco José Furtado, Presidente da mesma Provincia. Manáos: Typographia de Francisco José de Silva Ramos, 1858.

_____. Relatório que à Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas apresentou na Abertura da Sessão Ordinária em o dia de 03 de maio de 1859 Francisco José Furtado, Presidente da mesma provincia. Manáos: Typographia da Francisco José da Silva Ramos, 1859.

_____. Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na Abertura da 2ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura, no dia 03 maio de 1861, pelo Presidente da mesma o Exmo. Snr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha. Manáos: Typographia de Francisco José da Silva Ramos. 1861.

_____. Relatório do Diretor Geral dos Índios, Snr. Gabriel Ribeiro Guimarães, encaminhado ao Presidente da Provincia do Amazonas a 27 de janeiro de 1866.

_____. Relatorio com que o Exmº. Snr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello entregou a Administração da Provincia do Amazonas ao Exmo. Snr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira, Vice-Presidente da mesma, em 24 de julho de 1866. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1866.

_____. Exposição com que o Exmo. Snr. Presidente da Provincia do Amazonas Dr. José Coelho da Gama e Abreo passou a administração da mesma ao Exmo. Snr. Presidente Jacinto Pereira do Rego no dia 09 de fevereiro de 1868. Manáos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, 1868.

AMAZONAS, Governo. Relatorio que à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou no acto da Abertura das Sessões Ordinárias de 1871 o Presidente José de Miranda da Silva Reis, em 25 de março de 1871. Manáos: Typographia "Amazonas" de Antonio da Cunha Mendes. 1871.

_____. Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na segunda sessão da 11ª Legislatura em 25 de março de 1873 pelo presidente da Provincia Bacharel Domingos Monteiro Peixoto. Manáos: Commercio do Amazonas, 1873. 1v.

_____. Falla dirigida à Assembléa Provincial do Amazonas na primeira sessão da 12ª Legislatura em 25 de março de 1874 pelo Presidente da Provincia Bacharel Domingos Monteiro Peixoto. Manáos: Commercio do Amazonas, 1874. 61p.

_____. Relatorio apresentado A.S. Exc. o Sr. Presidente da Província do Amazonas Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Inspector do thesouro publico provincial Aristides Justo Mavignier, em 28 de fevereiro de 1874. Manáos: Commercio do Amazonas, 1874. 1v.

_____. Relatorio da exploração dos rios Jauapery e Amanáú apresentado ao Exm. Sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto pelo 1º Tenente da Armada Joaquim Thomaz da Silva Coelho. Manáos: Commercio do Amazonas, 1874. 1v.

_____. Relatorio apresentado ao Exmº Sr. Presidente da Provincia do Amazonas Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Inspector do Thesouro Público Provincial Thomaz Luiz Sympson, em 27 de fevereiro de 1875. Manáos: Commercio do Amazonas, 1875.

_____. Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na segunda sessão da 12ª legislatura em 29 de março de 1875 pelo Exmo. Sr. 1º Vice Presidente Capitão de Mar e Guerra, Nunes Alves Pereira de Mello Cardoso. Manáos: Commercio do Amazonas, 1875. 1v.

_____. Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, na 1ª Sessão da 13ª Legislatura, em 25 de março de 1876 pelo Excellentissimo Senhor Presidente da Provincial, Dr. Antonio dos Passos Miranda. Pará: Typographia do "Diário do Gram-Pará". Imp. Raymundo V. Gonçalves. 1876.

_____. Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Agisiláo Pereira da Silva, Presidente da Provincia do Amazonas, pelo Dr. Domingos Jacy Monteiro, depois de ter entregue a administração da província em 26 de maio de 1877. Manáos: Typographia do "Amazonas" de José Carneiro dos Santos, 1878.

AMAZONAS, Governo. **Falla com que o Exmo. Snr. Barão de Maracajú, Presidente da Província do Amazonas, no dia 29 de março de 1879, abriu a 2ª Sessão da 14ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial.** Manáos, 1879.

_____. **Falla com que o Exmo. Snr. Dr. Alarico José Furtado, abriu a Sessão Extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, em 27 de agosto de 1881.** Manáos: Typographia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1882.

_____. **Exposição com que o Ex-Presidente do Amazonas, Exmo. Snr. Dr. Alarico José Furtado, passou a administração da província ao 2º Vice-Presidente Romualdo de Sousa Paes de Andrade.** Manáos: Typographia do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1882.

_____. **Telegrama de resposta do governador Ephigenio Salles ao Ministro Lyra Castro sobre as providencias tomadas contra Edgard Penha.** Manaus, 20/04/1928.

ARAUJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. **Dicionário Topográfico, Histórico e Descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas.** Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852.

_____. **Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas.** Manaus: GRAFIMA, 1984.

ATROARIS chacinam sertanista Gilberto Pinto. O Estado de São Paulo. São Paulo, 31/12/1974. p.1.

OS ATROARIS são ainda um perigo. O Estado de São Paulo. São Paulo, 22/10/1972. p. 1.

BANDEIRA, Alípio. **A cruz indígena.** Porto Alegre: Global, 1926.

_____. **Jauapery.** Manaus, 1926.

_____. **O Jauapery in** O Povo de São Paulo. São Paulo, 25/11/1926.

BELTRÃO, Luís. **O índio, um mito brasileiro.** Vozes, Petrópolis: Vozes, 1977.

BRASIL. Embaixada dos Estados Unidos. Departamento de Estado. **Telegrama nº 3.818, comunicando a morte dos oficiais americanos no Jauapery.** Rio de Janeiro, 24/10/1944.

- BALDUS, Herbert. **Bibliografia crítica da etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.
- CARDOSO, Fernando Henrique e MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo/Brasília: Brasiliense/CNPq, 1978.
- CARVALHO, José Cândido M. **Notas de viagem ao Rio Negro**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1952, p.16 e 17.
- CARVALHO, João Renôr F. de. "Permanência e evolução do conflito na sociedade amazônica no período colonial". In **Boletim de Pesquisa**, CEDEAM, Universidade do Amazonas, v.3, nº 4, Manaus, jan/dez, 1984.
- _____. **Peuplement et conflits dans l'Amazonie**. Thèse présentée pour l'obtention du Doctorat du III ème Cycle. Sous la direction de Monsieur le professeur Pierre Monbeig. Paris: Université de Paris III, Sorbonne Nouvelle, 1979.
- CARVALHO, José Porfírio F. de. **Waimirí Atroarí a história que ainda não foi contada**. Brasília: Edição do Autor, 1982.
- CHACINA no Alalaú. **O Jornal**. Manaus, 22/02/1949. p.1.
- CHACINA ocorrida no rio Jauaperi. **Diário da Tarde**. Manaus, 19/03/49. p.01.
- CHEGARÁ, hoje, a expedição do SPI. **O Jornal**. Manaus, 19/03/49. p.01.
- COMO se teria verificado a chacina no Alalaú. **O Jornal**. Manaus, 18/03/1949. p.01.
- CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO - CNPI. **Carta do Presidente do CNPI, Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon para o Exmo. Sr. Brigadeiro Cabral, comandante da zona aérea**. Rio de Janeiro, 03/08/1953.
- _____. **Ofício nº 453, do Presidente do CNPI, General Cândido Mariano da Silva Rondon ao Exmo. Sr. Ministro interino das Relações Exteriores, Padre Leão Veloso, explicando a morte dos oficiais americanos no Jauaperi**. Rio de Janeiro, 20/10/1944.
- CORREA DA SILVA, Marilene. **O Paiz do Amazonas**. Dissertação de Mestrado. PUC:São Paulo, 1989.

CULPADO o SPI pelo massacre de índios Waimiris. **O Jornal do Comércio**. Manaus, 16/03/49. p.06.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos dos índios: ensaios e documentos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

D'ALMADA, Manoel da Gama Lobo. **Descrição relativa ao rio Branco e seu território**. Anno de 1787. Revista trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil XXIV. Rio de Janeiro, 1861.

DAVIS, Shelton H. **Vítimas do milagre**. O desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DECRETO nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911. In **Coletânea de Leis, Atos e Memórias referentes ao indigenismo brasileiro compilados pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira**. Ministério da Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Publicação nº 54. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, nº 8.082 de 01 de novembro de 1921.

ENVEZ de 70 foram mortos 7 índios Waimirí. **Jornal do Comércio**. Manaus, 17/03/1949. p.06.

ESCLARECE-SE a chacina no rio Jauapery. **Diário da Tarde**. Manaus, 19/03/1949.

ESCRITURA de autorização entre a Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Raymundo Oliveira Horta para coleta de castanha nas terras dos índios Waimirí e Atroarí. Manaus, 21/02/1929.

EXPOSIÇÃO com que o Exmº Snr. Presidente da Província do Amazonas Dr. José Coelho da Gama e Abeo passou a Administração da mesma ao Exmº. Snr. Presidente Jacintho Pereira do Rego no dia 9 de fevereiro de 1868. In: **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas**. Manáos: Typographia do Amazonas de A. da C. Mendes, 1868.

_____ feita ao Excellentissimo Senhor Presidente da Província do Amazonas Doutor João Pedro Vieira pelo 1º Vice-Presidente Doutor Manoel Gomes Correa de Miranda por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 28 de janeiro de 1857. Manáos: Typographia de F.J. da S. Ramos, 1857.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagens filosóficas ao Rio Negro**. Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, s/d.

- FIGUEIREDO, Lima. **Índios do Brasil** (Prefácio do Gen. Rondon). Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Notas taquigráficas da reunião do Conselho da FNI do dia 17 de Dezembro de 1968.
- GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GONDIM, Joaquim. **Através do Amazonas: impressões de viagens realizadas em 1921**. Manaus: Typ. do "Cá e lá", 1922.
- _____. **Etnografia indígena** (estudos realizados em várias regiões do Amazonas de 1921 a 1926). Ceará: Editora Fortaleza, 1938. pp.65-67.
- GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil: ensaios sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HELIONDA matança de índios. **O Jornal**. Manaus, 15/03/1949. p.1.
- ÍNDIOS Atroaris atacam o presidente da FUNAI. **A Crítica**. Manaus, 21/03/1975. p. 1.
- ÍNDIOS Waimiri matam três e destroem posto da FUNAI. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01/02/1973. p. 1.
- KOCH-GRUNBERG, Theodor e HUBNER, Georg. **Die Yauapery** (Revisão crítica e introdução de Theodor Koch-Grunberg) in *Zeitschrift für Ethnologie*, ano 39, Berlin, 1907.
- KOCH-GRUNBERG, Theodor. **Del Roraima al Orinoco**. v. 1. Caracas: Banco Central de Venezuela, 1979.
- INSPECTORIA DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS NO AMAZONAS E TERRITÓRIO DO ACRE. **Relatório da excursão que fez José Augusto Zany ao Rio Jauapery**. Manaus, 30 de maio de 1912.
- _____. **Relatório da excursão que fez João Augusto Zany ao Rio Jauapery para instalar o Posto de Atração de Taraquera**. Manaus, 5 de outubro de 1912.

MAIS de setenta selvícolas abatidos à balas de rifle. **Jornal do Comércio**. Manaus, 10/03/49.

MANAUS sepulta três vítimas do ataque Atroaris e recebe o corpo de mais dois. **Jornal do Brasil**. Riode Janeiro, 26/12/1974. p. 1.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: De maioria a minoria (1750-1850)**. Rio de Janeiro (Fotocópia do original).

_____. **Índios da Amazônia: De maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Informações sobre os índios Waimiri-Atroari** (Brasília), Fundação Nacional do Índio, 1975.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Exposição sobre o Serviço de Proteção aos Índios e localização de trabalhadores nacionais constante no relato do Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio relativo ao ano de 1911**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1913.

_____. **Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios no Estado do Amazonas e Território do Acre. Ofício do Inspetor Bento M. Pereira Lemos ao Exmo. Sr. Desembargador Cezar do Rêgo Monteiro, Governador do Amazonas, informando dos direitos legais das populações indígenas do Estado**. Manaus, 9 de novembro de 1921.

_____. **Serviço de Proteção aos Índios. SPI. Relatório da Inspetoria do Amazonas e Acre, referente ao ano de 1924**. Manaus, 1924.

_____. **Serviço de Proteção aos Índios - SPI. Relatório da Inspetoria do Amazonas e Acre referente ao ano de 1927**. Manaus, 1927.

_____. **Serviço de Proteção aos Índios - SPI. Relatório da Inspetoria do Amazonas e Acre referente aos trabalhos realizados no exercício de 1928**. Manaus, 1928.

_____. **Serviço de Proteção aos Índios - SPI. Relatório da Inspetoria do Amazonas e Acre referente aos trabalhos realizados no ano de 1929**. Manaus, 1929.

_____. **Serviço de Proteção aos Índios, SPI. Relatório referente ao exercício de 1944 sobre o massacre dos oficiais americanos no Jauapery, apresentado pelo Inspetor da IR 1/ SPI, Alberto Pizarro Jacobina**. Manaus, 1944.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Comando Militar da Amazônia. 2º Grupamento de Engenharia e Construção. **OFÍCIO nº 042** do Comandante do 2º Grupamento de Engenharia e Construção, General de Brigada Gentil Nogueira Paes ao Comandante do 6º Batalhão de Engenharia e Construção sobre determinações dos trabalhos na BR-174. Manaus, 21 de novembro de 1974.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Serviço de Proteção aos Índios - SPI. **Relatório da Inspetoria do Amazonas e Acre referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931.** Manaus, 1931.

_____. Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios. Estado do Amazonas e Acre. **Ofício nº 31** do Inspetor Bento M. Pereira Lemos ao Snr. Capitão Francisco Távora, Chefe de Polícia do Estado. Manaus, 24 de janeiro de 1931. In Relatório do Inspetor referente aos trabalhos realizados nos exercícios de 1930-1931.

MORTOS pelos índios os membros de uma expedição. **Correio da Manhã.** 25/10/44. (Fonte: arquivo da Diocese de Curumbá MG).

NÃO conhece o Sr. Nunes Pereira como etnólogo e acha que o mesmo foi infeliz nas acusações que fez ao SPI no Amazonas. **Diário da Tarde.** Manaus, 17/03/1949. p.4.

NIMVENDAJÚ, Curt. **Reconhecimento dos Rios Içana, Ayarí e Uaupés.** Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre. In Textos Indigenistas. São Paulo: Loyola, 1982.

NOVOS detalhes sobre o massacre de índios no Alalaú. **O Jornal.** Manaus, 17/03/1949. p.01.

OLIVEIRA, Humberto de. **Coletânea de leis, atos e memórias referentes ao indigenismo brasileiro.** Publicação nº 54. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

OUTRA diligência policial seguiu para o Jauaperi. **Jornal do Comércio.** Manaus, 30/03/49. p.04.

PAVOROSA matança de índios da tribu Waimirís. **O Jornal do Comércio.** Manaus, 10/03/1949. p.06.

PINHEIRO, Geraldo. **A proteção do selvícola no governo Paranaguá.** Manaus: Centro Teixeira de Freitas, 18/11/1944. 8f.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA SECÇÃO DO AMAZONAS. **Offício nº 49** do procurador Caetano Expedito Cavalcanti Pessoa encaminhado à Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre pedindo informações para defesa dos direitos dos índios Uaymiris e outros do Território que ocupam no Rio Jauaperi, contendo, em anexo, a resposta do Inspetor. Manaus, 25 de janeiro de 1916.

RELATÓRIO do Diretor Geral dos Índios, Snr. Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, encaminhado ao Presidente da Província do Amazonas a 27 de janeiro de 1866.

RELATÓRIO com que o Exmº Snr. Dr. Antonio Epaminondas de Mello entregou a administração da Província do Amazonas ao Exmº Snr. Dr. Gustavo Adolpho Ramos Ferreira em 24 de julho de 1866. Recife: Typographia do Jornal de Recife, 1866.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: MEC, s.d.

_____. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. **A luta pela Amazônia**. Belém: Imprensa Nacional, 1944.

_____. **O processo histórico da economia amazonense**. Belém: Imprensa Nacional, 1944.

_____. **Tempo e vida na Amazônia**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1965.

RIBEIRO, Darcy. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.

_____. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

RODRIGUES, João Barboza. **Pacificação dos Crichanás**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

RONDON, Candido M.S. **Histórico do problema indígena no Brasil e debates de várias teses correlatas** in Coletânea de Leis, Atos e Memórias referentes ao indigenismo brasileiro, compilados pelo oficial administrativo Humberto de Oliveira. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **As Viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775).** Diário da viagem que em visita e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro, apêndice do Diário de Viagem. Relação geográfica e história do rio Branco da América portuguesa. Manaus: ACA - Fundo Editorial, 1985.

SANGUEIRA no Alalaú, **O Jornal.** Manaus, 08/03/1944. p.1.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia, 1800-1920.** São Paulo: T.A. Queiróz, 1980.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI. **Relatório de excursão ao Rio Jauaperi apresentado ao Sr. Inspetor do SPI do Amazonas pelo ajudante J. Augusto Zeny.** Manaus, 30/05/1912.

_____. **Relatório da excursão feita ao rio Jauaperi, apresentado ao Inspetor do SPI do Amazonas pelo ajudante J. Augusto Zeny.** Manaus, 05/10/1912.

_____. **Relatório da excursão feita ao rio Jauaperi, apresentado ao Inspetor do SPI do Amazonas, pelo ajudante João Augusto Zeny.** Manaus, 19/11/1912.

_____. **Ofício nº 958 do Inspetor do SPI do Amazonas e Acre ao Exmo. Snr. Desembargador Cezar do Rego Monteiro protestando o requerimento, por alguns cidadãos amazonenses das terras cedidas pelo Governo do Estado pela lei nº 941 de 16 de outubro de 1917 aos índios Waimiri e Atroari.** Manaus, 9/11/1921.

_____. **Telegrama de Bento Lemos, Inspetor da SPI/AM ao Sr. Dr. José Bezerra, Diretor dos Índios, SPI/RIO. Contando os desmandos praticados por Edgard Penha em sua invasão ao Jauapery.** Manaus, 04/04/1928.

_____. **Telegrama de Bento Lemos, Inspetor dos Índios SPI/AM ao Sr. José Bezerra, Diretor dos Índios SPI/RIO solicitando intervenção das forças armadas para a proteção do SPI no Jauaperi.** Manaus, 04/04/1928.

_____. **Ofício nº 195 do Inspetor da IR 1/SPI ao Ministro Lira Castro, discordando do telex do governador Ephigenio Salles.** Manaus 30/04/1928.

_____. **Ofício nº 22 de Carlos Eugenio Chauvin ao Sr. Dr. Dorval de Magalhães - prefeito de Moura.** Manaus, 20/02/1941.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI. Carta do Sr. Inspetor Antonio de Mello Sampaio a Estigarribia narrando a viagem ao Rio Negro, Camanaú e Demini. Manaus, 15/04/1941.

_____. **Ofício nº 52 do Sr. Inspetor IR-1 Carlos Eugênio Chauvin ao Sr. Dr. Dorval de Magalhães - prefeito de Moura. Manaus, 17/04/1941.**

_____. **Ofício nº 56 do Sr. Inspetor IR-1 Carlos Eugênio Chauvin ao Sr. Dr. Interventor do Estado do Amazonas Álvaro Botelho Maia sobre atração dos índios do rio Camanaú. Manaus, 18/04/1941.**

_____. **Relatório da Inspetoria do SPI do Amazonas e Acre, referente aos trabalhos e ocorrências do ano de 1942, ao Sr. Ministro da Agricultura. Manaus, 1942.**

_____. **Relatório do Sr. Inspetor da IR-1, Dorval de Magalhães referente ao exercício de 1943. Manaus, 1943.**

_____. **Telegrama nº 650 do Sr. Inspetor do IR-1/SPI Alberto Pizarro Jacobina, relatando o massacre da missão de oficiais americanos. Manaus, 20/10/1943.**

_____. **Relatório do médico da IR-1/SPI, Dr. Djalma Batista, relatando as ocorrências do serviço médico da Inspetoria no ano de 1947. Manaus, 10/01/1948.**

_____. **Ofício nº 32 do chefe da IR, 1/SPI Sr. M. Rocha Vianna ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, confirmando a chacina de grande número de índios Uaimirís na região dos rios Alalaú e Jauaperí. Manaus, 10/03/1949.**

_____. **Ofício nº 33 do chefe da IR.1/SPI M. Rocha Vianna ao Exmo. Sr. Dr. José Augusto Teles de Borborema, D.D. Chefe de Polícia do Estado do Amazonas, comunicando a chacina de índios Uaimiris, no rio Jauaperí. Manaus, 10/03/1949.**

_____. **Ofício nº 42 do chefe da IR.1/SPI M. Rocha Vianna ao Snr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, notificando as afirmações de Nunes Pereira no Jornal do Comércio de 16/03/1949. Manaus, 18/03/1949.**

_____. **Ofício nº 46 do chefe da IR-1/SPI M. Rocha Vianna ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, relatando as ocorrências do Rio Jauaperí e o resultado da diligência policial. Manaus, 22/03/1949.**

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI. Ofício nº 59 do chefe da IR-1/SPI M. Rocha Vianna ao Exmo. Sr. Dr. José Augusto Teles de Borborema, DD. Chefe de Polícia do Estado do Amazonas, informando que não instaurou inquérito administrativo para apuração do massacre de silvícolas no rio Jauaperi. Manaus, 8/04/1949.

_____. **Ofício nº 506** do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Sr. Donatini Dias da Cruz ao Sr. Presidente do CNPI, referente a transcrição de informações sobre as famílias das vítimas do massacre praticado pelos Uaimiris. Manaus, 1949.

_____. **Relatório de atividades do ano de 1954**, referente ao Posto Indígena de Atração Jatapú. Manaus, 1954.

_____. **Ofício nº 500** do Diretor Lourival da Mota Cabral para o Sr. Comandante do Transporte Aéreo, referente à solicitação de voo especial para o sr. engenheiro Benjamim Rondon, entre Manaus e o alto rio Alalaú. Rio de Janeiro, 12/07/1955.

_____. **Memorando nº 62** do chefe da IR-1/SPI, Sr. Alípio Edmundo Lage para o chefe da SA do SPI do Rio de Janeiro, sobre os ataques feitos pelos Waimiri nos rios Camanaú, Alalaú e Jauaperi. Manaus, 26/01/1955.

_____. **Relatório do Sr. Inspetor da IR-1/SPI. Athayde Ignácio Cardoso**, referente ao ano 1956. Manaus, 1956.

_____. **Relatório apresentado pelo chefe da IR-1/SPI Tubal Fialho Vianna ao Sr. Coronel José Luiz Guedes, Diretor do SPI**, referente às atividades do ano de 1957. Manaus, 08/01/1958.

_____. **Termo de depoimento do Sr. Hermínio Pereira**, referente ao encontro de seis cadáveres flexados na ilha do Abinau. Depoimento feito na lancha José Bonifácio, no lugar Ulimã, no rio Jauaperi. 21/04/1961.

_____. **Relatório apresentado pelo chefe da IR-1/SPI, Manoel Moreira de Araújo ao Sr. Col. Diretor do SPI**, referente ao massacre praticado pelos Waimiri. Manaus, 03/05/1961.

_____. **Telegrama do Sr. João Melo Agrindios para o Museu do Índio**, referente a assistência de índios. Manaus, 03/01/1964.

SILVA, Luís Osiris da. **A luta pela Amazônia**. São Paulo: Editora Fulgor, 1962.

SOUZA, João Mendonça de. **A Mnaus - Boa Vista (roteiro histórico)**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: Do colonialismo ao neocolonialismo.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

TERMO DE CONTRATO celebrado pela Inspetoria do S.P.I. do Amazonas e Acre como representantes dos índios domiciliados no rio Camanaú com José Nunes, para permissão ao segundo coletar castanha no rio Camanaú, em terras Waimiri e Atroari. Manaus, 04/01/1929.

TERRÍVEL chacina dos índios Waimiris. **O Jornal do Comércio.** Manaus, 12/03/1949. p.06.

TERROR da Selva não aceita mais paz com branco. Maroaga comanda o terror no vale do Rio Negro. **A Notícia.** Manaus, 12/01/1975.

A **ÚLTIMA** mensagem do Padre Calleri: tudo indica que se faltarem as orações, as flechas não tardarão a voar. **O Jornal.** Manaus, 29/11/1968.

VERDADEIRA carnificina no rio Alalaú. **O Jornal do Comércio.** Manaus, 10/03/1949, p.01.

VINGANÇA dos Waimiris? **O Jornal.** Manaus, 30/03/49. p.01.

WAIMIRIS-ATROARIS massacram grupos de funcionários da FUNAI ao norte do Amazonas. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 04/10/1974. p. 1.

OPERACAO ATROARIS

GUERRILHEIRO

LÊ COM ATENÇÃO ESTA "MENSAGEM"
GUARDA ESTE PASSAPORTE COM CUIDADO
ELE É O TEU PASSAPORTE PARA A VIDA

ESTÁS CERCA DOS
TEUS MOMENTOS E TÃO CONTADOS
VE NA OPERACAO SE CADA QUE O TEU FIM
ESTÁ PRÓXIMO

TEUS COMPADECIDOS NÃO MORRENDO
TU MESMO NÃO SERES FERIDO.
OS SOLDADOS INIMIGOS — TEUS IRMAOS
ESTÃO CADA DIA MAIS PRÓXIMOS

A AVIAÇÃO INIMIGA NÃO SEM CESSAR.
OLHA A BOMBA DE FUMOS
ÉS BRASILEIRO — LEMBRAS-TE DISTO
REFLETE, PENSA BEM — O VERDADEIRO INIMIGO
PODE ESTAR A TU LADO

REPUDIA-O, APRISIONA-O, MATA-O

IRMÃO — RENDE-TE

TEU PASSAPORTE: ESTA MENSAGEM

TUA RECOMPENSA: A VIDA

TEU FUTURO: PERDÃO

DO COMANDANTE DO TEATRO DE OPERAÇÕES

COMANDO MILITAR DA AMAZONIA

2º GRUPO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

Of no 042-E2-COMF

Manaus-AM, em 21 de novembro de 1974

Do Comandante do 2º Gpt E Cnst

Ao Comandante do 6º BE Cnst

Assunto: Trabalhos na ER 174

(determina)

1. Em consequência da reunião realizada no EM 220 da ER 174, entre este e esse Comando, juntamente com os Sr. FRANCISCO MONTE ALVERNE PERES, Delegado Regional da FUNAI no Estado de Amazonas e SAUL CARVALHO LOPES, Diretor da Divisão Amazônia da FUNAI, e, considerando:

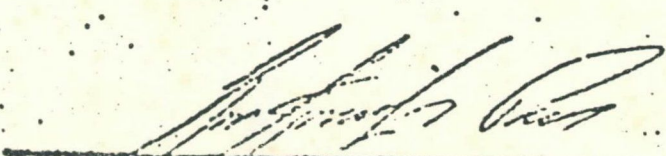
- os últimos acontecimentos havidos na região do Rio ALALAU;
- que os trabalhos de implantação da ER 174 não possam ser interrompidos;
- que esses trabalhos devam ser realizados obedecendo às medidas de segurança.

2. Determino que:

- o trabalho da Turma de Desmatamento Manual, a partir do Rio ALALAU, seja realizado em conjunto com a Turma de Limpeza e Destocamento e que ambas as Turmas possuam o acompanhamento;
- a Turma de Desmatamento Manual realize seus trabalhos agrupada e que esses grupos possuam, no mínimo, 15 homens;
- a Turma de Desmatamento Manual seja sempre acompanhada, por elementos especializados da FUNAI;
- dentro das disponibilidades da FUNAI, sejam as diversas turmas acompanhadas por esses elementos especializados;
- sejam dadas instruções intensivas para que todas as turmas ou grupos que recebam visitas amigáveis dos índios as considerem como um avião do futuro ataque e que tomem as necessárias medidas para retrair ou recobrir os ferros;

- sejam distribuídos às turmas e grupos - foguetes e bombas do tipo "junius" - para afugentar os índios, devendo esses artefícios pirotécnicos serem utilizados com parcimônia, para que produzam resultados;
- seja estabelecido no Destacamento Sul desse Batalhão um Grupo de Segurança, comandado por oficial, com efetivo a critério desse Cmo e que tenha entre outras, as seguintes missões:
 - planejar e dar segurança às turmas de trabalho, com prioridade para as turmas mais destacadas à frente;
 - planejar e dar segurança nos deslocamentos motorizados que os oficiais e sargentos Chefes de Turma são obrigados a fazerem, por força de suas atribuições;
- esse Grupo de Segurança seja devidamente instruído para, no caso de indícios de agressão, utilizar todos os meios de perseguição possíveis, só se valendo do uso da força nos casos de legítima defesa própria ou de outrem;
- esse Cmo coloque, do início, homens à disposição da FUNAI para auxiliar o trabalho dos sertanistas e que, no futuro, forneça uma complementação de salário ao pessoal contratado pela FUNAI;
- esse Cmo forneça todo o apoio solicitado pelos elementos especializados da FUNAI, apoio esse em brindes, gêneros alimentícios, material para construção de Postos, alojamentos e deslocamentos necessários;
- esse Cmo, caso haja visitas dos índios, realize pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite;
- sejam os acampamentos protegidos com cercas de 8 fios de arame farpado, o que, entre a cerca e a mata, haja uma área de terreno limpo (desmatado), com no mínimo 6m de largura, envolvendo todo o acampamento.

3. Informo outrossim que, fica estabelecido que o relacionamento com vista à pacificação dos índios é a cargo da FUNAI, a qual está solicitando medidas que precedam o acompanhamento os trabalhos de implantação da rodovia.


Gen Bda GENTIL NOGUEIRA PAES

Cmt do 20 Gpt E Cmt